



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Comunicação, Turismo e Artes
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo

NÃO FOI POR AMOR: O Jornalismo multiplataforma e investigativo do projeto #UmaPorUma sobre as mulheres assassinadas em Pernambuco

Lorena Borges de Andrade

Paraíba
2019

LORENA BORGES DE ANDRADE

NÃO FOI POR AMOR: O Jornalismo multiplataforma e investigativo do projeto #UmaPorUma sobre as mulheres assassinadas em Pernambuco

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo - Mestrado Profissional da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento à exigência para a obtenção do Título de Mestra em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Firmino da Silva

João Pessoa
2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A553n Andrade, Lorena Borges de.

NÃO FOI POR AMOR: O Jornalismo multiplataforma e investigativo do projeto #UmaPorUma sobre as mulheres assassinadas em Pernambuco / Lorena Borges de Andrade.

- João Pessoa, 2019.

160f. : il.

Orientação: Fernando Firmino da Silva.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCTA.

1. Convergência jornalística. 2. Multiplataforma. 3. Jornalismo de Dados. 4. Jornalismo Investigativo. 5. Sistema Jornal do Comercio de Comunicação. 6. #UmaPorUma. I. Fernando Firmino da Silva. II. Título.

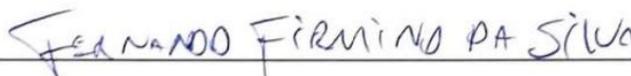
UFPB/BC

LORENA BORGES DE ANDRADE

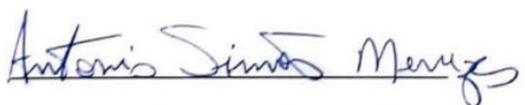
NÃO FOI POR AMOR: O Jornalismo multiplataforma e investigativo do projeto #UmaPorUma sobre as mulheres assassinadas em Pernambuco

Aprovada em 12 DE DEZEMBRO DE 2019

Banca examinadora:



Prof. Dr. Fernando Firmino da Silva (UEPB/UFPB - orientador)



Prof. Dr. Antônio Simões Menezes (UEPB)



Prof. Dr. Fabiana Siqueira (UFPB)

JOÃO PESSOA
2019

DEDICATÓRIA

À minha avó, Luiza, por ser fonte de inspiração e orgulho.

Aos meus pais, por todo apoio, incentivo e amor.

À minha irmã, Thaysa, por ser o meu porto seguro.

A todas as 241 mulheres assassinadas
em Pernambuco no ano de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Deus que vive dentro de mim e que me dá forças para seguir em frente.

Aos meus pais, por serem meus maiores incentivadores e por não medirem esforços para me ver feliz e realizando os meus sonhos.

À minha irmã, por ser o meu porto seguro.

Aos meus amigos, por todo suporte e torcida ao longo desses dois anos de mestrado.

Aos meus familiares, por sempre vibrarem com as minhas conquistas.

Ao meu orientador, Fernando Firmino da Silva, por toda paciência, parceria e dedicação durante todo o mestrado.

Aos amigos que o PPJ me presenteou, por terem dividido as dores e os sabores da pesquisa ao longo desse tempo.

Ao Sistema Jornal do Comercio de Comunicação e às profissionais envolvidas no #UmaPorUma, pela disponibilidade e colaboração.

À Mary Echeveste, por toda paciência e dedicação durante o trabalho na secretaria do programa.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo investigar como as estratégias multiplataformas do #UmaPorUma, projeto do Sistema Jornal do Comercio de Comunicação (SJCC) que mapeia as mulheres assassinadas em Pernambuco durante o ano de 2018 e conta a história de cada uma delas, podem ajudar a dar visibilidade às mulheres assassinadas no Estado. A hipótese levantada é a de que o projeto auxilia a combater a desinformação sobre a violência de gênero e a impunidade dos casos. Para alcançar o objetivo proposto, fizemos uma observação sistemática do material publicado em todas as plataformas que compõem o #UmaPorUma – site, televisão, rádio e impresso –, construímos fichas de observação e realizamos entrevistas semiestruturadas com as profissionais que fizeram parte do projeto. Os resultados apontaram para a confirmação da nossa hipótese e mostraram que a distribuição multiplataforma foi essencial para que o #UmaPorUma não apenas desse visibilidade às mortes, mas também ampliasse o debate sobre o crime de gênero.

Palavras-chave: Convergência jornalística; Multiplataforma; Jornalismo de Dados; Jornalismo Investigativo; Sistema Jornal do Comercio de Comunicação, #UmaPorUma.

ABSTRACT

The purpose of this research is to investigate how the strategy of multiplatform #UmaPorUma, a project from Sistema Jornal do Comercio de Comunicação (SJCC) that maps the murdered women in the State of Pernambuco throughout 2018 - and tells their story, can help to bring more visibility to the murdered women in the State. The hypothesis is that the project helps to fight the disinformation around gender-based violence and the impunity of those cases. To accomplish the proposed goal, a systematic observation from all the published data in the platforms that compose #UmaPorUma - website, tv, radio and publishings - has been done, we built observation sheets and also semi-structured interviews with the professionals that took part of the project. The results point to the confirmation of our hypothesis and show that the multiplatform distribution was crucial not only for #UmaPorUma to bring visibility to the murders, but also to put gender-based violence widely into debate.

Keywords: Journalistic convergence; Multiplatform; Data Journalism; Investigative Journalism; Sistema Jornal do Comercio de Comunicação, #UmaPorUma

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução da estrutura multimídia das empresas de comunicação	28
Figura 2: Capa da revista Veja com Pedro Collor	57
Figura 3: Levantamento sobre como Bolsonaro votou nos últimos 20 anos	68
Figura 4: Resultado da coleta de dados	96
Figura 5: História de uma mulher assassinada	106
Figura 6: Arte criada pelo projeto para representar uma mulher que foi encontrada morta, com as mãos amarradas, dentro de uma caçamba de lixo	110
Figura 7: Filtragem de busca do banco de dados do projeto	112
Figura 8: Redação do Sistema Jornal do Commercio	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Elementos do conteúdo multimídia	41
Tabela 2: Tipos de multimídia	45
Tabela 3: Características da narrativa <i>longform</i>	49
Tabela 4: Funcionalidades do JDBD	65
Tabela 5: Categorias do JDBD	66
Tabela 6: Categorias do feminicídio	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Fluxograma com a rotina produtiva do projeto	108
Gráfico 2: Coleta de dados	114

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1- RECONFIGURAÇÕES DO JORNALISMO	18
1.1 - Convergência jornalística	23
1.2 - A integração das redações	27
1.3 - Múltiplas funções: a polivalência jornalística	31
1.4 - Produção, distribuição e consumo da notícia: a narrativa multiplataforma	36
1.5 - Vários meios em um mesmo lugar: a reportagem multimídia	39
JORNALISMO DE PROFUNDIDADE	45
2.1 - Narrativas <i>longform</i> e <i>slow journalism</i>	45
2.2 - Jornalismo investigativo	54
2.3 - Jornalismo em base de dados	61
2.4 - Jornalismo policial	70
3- O MACHISMO QUE MATA	76
3.1 - As múltiplas formas de violência contra a mulher	77
3.2 - Mortes sexistas de mulheres: entendendo o feminicídio	82
4- PERCURSO METODOLÓGICO	91
4.1 - O Sistema Jornal do Commercio de Comunicação	92
4.2 - O Projeto #UmaPorUma	93
4.3 - Procedimentos metodológicos	95
5- RESULTADOS: AS ESTRATÉGIAS JORNALÍSTICAS UTILIZADAS PELO #UMAPORUMA	101
5.1 - Dinâmicas de produção	102
5.2 - Jornalismo de dados	111
5.3 - Convergência jornalística e distribuição multiplataforma	112
5.4 - Discussão dos resultados	117
CONCLUSÃO	121
REFERÊNCIAS	125
APÊNDICES	133
ANEXOS	142

INTRODUÇÃO

Apenas no ano de 2018, 4.000 mulheres¹ foram assassinadas no Brasil. Desse total, mais de 1.000 foram vítimas de feminicídio, que é quando a mulher é morta pela razão de seu gênero. Em razão da reincidência dos altos índices, o país ocupa o 5º lugar no ranking mundial de feminicídio. Pernambuco é o 7º estado brasileiro com mais assassinato de mulheres – em 2018, 241 vítimas do sexo feminino foram mortas; dessas, 83 foram vítimas de feminicídio. Segundo um relatório² da ONG internacional *Human Rights Watch*, o Brasil vive uma epidemia de violência doméstica.

Embora chocante, é fato que o assunto não é novo e é justamente por isso que se torna tão necessário falar sobre: desde os primórdios as mulheres vêm morrendo, tendo suas vozes caladas, suas histórias apagadas, suas imagens manchadas. O termo feminicídio foi utilizado pela primeira vez no mundo como femicídio, em 1976, pela ativista feminista sul-africana Diane Russell. Na América Latina, o termo foi traduzido para feminicídio pela antropóloga mexicana Marcela Lagarde, que traduziu a palavra para descrever uma série de assassinatos brutais de mulheres em Ciudad Juárez, no México.

Essas mulheres assassinadas são vítimas da sociedade patriarcal que as coloca na posição de subalterna e que, se assim não for, o caminho é a morte. Mas quem são elas? Elas têm nome, rosto, história, identidade. Foram mortas pelas mais diversas circunstâncias. Mas pouco se sabe sobre essas vítimas que viram números, estatística...e só. Apenas recentemente, e muito graças ao movimento feminista, é que essas mulheres começaram a ter vez, voz e passaram a ser o foco de algumas políticas públicas. O silêncio foi substituído por luta e, graças a isso, lançou-se luz ao tema violência contra a mulher. A criação de leis mais duras contra esses crimes, como a Lei nº 11.340/2006, conhecida como a “Lei Maria da Penha”, e a Lei nº 13.104/2015, a Lei do Feminicídio, foi um marco na luta contra a violência e trouxe mais rigor na punição dos culpados e a expectativa de que crimes assim diminuíssem no país. Ainda assim, os índices de violência e morte continuam altos. Além disso, muitos casos ainda

¹ Disponível em: <<https://glo.bo/2J7RSeW>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

² Disponível em: <<http://bit.ly/2mKd6qG>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

estão sem solução – dados do *Human Rights Watch* apontam que no final de 2017, mais de 1,2 milhão de casos de violência doméstica estavam pendentes nos tribunais do Brasil.

Todo esse cenário posto nos leva a refletir sobre qual é o papel que o jornalismo deve desempenhar em torno do tema violência contra a mulher. É função social do jornalismo revelar informações que são de interesse público e que são fundamentais na construção social da realidade. Sendo assim, faz parte da obrigação jornalística trazer à tona cobranças por punições aos culpados pelos crimes de gênero, por efetividade das políticas públicas, elucidação dos casos, etc. Mas, mais do que isso, o jornalismo tem um papel fundamental na discussão em torno das raízes da violência contra a mulher, dos aspectos socioculturais envolvidos e das causas da violência contra a mulher, por exemplo. Infelizmente, pouco se vê isso sendo posto em prática no dia a dia das redações.

Embora esteja passando por um momento de reinvenção, com infinitas possibilidades de inovação, inserção de novas tecnologias nas rotinas produtivas das redações e com a convergência jornalística se consolidando, o jornalismo atravessa, também, um cenário de dificuldade. Com as redações cada vez mais enxutas, os profissionais passam a desempenhar o papel polivalente, assumindo inúmeras funções ao mesmo tempo, não havendo, portanto, espaço para apurar de forma tão aprofundada, parar para ouvir várias fontes... O telejornal precisa ir ao ar, o programa de rádio também. O jornal precisa ser publicado, a notícia tem que estar publicada no portal o quanto antes. A equipe é enxuta, mas o *deadline*³ continua o mesmo e as demandas aumentaram.

É neste contexto, portanto, que o assassinato de mulheres vira uma nota coberta no telejornal, uma nota de 5 centímetros no jornal e uma matéria de três linhas no site. Se o caso for de grande repercussão, muito possivelmente aquela mulher vai ganhar nome, rosto, voz e terá a sua história contada. Caso contrário, as vezes não ganha nada, vira apenas estatística.

Devido ao grande número de mulheres assassinadas no país, parece utópica a ideia de dedicar uma cobertura voltada apenas para essas mortes, no entanto, na contramão dessa utopia, surgiu o projeto **#UmaPorUma**⁴, objeto de estudo desta dissertação de mestrado. Inserido em um cenário multimídia e multiplataforma, o especial do Sistema Jornal do Comercio de Comunicação (SJCC) mapeou durante todo o ano de 2018 as mulheres assassinadas em Pernambuco. Além de contar em números, contou, ainda, a história de cada

³ Prazo final para concluir a produção de um material.

⁴ Disponível em: <<http://bit.ly/2IsD364>>. Acesso em: 15 out. 2019.

mulher vítima, trazendo seu rosto, ouvindo familiares, amigos e cobrando, à polícia, ao Ministério Público e ao Tribunal de Justiça, a punição de cada caso. Essas histórias foram publicadas nas quatro plataformas do SJCC: TV e Rádio Jornal, Jornal do Comercio e o portal NE10, onde ficou hospedado o site do projeto. Além disso, o #UmaPorUma produziu diversas reportagens especiais que trazem à tona temas relacionados ao feminicídio e a violência contra mulher. A escolha por esse objeto se justifica primeiro por considerarmos a importância do tema e, em especial, o pioneirismo do projeto, que vai no caminho oposto ao do jornalismo do cotidiano, trazendo apurações aprofundadas, investigação e inovação. Também levamos em consideração a sua relevância para o jornalismo e para a sociedade.

Como motivação pessoal, a escolha do objeto de pesquisa se deve ao interesse da pesquisadora em se aprofundar nas questões voltadas ao jornalismo multiplataforma e investigativo, áreas de sua afeição acadêmica. Além disso, nos últimos anos a aproximação da autora com os estudos voltados ao feminismo fez surgir um grande entusiasmo em se aproximar dos debates sobre a violência de gênero.

O cenário onde o projeto está inserido se associa diretamente ao conceito de convergência (JENKINS, 2009), embora o conceito vá muito além de apenas uma mudança tecnológica, alterando “a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos” (JENKINS, 2009, p. 43). O processo, portanto, proporciona que linguagens, estruturas das redações e as formas de apresentação e distribuição de conteúdo sejam pensados a partir de novas diretrizes (BARBOSA; SILVA; NOGUEIRA, 2013). Desta forma, a convergência tem o papel de funcionar com “múltiplas formas de vender conteúdos aos consumidores” (JENKINS, 2009, p. 325), visto que há, atualmente, uma fragmentação do mercado e o “aumento da troca de arquivos ameaça os modos antigos de fazer negócios” (*idem, ibid*).

Neste contexto, observamos, também, que o projeto #UmaPorUma se encaixa, ainda, nos conceitos do *slow journalism* e das narrativas *longform*, ambos relacionados ao relato mais aprofundado – muito além da apuração jornalística feita no cotidiano. Nessas narrativas, os elementos multimídia são geralmente fortemente explorados (FISCHER, 2013 apud LONGHI; WINQUES, 2015). Longhi e Winques observam que “o jornalismo *longform* vai muito além do texto longo. A abundância do texto verbal sinaliza um resgate da qualidade, apuração e contextualização já conhecidos do jornalismo impresso, especialmente consagrados pela reportagem” (2015, p. 118). Sendo assim, tanto o *slow journalism* quanto o

longform se dirige a um leitor disposto a dedicar um tempo maior para uma leitura mais lenta e aprofundada.

É neste contexto que surge o nosso foco central da pesquisa: investigar como as estratégias multiplataformas do #UmaPorUma podem ajudar a dar visibilidade às mulheres assassinadas em Pernambuco. A hipótese levantada é a de que o projeto auxilia a combater a desinformação sobre a violência de gênero e a impunidade dos casos. Desta forma, os objetivos específicos estão concentrados em analisar de que forma o especial utiliza as potencialidades multiplataformas; avaliar se a construção das reportagens é feita de forma convergente entre as redações do online, impresso, rádio e da TV; verificar como o jornalismo de dados auxilia na construção e apuração das reportagens; observar de que maneira o trabalho investigativo multiplataforma da série #UmaPorUma auxilia a ampliar e aproximar o debate sobre o feminicídio na sociedade; e apurar como e se o projeto ajudou a esclarecer e cobrar punições às mortes publicadas pelo especial.

A partir dos nossos objetivos, a pesquisa, de caráter exploratório, envolveu levantamento bibliográfico sobre temas relacionados ao nosso foco de estudo. Após isso, realizamos coleta de dados a partir da observação simples das experiências do projeto e de fichas de observação direcionadas aos conteúdos publicados nas plataformas que fizeram parte do #UmaPorUma – TV, rádio, jornal e site. Foram colhidas 346 materiais dos quatro veículos – entre reportagens, entrevistas e vídeos. Além disso, realizamos entrevistas semiestruturadas com seis jornalistas, entre editoras e repórteres, que fazem parte do coletivo de 31 profissionais que participaram da produção e execução do projeto. A escolha das seis entrevistadas entre o universo de 31 mulheres que participaram do projeto se deu de acordo com o cargo ocupado, o grau de envolvimento com o #UmaPorUma e a contribuição que trariam para a pesquisa.

Essa dissertação está dividida em cinco capítulos. No primeiro, nomeado de “Novas configurações do jornalismo”, fazemos algumas reflexões acerca da convergência jornalística. Questões como integração das redações, polivalência jornalística, narrativa multiplataforma e reportagem multimídia são discutidas. As reflexões são baseadas em autores como Salaverría e Negrodo (2008), Jenkins (2009) e Bradshaw (2014). No segundo capítulo, “Jornalismo de profundidade”, ancorados em autores como Barbosa (2007), Longhi (2014) e Longhi e Winkes (2015), traremos observações sobre questões relacionadas às narrativas *longform* e

ao *slow journalism*, além de reflexões sobre algumas áreas do jornalismo, como o jornalismo investigativo, policial e em base de dados.

No terceiro capítulo discutiremos uma questão que é tema central do nosso objeto de estudo: a violência de gênero. Considerações sobre as múltiplas formas de violência contra a mulher e o feminicídio são apontadas nesse capítulo. Além disso, buscamos compreender as raízes do machismo e do patriarcado. Tomamos como base autoras como Saffioti (1987, 1999, 2011), Russell (2006) e Lagarde (2006, 2008). No penúltimo capítulo, faremos uma explicação aprofundada sobre o percurso metodológico utilizado nessa dissertação. No quinto capítulo, traremos os resultados das nossas análises, bem como discussões sobre os mesmos. A pesquisa ainda é composta por conclusão, referências bibliográficas, apêndices e anexos.

1- RECONFIGURAÇÕES DO JORNALISMO

A limitação no fazer jornalístico se transformou com as novas tecnologias da informação e comunicação – NTIC's – com um simples *smartphone* na mão, por exemplo, uma pessoa pode divulgar e compartilhar conteúdos, fazendo com que a onipresença jornalística fosse ressignificada. Os computadores se tornaram artigo raro, substituídos pelos notebooks, que logo depois também foram perdendo espaço para os tablets. A televisão, antes restrita à grade de programação de cada emissora, agora também tem acesso à internet - com a possibilidade de contar, ainda, com os mais diversos tipos de *apps*.

Neste novo cenário posto, a velocidade de consumo também mudou. Se no passado a audiência aguardava para se informar na próxima edição do telejornal ou do jornal, ou esperava o próximo boletim radiofônico, no mundo cada vez mais digital essa realidade é completamente diferente. Inúmeras opções de sites e redes sociais que abrangem produtores de conteúdos velozes disponibilizam atualizações contínuas sobre diversos temas, deixando as “possibilidades de comunicação e interação (...) na palma da mão e na ponta dos dedos” (WINQUES, 2016, p.81). Todo esse contexto, claro, contribuiu para a crise no jornalismo, que precisou realizar mudanças nas práticas profissionais. Alterações nas rotinas produtivas, na estrutura das redações – que, em sua maioria, passam a ser integradas -, nas atividades dos jornalistas – cada vez mais polivalentes, e na distribuição de conteúdos são alguns dos fatores que podem ser observados. Sendo assim, esse capítulo vai tratar sobre algumas dessas mudanças.

A notícia é considerada a representação social da realidade. Ela pode ter caráter local, regional, nacional e internacional. Antes restrita aos espaços da televisão, do rádio e do impresso, ganhou expansão e, atualmente, pode ser acessada dos lugares mais comuns, como computadores, notebooks, celulares e *tablets*, aos mais inusitados, como relógios inteligentes e videogames. Alsina (2009) considera que a notícia tem um caráter institucional gerado e se manifesta na construção de um mundo possível. Para Wolf (1999), “a notícia é o produto de um processo organizado que implica uma perspectiva prática dos acontecimentos, perspectiva essa que tem por objetivo reuni-lo, fornecer avaliações, simples e diretas, acerca das suas relações, e fazê-lo de modo a entreter os espectadores” (WOLF, 1999, p. 191).

Já o jornalismo é como um objeto em movimento (DEUZE; WITSCHGE, 2016) que é considerado, também, como uma realidade.

Mas uma realidade muito seletiva, construída através de inúmeros processos de interação social entre os profissionais do campo jornalístico 1) e as diversas fontes, concebidas essencialmente como agentes sociais que querem utilizar o produto essencial do campo jornalístico – as notícias – como um recurso social para as suas estratégias de comunicação; 2) e outros jornalistas, membros de uma comunidade interpretativa, em que partilham como referência de toda a ideologia representada no pólo ideológico do campo jornalístico; e 3) a própria sociedade, devido ao fato de que toda a sua cultura profissional aponta para um papel fundamental dos valores-notícia que têm uma “estrutura profunda” (Hall, 1984) que esboça um mapa do mundo jornalístico em que há esferas do “consenso”, da “controvérsia legítima”, e “do desvio” (TRAQUINA, 2005, p. 205).

Neste sentido, aspectos políticos, econômicos e tecnológicos também influenciam diretamente o jornalismo, que está inserido no campo social. O jornalismo assume a configuração de um processo que está passando por mudanças profundas a partir de quatro etapas: apuração, produção, circulação e consumo (MACHADO; PALACIOS 2007). Essas fases são consideradas como parâmetros essenciais para a organização de modelos de produção de conteúdos jornalísticos em sociedades complexas. As mudanças estão diretamente relacionadas à reestruturação do sistema capitalista, incorporação das tecnologias digitais de comunicação e a expansão das redes sociais, por exemplo (MACHADO; PALACIOS 2007). Neste cenário, cresce a atuação dos meios em diversos suportes, diretamente relacionada com a convergência jornalística. Inicialmente, de forma mais sólida entre o impresso e o online e, mais recentemente, entre a TV e o online dentro do aspecto de integração de redações e de contexto multiplataforma

Observando esta fase de transformação, Franciscato (2005) reflete que as maneiras de percepção das notícias também se modificaram se comparadas àquelas das populações no início da Idade Moderna, visto que a nossa forma de se relacionar com a tecnologia mudou, e a mesma também. Portanto, a tecnologia e as redes digitais colocam o jornalismo em novo patamar exigindo novas abordagens para compreensão dos fenômenos emergentes das práticas jornalísticas mediadas por tecnologias digitais.

Bazi (2015) observa que, por exemplo, o sentido do “bom dia”, “boa tarde” ou o tradicional “boa noite”, utilizado na televisão, só possui expressão para audiência nascida no século XX; para a audiência do século XXI, conectada à internet, o sentido da temporalidade

não se concretiza. Isso é ratificado pelo Relatório⁵ sobre Notícias Digitais do Instituto Reuters. Divulgado em junho de 2018, o estudo apontou que 66% dos entrevistados brasileiros disseram ler notícias através das redes sociais. Logo, estamos diante de uma nova configuração de distribuição e consumo de notícias na consideração das redes sociais na internet com sua capacidade de espalhamento e de padrões baseados em algoritmos.

Vivemos em uma sociedade redacional (DEUZE; WITSCHGE, 2016), que quer ir além do que apenas ter acesso à informação: quer aprender a coletar e processar as informações e, sobretudo, ponderar e selecionar esses dados para que tenham a capacidade de usar essas informações para algo eficiente e criativo. “Nessa era digital, todo mundo, em alguma medida, pratica “atos de jornalismo” (STEARNS, 2013, p. 2), usando o que são consideradas técnicas jornalísticas e tendo responsabilidade por suas consequências”, ponderam Deuze e Witschge (2016, p.10).

Manifestações de junho de 2013 no Brasil, eleição presidencial de 2018... tudo isso tem em comum não só a importância histórica, mas também o protagonismo dos aparelhos móveis e da internet. No Brasil, o número de smartphones ultrapassou a quantidade de habitantes. É o que aponta a 29ª Pesquisa Anual de Administração e Uso de Tecnologia da Informação nas Empresas⁶, realizada pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP) e divulgada em abril de 2018. Segundo o estudo, o país conta com 220 milhões de aparelhos ativos. A pesquisa aponta, ainda, que em 2017 foram vendidos 48 milhões de smartphones, enquanto o número de celulares mais simples comercializados foi de 3,2 milhões. “Os celulares convergem fetiches tecnológicos com conexões midiáticas. Eles concentram os acervos de conteúdo com o ponto de ligação entre o indivíduo e o social”, aponta Pellanda (2009, p. 14). Sem eles, as redes de televisão teriam dificuldades para obter imagens das manifestações, e elas, que foram organizadas através das redes sociais, talvez não acontecessem, e a eleição do Presidente da República do Brasil talvez tivesse obtido outro rumo.

O jornalismo que conhecemos hoje, começou a se desenvolver no século XIX, onde ganhou o objetivo de fornecer informação e não propaganda. Neste período, valores que até hoje são observados no jornalismo, já faziam parte da imprensa, tais como: notícia, a procura da verdade, a busca pela objetividade, “prestação” de serviço ao público etc.

⁵ Digital News Report. Disponível em <<http://bit.ly/2N7OicT>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

⁶ 29ª Pesquisa Anual do Uso de TI. Disponível em: <<http://bit.ly/32dq5j3>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

No século XIX, verificamos a emergência de um novo paradigma – informação, não propaganda – que é partilhada entre os membros da sociedade e os jornalistas; a constituição de um novo grupo social – os jornalistas – que reivindicam um monopólio do saber – o que é notícia; e a comercialização da imprensa - a informação como mercadoria, visível com o surgimento de uma imprensa mais sensacionalista nos fins do século, aquilo que se chamou o “jornalismo amarelo” nos Estados Unidos (TRAQUINA, 2005, p.34-35).

Neste cenário, a atividade jornalística passou por dois processos que marcaram a sua evolução: o comércio do seu produto em forma de notícia e a profissionalização dos seus trabalhadores. Sendo assim, o Traquina (2005) reflete que o surgimento da atividade remunerada no jornalismo está completamente relacionado à emergência da imprensa, transformando o jornalismo num negócio “com um número crescente de proprietários que começaram a publicar jornais com o intuito de ter lucros e o objetivo central seria a expansão da circulação.” (TRAQUINA, 2005, p. 36). Essa conjuntura foi possível até o final do século XX, quando surge o chamado “jornalismo pós-industrial” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013). Compreende-se aqui por jornalismo pós-industrial a definição dos autores de mudança na mídia que sai da lógica de rotativas para uma lógica flexível, digital e de impermanência. Portanto, trata-se de um processo de reconfiguração do jornalismo a partir da ambiência digital com repercussão na profissão, no produto e nas organizações jornalísticas. O jornalismo multiplataforma é uma das vertentes dessa conjuntura de multiplicação de meios midiáticos como ocorre com os dispositivos móveis. O nosso objeto empírico se caracteriza por esse modelo multiplataforma e segue os preceitos do jornalismo pós-industrial enquanto contexto demarcador dessa transição baseada no digital e múltiplas plataformas..

O jornalismo pós-industrial parte do princípio de que instituições atuais irão perder receita e participação de mercado e que, se quiserem manter ou mesmo aumentar sua relevância, terão de explorar novos métodos de trabalho e processos viabilizados pelas mídias digitais. Nessa reestruturação, todo aspecto organizacional da produção de notícias deverá ser repensado (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p.38).

O tema já era tratado em 2003 com Castells, que, em alusão à “Galáxia Gutenberg” definida por McLuhan (1962), lançou o livro a “Galáxia Internet”, anunciando uma nova era caracteriza pela “comunicação de muitos para muitos em tempo escolhido e a uma escala global” (CASTELLS, 2003, p.16). Deuze e Witschge (2016) refletem que neste contexto pós-industrial, o jornalismo enfrentou rupturas diferentes que passaram a desafiar a maneira

de conceituar, teorizar e analisar as práticas jornalísticas. Por outro lado, apontam os autores, isso não quer dizer que haverá a substituição de todos os profissionais, e sim que o seu papel vai mudar e se sobrepor ao do indivíduo que caracteriza o novo cenário jornalístico.

O que está chegando ao fim é a linearidade do processo e a passividade do público. O que está chegando ao fim é um mundo no qual a notícia era produzida só por profissionais e consumida só por amadores – amadores que, por conta própria, eram basicamente incapazes de produzir notícias, distribuí-las ou interagir em massa com essa informação (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p.72).

Kovach e Rosenstiel (2014) consideram que alguns princípios básicos do jornalismo sobreviveram e permanecem atualmente porque os jornalistas têm sido capazes de adaptar esses elementos às exigências das novas plataformas e maneiras de fazer o seu trabalho. Da mesma forma, consideram os autores, o público se adaptou à forma como eles recebem suas notícias. Os autores defendem que o objetivo do jornalismo é fornecer às pessoas as informações de que precisam para serem livres e autogovernadas, e consideram que para que isso aconteça, dez elementos devem ser levados em consideração:

1. A primeira obrigação do jornalismo é a verdade. 2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos. 3. Sua essência é a disciplina da verificação. 4. Seus praticantes devem manter independência daqueles a que se referem. 5. Ela deve servir como um monitor de energia. 6. Ela deve proporcionar um fórum de críticas públicas e de compromisso. 7. Ele deve se esforçar para fazer o significativo interessante e relevante. 8. Deve apresentar as notícias de uma forma que é abrangente e proporcional. 9. Seus praticantes têm a obrigação de exercer sua consciência pessoal. 10. Os cidadãos têm direitos e responsabilidades quando se trata da notícia também – ainda mais, na medida em que se tornam produtores e próprios editores (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014, p.5, tradução nossa⁷).

Nesta mudança de cenário no jornalismo, cresce a necessidade de combinar modelos de publicação e de comunicação numa convergência de várias plataformas (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013). Sobre esse processo de convergência abordaremos na próxima seção.

⁷ “1. Journalism’s first obligation is to the truth. 2. Its first loyalty is to citizens. 3. Its essence is a discipline of verification. 4. Its practitioners must maintain an independence from those they cover. 5. It must serve as a monitor of power. 6. It must provide a forum for public criticism and compromise. 7. It must strive to make the significant interesting and relevant. 8. It must present the news in a way that is comprehensive and proportional. 9. Its practitioners have an obligation to exercise their personal conscience. 10. Citizens have rights and responsibilities when it comes to the news as well—even more so as they become producers and editors themselves” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014, p.5).

1.1 - Convergência jornalística

Convergência está diretamente relacionada à multimídia, intermídia, crossmedia, transmídia, multiplataforma...A palavra tem origem do latim⁸ *convergere*, onde *vergere* significa inclinação e *con* juntos (TÁRCIA, 2015). Entre os pioneiros de estudos sobre o tema estão De Sola Pool (1990), Negroponte (1995), Fidler (1997), Salaverría (2014), García Avilés (2006), Salaverría e Negrodo (2008), Jenkins (2009), entre outros. Por ser um conceito complexo e de enorme amplitude, consideramos necessário fazer uma abordagem histórica do tema para que seja possível haver uma compreensão mais precisa. O percurso percorrido pelos estudos sobre a convergência estão relacionados à:

Integração sistêmica baseada na eletrônica digital nos anos 1970 (POOL, 1983) à sobreposição industrial nos anos 1980 (NEGROPONTE, 1995), das múltiplas mídias e Internet nos anos 1990 (LÉVY, 1993), mudanças político/econômicas, culturais e sociais nos anos 2000 (JENKINS, 2006) às formas estendidas de narrativa transmidiáticas atuais (JENKINS, 2009; JENKINS; GREEN; FORD, 2014) (TÁRCIA, 2015, p. 23).

Tárcia (2015) aponta que, na área acadêmica, William Derham foi o pioneiro no uso do termo, empregando, em 1713, em sua pesquisa *Physico-Theology: Or, a Demonstration of the Being and Attributes of God, From His Works of Creation*. O estudo falava sobre a convergência e divergência de raios no estudo dos sons. A autora também aponta que não há como indicar a sua gênese, visto que a palavra é utilizada em diferentes áreas, como a biologia, geologia, matemática, sociologia e antropologia. Barbosa (2013) reflete que, desde a década de 70, a convergência vem sendo abordada sob diferentes perspectivas – como a tecnológica, cultural, de propriedade, dos usuários, por exemplo – e em âmbitos diversos da comunicação. Ithiel de Sola Pool foi o responsável por popularizar o termo após a publicação do seu livro *Technologies of Freedom*, em 1983, onde ele trazia a noção de convergência de todos os modos de comunicação a partir da tecnologia eletrônica. Ele é considerado por Jenkins (2009) como o “profeta da convergência dos meios de comunicação”, visto que o seu livro foi o primeiro a abordar o termo como um poder de transformação dentro das indústrias midiáticas.

⁸ Disponível em: <<http://bit.ly/2WFXhyD>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Por outro lado, Tárzia (2015) observa que antes mesmo de Pool lançar seu livro, empresários e pesquisadores dos Estados Unidos já se referiam ao fenômeno da convergência e, em 1980, o então presidente da CBS, William Paley, utilizou o termo em um discurso. Também na vanguarda da convergência está Nicholas Negroponte, que em 1979 já previa que “todas as tecnologias de comunicação estavam passando por uma metamorfose, que só poderia ser entendida adequadamente quando tratadas como um único tópico” (TÁRCIA, 2015, p.25). O autor afirmava que a convergência poderia ser entendida como uma transformação de “átomos em *bytes*”, ou digitalização - no sentido de que a matéria - como o papel, rádio, TV -, estava perdendo relevância em relação aos *bytes*. Neste sentido, observa-se que, durante este período, os estudos sobre o tema giravam em torno do âmbito tecnológico e econômico do tema. Por volta de 2001 é que começam a aparecer discussões sobre as consequências do processo de digitalização e o envolvimento da audiência.

Com o seu livro “*Mediamorphosis: Understanding New Media*”, Roger Fidler (1997) foi um dos pioneiros no estudo da convergência. Como o título já sugere, o autor considerava a convergência como uma “midiamorfose”, a quem ele define como a “transformação dos meios de comunicação, geralmente acompanhadas pela interação complexa de necessidades percebidas, pressões competitivas e políticas e inovações sociais e tecnológicas” (FIDLER, 1997, p.23-24). Anos depois, em 2006, Jenkins, fundador e diretor do Programa de Estudos de Mídia Comparada do Massachusetts Institute of Technology (MIT), inspirado por Fidler, surge com a “Cultura da Convergência”, dando uma abordagem menos técnica ao assunto. O autor relaciona o termo “ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação” (JENKINS, 2009, p. 29). O autor defende, ainda, que a convergência “representa uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos” (JENKINS, 2009, p. 30).

Apesar de ser considerado por muitos como um fenômeno atual, a convergência não é nova, visto que as mídias passaram por processos de convergência desde muito antes do impacto da tecnologia digital produzir uma aceleração e intensificação desse processo (DE SOLA POOL, 1990). Neste sentido, pode-se dizer que o fator tecnológico tem, de fato, importância, mas, entendemos que ele não é o único elemento responsável por desencadear a convergência. Jenkins (2009) segue a mesma linha e observa que o termo vai muito além de

apenas uma mudança tecnológica, ele “altera a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos” (p.43). Primo (2013) comunga do mesmo pensamento, refletindo que esse processo não é “uma simples integração de tecnologias, tampouco é a infusão de culturas e interesses antes oponentes” (PRIMO, 2013, p. 23).

Diante da amplitude do conceito, decidimos deixar claro de qual convergência falamos, que é a convergência jornalística, definida por pesquisadores espanhóis como:

um processo multidimensional que, facilitado pela implantação generalizada das tecnologias digitais de telecomunicações, afeta o âmbito tecnológico, empresarial, profissional e editorial dos meios de comunicação, proporcionando uma integração de ferramentas, espaços, métodos de trabalho e linguagens anteriormente desconexas, de forma que os jornalistas elaboram conteúdos que se distribuem através de múltiplas plataformas, de acordo com a linguagem própria de cada uma” (SALAVERRÍA; GARCIA AVILÉS; MASIP, 2010. p.59, tradução nossa⁹).

Partindo desse princípio, Salaverría e Negredo (2008) e Jenkins (2009) deixam claro que a convergência é um processo, não é um ponto final, e que, por isso, tem um caráter gradual.. Kolodzy (2006) considera a convergência jornalística como uma nova maneira de se pensar a notícia, que potencialmente pode ser produzida e distribuída a partir da plena utilização de todos os meios.. “Tem como objetivo [a convergência] abordar a crescente fragmentação da audiência, ao trabalhar com o avanço da consolidação da propriedade dos grandes grupos de mídia” (KOLODZY, 2006, p. 24, tradução nossa¹⁰). Já Barbosa (2009), observa que:

Como uma das subconvergências ora em ação em um panorama mais extensivo marcado pelo paradigma da convergência (JENKINS, 2008), o que caracteriza a convergência jornalística é a integração entre meios distintos; a produção de conteúdos dentro de um ciclo contínuo 24/7; a reorganização das redações; jornalistas que são *platform-agnostic*, isto é, capazes de tratar a informação - a notícia - de maneira correta, seja para distribuir no impresso, na web, nas plataformas móveis etc.; a introdução de novas funções, além de habilidades multitarefas para os jornalistas; a comunidade/audiência ativa atuando segundo o modelo Pro-Am (profissionais em parceria com amadores); o emprego efetivo da interatividade, do hipertexto e da hipermedia para a criação de narrativas jornalísticas originais (BARBOSA, 2009, p. 38).

⁹“Un proceso multidimensional que, facilitado por la implantación generalizada de las tecnologías digitales de telecomunicación, afecta al ámbito tecnológico, empresarial, profesional y editorial de los medios de comunicación, propiciando una integración de herramientas, espacios, métodos de trabajo y lenguajes anteriormente disgregados, de forma que los periodistas elaboran contenidos que se distribuyen a través de múltiples plataformas, mediante los lenguajes propios de cada una” (SALAVERRIA; AVILÉS; MASIP, 2010, p.59).

¹⁰ “It aims to address the growing fragmentation of the news audience, while working with the growing consolidation of news ownership” (KOLODZY, 2006, p. 24)

Diante disso, Salaverría e Negrodo (2008) propõem que esse processo deve ser pensado a partir de quatro dimensões: tecnológica, que propicia intercâmbios e combinações dos conteúdos de uns meios com outros; empresarial, onde o principal fator é a fusão da redação dos veículos de comunicação do mesmo grupo; profissional, caracterizada por uma polivalência cada vez maior dos jornalistas; e de conteúdos, identificada pela difusão dos mesmos conteúdos através de meios distintos. A convergência também pode ser classificada a partir de três dimensões (SALAVERRÍA; GARCÍA AVILÉS; MASIP, 2010). A primeira é a convergência como produto - relacionada ao desaparecimento das fronteiras tradicionais entre os diversos setores da comunicação e a confluência de tecnologias. Na segunda, a convergência é considerada como um sistema onde diversas esferas estão interligadas e se influenciam mutuamente. Já na terceira, é classificada como um processo longitudinal, constituído por diversos estágios cujo objetivo é a integração.

Por outro lado, faz-se necessário também frisar que não há apenas um padrão único a ser seguido na convergência nas redações. Cada grupo de comunicação deve avaliar as suas características específicas e os seus objetivos para, só então, aderir àqueles modelos e estratégias da convergência que vão suprir as necessidades da sua redação. Jenkins (2009, p. 43) observa que “a convergência não é algo que vai acontecer um dia, quando tivermos banda larga suficiente ou quando descobirmos a configuração correta dos aparelhos. Prontos ou não, já estamos vivendo numa cultura da convergência.” Para ele, a convergência transforma não apenas a maneira que se produz os conteúdos, mas também as formas que se consomem os meios de comunicação. No entanto, García Avilés (2006) critica esse modelo, considera-o como o “empacotamento de informações”, visto que os conteúdos próprios, em boa parte, não são mais desenvolvidos, sendo aproveitados, na maioria das vezes, de colaborações e agências externas. Ele também chama atenção para o possível aumento do “risco de homogeneização no conteúdo, já que favorece que a informação, e até os estilos de apresentação, se pareçam cada vez mais (GARCÍA AVILÉS, 2006, p.6, tradução nossa¹¹).

Autores como Kischinhevsky (2009, 2013) e García Avilés (2006) consideram que, durante o processo de convergência, “etapas do processo industrial foram comprimidas e eventualmente suprimidas, ocasionando cortes de custos com pessoal e equipamentos e, por

¹¹“La convergencia aumenta riesgo de homogeneización en los contenidos, ya que favorece que las informaciones, e incluso los estilos de presentación, se parezcan cada vez más” (GARCÍA AVILÉS, 2006, p.6).

tabela, ganhos para os padrões” (KISCHINHEVSKY, 2009, p.1213). Salaverría e Negredo (2008) concordam e pontuam que, na realidade, a intenção das empresas é realizar o mesmo trabalho, só que de forma mais barata. Por outro lado, Machado (2010) considera perigosa a ideia de que a convergência é sinônimo apenas de ganho financeiro.

A redução dos custos de mão de obra, por mais que seja uma consequência importante, não deveria ser o objetivo porque, por si só, não consegue sustentar a convergência que, como fenômeno complexo, depende de articulação criativa dos elementos tecnológicos, científicos, profissionais, econômicos, culturais, políticos, corporativos, entre outros, para a geração de processos inovadores capazes de produção de excedente para a retroalimentação do sistema (MACHADO, 2010, p. 18).

Redações jornalísticas com as características acima apontadas, inclinam-se para a produção integrada entre as equipes, em um primeiro momento mais especificamente entre o online e o impresso, e mais recentemente entre a TV e o online. Para Salaverría e Negredo, “a fusão da redação representa a culminação, até certo ponto lógica, de todo o processo de convergência empresarial” (SALAVERRÍA; NEGREDO, 2008, p.48, tradução nossa¹²). E é sobre a integração das redações que trataremos a seguir.

1.2 - A integração das redações

Nas atuais rotinas produtivas do jornalismo, cresce a demanda por redações integradas. O “fenômeno”, acreditamos, se justifica por uma tentativa dos grupos de comunicação de otimizar os custos, sendo, portanto, uma estratégia empresarial. Neste modelo, a produção das notícias passa a se preocupar com o conteúdo produzido, não girando mais em torno do suporte de destino. Neste sentido, os materiais são distribuídos em diversos meios, que estão cada vez mais concentrados, de forma quase que instantânea para um público cada vez mais amplo e conectado. Num cenário onde a convergência “altera a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos” (JENKINS, 2009, p. 43), os primeiros sinais da integração já eram observados entre os anos 1980, quando as empresas passaram a praticar a convergência de conteúdos entre TV e jornal. “Os primórdios ocorreram timidamente, com a estratégia comercial de fazer chamadas da programação ou

¹² "La fusión de la redacción representa la culminación, hasta cierto punto lógico, de todo el proceso de convergencia empresarial" (SALAVERRÍA; NEGREDO, 2008, p.48).

inserir dicas meteorológicas da TV nos jornais. Neste período, entretanto, o termo mais utilizado nas redações era “sinergia””, aponta Tárzia (2015, p.24).

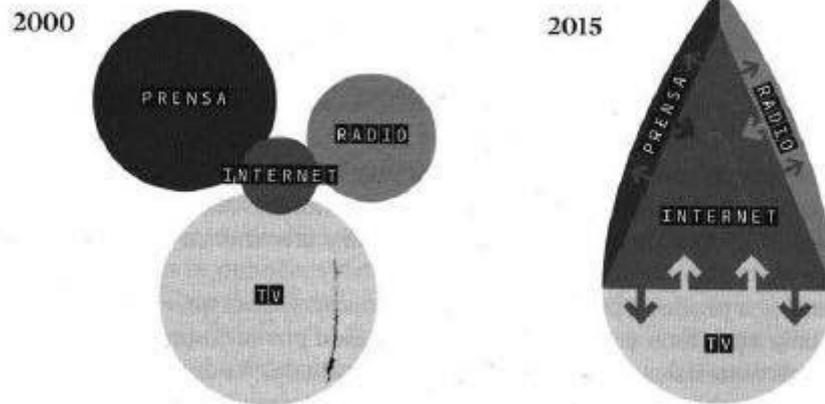
Salaverría (2010) considera que a integração das redações é um fenômeno de concentração empresarial que tem como objetivos modernizar as estruturas de produção, a fim de melhor atender às demandas de públicos cada vez mais multiplataformas e aumentar a produtividade das empresas. Na esfera jornalística, esse modelo está relacionado à “toda a fusão de duas ou mais equipes de redação em uma só” (SALAVERRÍA; NEGREDO, 2008, p.51, tradução nossa¹³), conforme apontado na figura 1. Neste contexto, apontam os autores, a partir do momento que a integração plena é concluída, as redações devem trabalhar em um mesmo espaço físico, sob à batuta de uma chefia editorial única e com uma infraestrutura tecnológica comum. Indo de encontro com esse pensamento, Lordêlo (2015) considera que o processo de produção de notícias através de estratégias digitais de integração e de distribuição multiplataforma têm se apresentado como “tendência das rotinas produtivas nas redações realizadas por jornalistas gradativamente polivalentes multimídia, que têm como intuito atender às demandas de notícias, tanto dos meios tradicionais (declive de audiência), como dos meios digitais (ascensão de audiência)” (LORDÊLO, 2015, p.66). Neste cenário, se encaixa o nosso objeto de pesquisa, o Sistema Jornal do Comercio de Comunicação (SJCC), onde as redações do impresso, online e TV dividem o mesmo espaço numa integração que ainda não foi totalmente concluída.

Figura 1 - Evolução da estrutura multimídia das empresas de comunicação apontando o primeiro desenho (esq.) como redações em processo de integração e o segundo (dir.) com redações totalmente integradas

¹³ “(...) todo a la fusión de dos o más equipos redaccionales en uno solo” (SALAVERRÍA; NEGREDO, 2008, p.51).

Evolución de la estructura multimedia de las empresas de comunicación

Fuente: elaboración propia



Fonte: Salaverría e Negredo (2008)

Mas se há uma necessidade de reestruturar todo o processo de produção e distribuição da notícia, é preciso também levar em consideração que não basta apenas renovar os espaços físicos da redação e reorganizar o trabalho dos jornalistas, se faz necessário, também, adotar medidas em outros âmbitos. Para Salaverría e Negredo (2008), baseados em Roy Greenslade (2008), a integração, a quem também chamam de “nova cultura”, pode ser definida como:

Uma integração de ferramentas, espaços, métodos de trabalho e linguagens. É preciso, em primeiro lugar, unificar os instrumentos e tecnologias com que os jornalistas trabalham. Em seguida, é proporcionado a fusão das salas de redação em que trabalham esses jornalistas. Em terceiro lugar, e como consequência do anterior, é fomentada a reorganização dos fluxos e métodos de trabalho. E, por último, permite a exploração de novas linguagens jornalísticas multimídia” (SALAVERRÍA; NEGREDO, 2008, p.50, tradução nossa¹⁴)

É pertinente ressaltar que a convergência está muito além da integração de redações ou de pequenas mudanças tecnológicas. Salaverría e Negredo (2008) chamam atenção para a diferença entre convergência e integração, apontando que a primeira está relacionada a um processo, e a segunda a um dos seus possíveis resultados.

¹⁴“Una integración de herramientas, espacios, métodos de trabajo y lenguajes. Es decir, en primer lugar, unifica los instrumentos y tecnologías con los que trabajan los periodistas. A continuación, propicia la fusión de las salas de redacción en las que se desenvuelven esos periodistas. En tercer lugar, y como consecuencia de lo anterior, fomenta la reorganización de los flujos y métodos de trabajo. Y, por último, permite la exploración de nuevos lenguajes periodísticos multimedia” (SALAVERRÍA; NEGREDO, 2008, p.50).

Durante um estudo realizado em 2009 em três países europeus, García Avilés et al., (2009) desenvolveram uma base com 32 tópicos para medir o nível de desenvolvimento dos meios analisados. Quatro áreas foram analisadas durante o estudo: o enfoque do projeto, a gestão da redação, as práticas jornalísticas e a organização do trabalho. Os casos de integração de redações são implementados com diferentes graus de complexidade, tendo em conta as diferentes culturas geográficas envolvidas. Dentro deste trabalho, os autores propõem três modelos de convergência de redações:

1º) **Integração plena:** significa que os jornalistas vão receber formação para se adaptar a produção multimídia, visto que o objetivo desejado é a convergência de suportes sob a mesma propriedade comercial. Neste modelo, é defendido que haja uma única redação para a produção multiplataforma que seria controlada através de uma central de notícias e do controle do fluxo de informação.

2º) **Colaboração entre redações:** este modelo não requer necessariamente uma integração redacional. Sendo assim, os jornalistas podem trabalhar em editoriais e redações diferentes, no entanto, permanecem conectados entre si por meio de coordenadores multimídias ou através de uma rotina colaborativa no fluxo informativo. Neste modelo, há constantemente a colaboração de conteúdos e a comunicação constante entre dois ou mais suportes - isso pode se dar em diferentes graus.

3º) **Coordenação de suportes isolados:** neste terceiro, as redações permanecem separadas. Há a colaboração somente na produção de notícias – se for o caso, como um desafio que depende do jornalista. Sendo assim, neste modelo, a colaboração não acontece sistematicamente na coleta, processamento e distribuição de notícias.

De acordo com Salaverría (2010), o primeiro exemplo internacional significativo de integração de redações foi colocado em prática nos anos 2000 pelo grupo dos Estados Unidos Media General, na cidade de Tampa, na Flórida. No mesmo prédio, passou a funcionar o jornal *Tampa Tribune*, o portal *Tampa Bay Online* (TBO.com) e a emissora de televisão WFLA-TV, afiliada da NBC. A convergência dos três meios foi considerada “ambiciosa”, visto que ultrapassava a “simples” convergência entre impresso e online. O autor considera que “uma redação integrada permite atender com maior facilidade as demandas de uma audiência cada vez mais multiplataforma, e tem a vantagem empresarial de resultar mais

barata” (SALAVERRÍA, 2010, p.30, tradução nossa¹⁵). Garcia Avilés (2006) considera que talvez o maior desafio da junção das redações seja integrar o trabalho de profissionais treinados em culturas do impresso, televisão e internet quando, até então, se mantinham estilos, práticas e valores jornalísticos diferentes e, em alguns casos, opostos.

Torna-se crucial a transição gradual de estrutura e de práticas para o estabelecimento do senso de cooperação. Por se tratar de um percurso cada vez mais consistente nessa direção, as redações integradas estão sintonizadas com os fluxos multiplataformas das organizações jornalísticas no cenário de integração que se identifica como corrente nos modelos de negócios levando à redefinição da cultura da produção (SILVA, 2013, p.75).

Para que esse “modelo de negócio” funcione, Garcia Avilés (2006) propõe que, pelo menos para os meios que têm uma redação para internet e outra para televisão, haja uma integração de ambas as redações para que os jornalistas online possam participar do planejamento das notícias desde o começo. Para Salaverría e Negredo (2008), “uma redação integrada é aquela capaz de reunir conteúdos de dois ou mais meios mediante uma única unidade de produção” (SALAVERRÍA; NEGREDO, 2008, p.51, tradução nossa¹⁶). Dentro deste cenário, surge, também, uma discussão acerca dos profissionais. Com redações cada vez mais enxutas, salários baixos e acúmulo de função, cresce a presença do jornalista polivalente e é sobre isso que trataremos a seguir.

1.3 - Múltiplas funções: a polivalência jornalística

O Sistema Jornal do Comercio de Comunicação (SJCC) tem atravessado uma crise financeira que culminou na demissão de dezenas de jornalistas no final do ano de 2018 e início de 2019. Profissionais da TV e Rádio Jornal, NE10 e do Jornal do Comercio foram dispensados e a empresa argumentou que precisou fazer um “enxugamento de gastos e ajuste financeiro” (SINJOPE, 2018). Os que permaneceram, tiveram a carga horária reduzida, bem como o salário. Na época, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Pernambuco

¹⁵ "Una redacción integrada permite atender con mayor facilidad las demandas de una audiencia cada vez más multiplataforma, y tiene la ventaja empresarial de resultar más barata" (SALAVERRÍA, 2010, p.30).

¹⁶ "Desde un punto de vista teórico, por tanto, una redacción integrada es aquella capaz de nutrir de contenidos a dos o más medios mediante una única unidad de producción" (SALAVERRÍA; NEGREDO, 2008, p.51).

(Sinjope) e a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) repudiaram¹⁷ e criticaram a decisão, afirmando que a atitude esconde “um processo de precarização das relações de trabalho que inclui, principalmente, achatamento salarial, acúmulo de funções e sobrecarga de trabalho no SJCC”.

O mais recente “passaralho”, como é conhecida a demissão em massa, no entanto, não é novidade no Sistema. Em fevereiro de 2014, por exemplo, doze jornalistas foram demitidos, fazendo com que editorias fossem fundidas, a unidade do jornal em Caruaru, no Agreste de Pernambuco, fosse encerrada e algumas colunas, “cujos índices de leitura não eram satisfatórios”, fossem extintas. Na época, a Diretoria de Redação do Jornal argumentou, por meio de nota oficial¹⁸, que as mudanças ocorreram em “razão da difícil conjuntura por que passam as empresas de comunicação do país”. Aliado a isso, afirmou, também, que estava “ciente da necessidade de um permanente processo de modernização”. Anos mais tarde, em 2017, mais demissões. Quatro profissionais foram dispensados¹⁹ e, dessa vez, a empresa alegou que estava promovendo “mudanças nos seus processos de edição” e, mais uma vez, citou as transformações vividas pelas empresas de mídia em todo o mundo. Dessa forma, foram criadas seis editorias executivas que, segundo o SJCC, tinham o objetivo de “dar mais fluidez às decisões editoriais e mais agilidade à produção de conteúdo”.

Vale discutir aqui, no entanto, que embora as empresas utilizem o pretexto de “necessidade de modernização” e “crise econômica” para demitir profissionais, Salaverría e Negredo (2008) são bem incisivos quando dizem que diminuir as redações e substituir jornalistas experientes por jovens recém-formados é um “plano de convergência” que muitas empresas têm apresentado para simplesmente reduzir custos de produção. “Essas empresas não pretendem realmente fazer o seu trabalho melhor: elas se contentam em fazer o mesmo de maneira mais barata” (SALAVERRÍA; NEGREDO, 2008, p.74, tradução nossa²⁰). Os autores também chamam atenção para a consequência disso no futuro: “agora, há cada vez menos dúvida de que uma reconversão selvagem das empresas jornalísticas baseada na redução e

¹⁷ SJCC demite em massa sob pretexto de “enxugar gastos”. Disponível em: <<http://bit.ly/34syIIq>>. Acesso em: 20 março. 2019.

¹⁸ Nota da Diretoria de Redação do Jornal do Comercio. Disponível em: <<http://bit.ly/2JJAqx8>>. Acesso em: 20 março. 2019.

¹⁹ JC promove demissões e ajustes na área editorial. Disponível em: <<http://bit.ly/2C7B9E0>>. Acesso em: 20 março. 2019.

²⁰ “Esas empresas en realidad no pretenden hacer su trabajo mejor: se contentan con hacer lo mismo de forma más barata” (SALAVERRÍA; NEGREDO, 2008, p.74).

precarização de suas equipes profissionais é pão para hoje e fome para amanhã” (idem, tradução nossa²¹).

Para além das mudanças de ferramentas e espaços, a convergência provoca, em grande parte, a redefinição das habilidades de trabalho e jornalísticas. No meio desse processo de desenvolvimento do jornalismo digital, a propagação das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTICs) impactaram diretamente o trabalho do jornalista, lançando novas práticas e conceitos desde a apuração da notícia até a forma como o leitor se relaciona com ela (RICO, 2012). Essas transformações têm impacto direto na cultura profissional sendo, talvez, a mais importante delas a polivalência (SALAVERRIA; AVILÉS; MASIP, 2010). O termo é entendido aqui como a necessidade de um mesmo jornalista desempenhar diversas funções para elaborar notícias em vários suportes. Esse papel tem sido comum nas redações jornalísticas espalhadas pelo mundo, visto que, atualmente, não é suficiente que o jornalista apenas escreva - é exigido que ele tenha conhecimentos de edição de vídeo e fotografia, por exemplo, e consiga produzir informações para a internet, impresso e, muitas vezes, até para rádio e televisão.

O trabalho se caracteriza pela natureza do exercício de múltiplas funções por parte dos jornalistas, uma característica que se diferencia do jornalismo na era industrial em que cada profissional exercia uma função específica e bem demarcada na redação. Fígaro (2013) reflete que esse novo cenário acabou por reduzir o tempo para reflexão, apuração e pesquisa no trabalho jornalístico, transformando as redações em “células de produção que podem ser instaladas em qualquer lugar com internet e um computador” (p.2). García Avilés também critica duramente esse modelo que, para ele, afeta a qualidade do jornalismo e as habilidades individuais do jornalista. “Os diretores não devem forçar a polivalência em uma redação, mas dar a oportunidade para alguns jornalistas profissionais polivalentes. A versatilidade é delineada como um complemento, não como um substituto para a especialização necessária em qualquer redação” (GARCÍA AVILÉS, 2006, p.7, tradução nossa²²).

Em suma, a convergência e o jornalismo polivalente constituem uma faca de dois gumes. Eles podem se tornar um mecanismo para tentar reduzir custos e, em suma, não estão isentos do risco de reduzir significativamente a qualidade o conteúdo. As

²¹ “Ahora bien, cada vez hay menos dudas de que una reconversión salvaje de las empresas periodísticas basada en la reducción y precarización de sus equipos profesionales es pan para hoy y hambre para mañana” (SALAVERRÍA; NEGREDO, 2008, p.74).

²² “Los directivos no deben forzar la polivalencia en una redacción, sino dar la oportunidad de que algunos periodistas sean profesionales polivalentes. La polivalencia se perfila como complemento, no como sustituto de la especialización necesaria en cualquier redacción” (GARCÍA AVILÉS, 2006, p.7).

estratégias de convergência indicam que o futuro não reside nem na mídia nem nas tecnologias de distribuição, mas na capacidade de pesquisar, analisar, criar e desenvolver conteúdo que agregue valor ao informação bruta (GARCÍA AVILÉS, 2006, p.6, tradução nossa²³).

O impacto da polivalência no dia a dia do jornalista foi abordado por Salaverría (2010), que apontou que a sua expansão aliada com as condições de trabalho são algumas das principais evidências da degradação que a profissão vem sofrendo no últimos anos. “Muitos jornalistas hoje são estimulados a produzir mais e mais informações, de forma mais rápidas e em horas mais longas de trabalho, enquanto, em troca, recebem salários mais baixos ou outras recompensas (SALAVERRÍA, 2010, p.36, tradução nossa²⁴). Neste contexto, Deuze e Witschge (2016) consideram que existem fortes indícios de um "processo gradual de desprofissionalização", visto que a profissão está vivendo sob pressões dos mais diversos lados, seja, por exemplo, o mercado de trabalho, cada vez mais exigente e precário, ou a inserção cada vez mais forte dos mais diversos tipos de tecnologia e até mesmo a falta de crença no jornalismo. Kischinhevsky (2013) considera que essas novas rotinas de trabalho “põem em xeque o papel de mediador do jornalista, sobrecarregado de tarefas que comprometem a qualidade informativa do noticiário entregue a leitores, ouvintes, telespectadores e/ou internautas” (KISCHINHEVSKY, 2013, p.57). O autor reflete, ainda, que o papel social do jornalista também está sendo descaracterizado, se transformando em uma espécie de “banda-de-um-homem-só, um malabarista das ferramentas digitais” (p.58).

Mas se por um lado as empresas de comunicação utilizam-se da polivalência para aumentar seus lucros, diminuir seus custos e maximizar a divulgação da sua marca utilizando menos profissionais, por outro, o jornalista se vê em um "beco sem saída". Esse cenário desanimador está diretamente ligado ao “aumento dos custos de produção, estagnação ou queda da difusão, diminuição da publicidade de investimento, desaparecimento de pontos de venda e aumento da concorrência. Tudo ao mesmo tempo (SALAVERRÍA; NEGREDO,

²³ “En resumen, la convergencia y el periodismo polivalente constituyen un arma de doble filo. Pueden convertirse en un mecanismo para intentar reducir costes y en definitiva, no están exentos del riesgo de disminuir notablemente la calidad de los contenidos. Las estrategias de convergencia indican que el futuro no reside ni en los medios ni en las tecnologías de distribución, sino en la capacidad de buscar, analizar, crear y elaborar contenidos que agreguen valor añadido a la información bruta (GARCÍA AVILÉS, 2006, p.6).

²⁴ “Muchos periodistas se ven hoy impelidos a producir cada vez más información, más rápido y en jornadas laborales más largas, mientras que, a cambio, reciben recompensas salariales o de otro tipo más exiguas” (SALAVERRIA, 2010, p.36).

2008, p.21, tradução nossa²⁵). Com a crise econômica que assola o Brasil, a quantidade de postos de trabalho diminuiu - dados²⁶ do Volt Data Lab²⁷ apontam que, de 2012 até 2018, 2.327 jornalistas foram demitidos das redações nos chamados passarálhos. No Sistema Jornal do Comercio de Comunicação, nosso objeto de estudo, dezenas de profissionais também foram demitidos²⁸ entre os meses de dezembro de 2018 e janeiro de 2019 sob o pretexto de enxugamento de gastos e ajustes financeiros.

Neste sentido, Rico (2012), baseada em Scolari, Micó, Navarro e Pardo (2008), sugere três classificações para o jornalista polivalente: jornalista polivalente de agência de notícias, que é aquele que escreve a notícia e prepara a informação audiovisual; jornalista polivalente de rádio, que é o que coleta as informações, elabora os scripts, além de produzir, editar e reportar os programas; jornalista polivalente de televisão, que grava as imagens, edita e as divulga. Por outro lado, Salaverría (2010) aponta três possíveis variantes no processo de polivalência. São elas:

1) **Polivalência funcional**, que pode ser considerada como sinônimo de multitarefa. Está diretamente relacionada à multiplicação dos afazeres que o jornalista precisa assumir dentro e fora das redações. O autor faz uma reflexão de que, há alguns anos, havia tarefas definidas para cada profissional e as equipes eram compostas por uma certa quantidade de profissionais, como cinegrafistas, fotógrafos, já atualmente, muitas vezes uma única pessoa assume todos os papéis. O autor observa que essa mudança de rotina e obrigações acontece não só para o profissional que está na rua, mas também na redação, visto que muitos editores, por exemplo, passaram a acumular funções.

2) **Polivalência temática**: neste caso, é defendido que a rapidez das informações é o que dá o tom da matéria, ou seja, o jornalista não é mais especialista em algum assunto específico, como esportes, política, cidades, sendo obrigado a abordar e produzir matérias sobre qualquer tema. Esse modelo, que foi potencializado mais recentemente, se assemelha à polivalência funcional, mas a singularidade dessa é que o “fazer tudo”, antes restrito às redações pequenas,

²⁵“Aumento de los costes de producción, estancamiento o caída de la difusión, menor inversión publicitaria, desaparición de puntos de venta y aumento de la competencia. Todo al mismo tiempo” (SALAVERRÍA; NEGREDO, 2008, p.21).

²⁶ A Conta dos Passarálhos. Disponível em: <<http://bit.ly/2JE8SZV>>. Acesso em: 7 nov. 2018.

²⁷ A Volt Data Lab é uma agência independente de jornalismo e de pesquisas que produz análises, reportagens, investigações, relatórios e levantamentos baseados em dados.

²⁸ SJCC demite em massa sob pretexto de “enxugar gastos”. Disponível em: <<http://bit.ly/34syIIq>>. Acesso em 20 mar. 2019.

agora atinge, também, as redações de médio e grande porte - no entanto, nessas ainda sobrevive uma certa especialização por tema, porém, tem sido cada vez mais comum jornalistas que fazem diversas matérias – sobre assuntos distintos – ao mesmo tempo.

3) **Polivalência midiática**: é quando o jornalista trabalha para diversos meios ao mesmo tempo. O autor entende que esses meios seriam, em princípio, de uma mesma empresa jornalística, no entanto, se ele trabalhar para mais de uma organização, pode ser classificado como *freelancer*. Esse tipo de polivalência sempre existiu, mas foi maximizado ao longo dos anos.

Neste caminho, o perfil buscado pelas empresas também mudou, exigindo-se saber utilizar os diversos aparatos tecnológicos como câmeras, gravadores, programas de edição de vídeo, foto e áudio, e o que de mais novo for surgindo. “Com um mercado de trabalho redesenhado pelas TICs e pela precarização, ganha espaço o discurso (...) da necessidade de se investir em profissionais com múltiplas habilidades (*multiskilled*)”. (KISCHINHEVSKY, 2013, p. 67). Mas tudo isso não significa que o jornalista está perdendo espaço e sendo substituído – pelo contrário, o seu papel nunca foi tão importante. Diante do grande fluxo de informação e em um cenário onde as *Fake News* têm avançado, o profissional continua sendo o grande responsável por filtrar, apurar, checar e transmitir a informação de forma honesta para o público. Wolton (2010) reflete que “a onipresença das tecnologias num mundo aberto, saturado de informação, não basta para diminuir as aporias da comunicação” (WOLTON, 2010, p.12). Para o autor, “é falso pensar que basta informar sempre mais para comunicar, pois a onipresença da informação torna a comunicação ainda mais difícil” (*idem, ibidem*). Ainda assim, a velocidade das notícias faz com o que o jornalista acabe “deixando em segundo plano a profundidade na apuração, abrindo mão de novas entrevistas que poderiam garantir maior qualidade na informação” (KISCHINHEVSKY, 2013, p. 69). Apesar disso, o papel do jornalista segue sendo o mesmo, mas agora com natureza polivalente, multimídia e interativa. E é sobre esse tipo de produção que trataremos a seguir.

1.4 - Produção, distribuição e consumo da notícia: a narrativa multiplataforma

Multiplataforma se refere a processos tecnológicos e editoriais feitos com a intenção de gerar conteúdos que podem ser consumidos através de múltiplos meios ou dispositivos de

recepção. Salaverría (2005) define o conceito como “aquele que articula diversos meios de comunicação para as coberturas informativas. É quando uma empresa de comunicação coordena as coberturas dos seus respectivos jornais impressos, emissoras de rádio, canais de televisão e/ou cibermeios” (SALAVERRÍA, 2005 apud BELOCHIO, 2012, p.17). Dessa maneira, o processo de convergência se constituiu em aspecto central para as organizações jornalísticas no tocante ao contexto multiplataforma partindo da ideia de convergência como referência “ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia” (JENKINS, 2009, p.27). No entanto, é importante destacar que, embora tenha o seu crescimento relacionado a web, o conceito de multiplataforma não está, necessariamente, relacionado ao jornalismo na internet. As ações multiplataformas podem acontecer envolvendo veículos que não estão no ciberespaço e, ainda assim, ser considerado multiplataforma.

Barbosa (2012) reflete que “as mídias móveis, especialmente *smartphones* e *tablets*, são os novos agentes que reconfiguram a produção, a publicação, a distribuição, a circulação, a recirculação, o consumo e a recepção de conteúdos jornalísticos em multiplataformas” (2013, p.42). Neste contexto, a apropriação das mídias móveis no jornalismo teve como consequência a reconfiguração das dinâmicas de produção, distribuição e acesso às notícias contribuindo para a rotina de produção em contexto multiplataforma (SILVA, 2013). Para Barbosa (2013), essa reconfiguração se vincula diretamente ao conceito de integração das redações, uma vez que, para a autora, “redações integradas, também chamadas redações multimídia, são a norma vigente para assegurar a distribuição multiplataforma” (BARBOSA, 2013, p.37).

Belochio (2012) aponta que nesse cenário com novos suportes que proporcionam diversas maneiras de disponibilizar o conteúdo jornalístico, mudou, também, a forma de contato do público com as notícias. “O público modifica a sua visão sobre o consumo e a interação que pode ter com os conteúdos jornalísticos. Por outro lado, os próprios jornalistas alteram a sua forma de produzir e de pensar os formatos da informação fornecida aos destinatários” (BELOCHIO, 2012, p.17). Para a autora, esse cenário posto nas redações acaba transformando a maneira de imaginar o perfil desses leitores dos produtos noticiosos.

“Nas redações multiplataforma em contextos de convergência jornalística, intensifica-se a horizontalidade na produção, edição e distribuição das notícias” apontam BELOCHIO; BARRICHELLO; ARRUDA (2017, p.26). Portanto, esse cenário posto se vincula ao contexto do jornalismo pós-industrial (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013), e

suas transformações na base do jornalismo e suas dimensões profissionais, empresariais e de conteúdo, considerando que a distribuição da notícia ocorre de forma multiplataforma e passou a ser potencializada, contando com recursos digitais cada vez mais tecnológicos e acessíveis. Esse movimento está também diretamente relacionado ao nosso objeto de estudo, o projeto #UmaPorUma, que foi pensado para ser multimídia e multiplataforma. Essa distribuição multiplataforma acontece através dos quatro veículos que fazem parte do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação: televisão, online, impresso e rádio.

Uma vez que uma organização de mídia tem seu website, esse tem o potencial de estender a capacidade de organização da publicação de conteúdo proveniente tanto de emissoras de rádio e tv como de jornais – textos, tabelas e informação de fundo, e vídeo, galerias de fotos e versões mais longas de histórias que aparecem no impresso. E ainda, ambos podem proporcionar novos tipos de conteúdo, incluindo narrativas interativas, blogs e hiperlinks (GRANT, 2009 apud LONGHI, 2011, p. 196).

Partindo desse contexto, Bradshaw (2014) observa:

Os jornalistas do impresso tiveram de se adaptar para produzir cobertura ao vivo, enquanto os de televisão se transformaram em bloggers – ambos ainda estão tentando encontrar uma maneira de combinar a demanda de preencher um boletim de meia hora ou uma página dupla com o espaço elástico proporcionado pela Web e pelas propriedades dos dispositivos móveis. O desafio fundamental é que agora as notícias estão a ser produzidas sem as limitações do espaço físico que sustentava a organização das redações. A captação de notícias, a produção e distribuição podem, agora, ocorrer simultaneamente – e serem potencializadas. (BRADSHAW, 2014, p.116)

No entanto, Salaverría e Negredo (2008) chamam atenção para uma questão que acaba se tornando comum na distribuição multiplataforma: a repetição do mesmo conteúdo em diversos meios, o que eles chamam de shoveware - que “é a informação publicada a granel, sem seleção nem adaptação ao suporte” (SALAVERRÍA; NEGREDO, 2008, p.58). Os autores apontam que a integração das redações pode ser a solução para que esse tipo de prática não entre na rotina produtiva das redações. “Em uma redação integrada, o shoveware se minimiza, porque as informações se constroem pensando em todos os suportes, em colaboração com equipes que são encarregadas de fazer a adequação a cada um deles” (*idem, ibidem*).

Esse processo tem ressonância nas reflexões de Lordêlo (2015) sobre a construção da notícia, que começou a ser realizada em um contexto integrado vertical (entre os telejornais, por exemplo) e horizontal (entre telejornais e portal). Dessa maneira, passando a ser multiplataforma e com uma condição de orientação empresarial. Essas publicações podem ser tanto apenas notificações informativas quanto reportagens aprofundadas produzidas de maneira integrada e distribuídas em fluxo contínuo (SOUSA, 2018). Essas mudanças afetam todas as mídias, se traduzindo como novos vínculos editoriais e comerciais entre elas. Esse processo está sendo atualmente liderado por empresas de telecomunicação, produtores de dispositivos informáticos e desenvolvedores de aplicativos (SALAVERRÍA, 2010). Neste contexto, Rico (2012) observa que “[...] o avanço tecnológico tem otimizado as tarefas habituais, ao mesmo tempo que forçou a criar novos modelos informativos (RICHERI, 1994) e novas estruturas empresariais” (RICO, 2012, p.106, tradução nossa²⁹). Por conta desse cenário, as empresas jornalísticas foram obrigadas a migrar

De um modelo de produção altamente condicionado pelo suporte de recepção – o jornal de papel, o transistor de rádio, os aparelhos de televisão – a outro relativamente independente desse fator. Diferentemente do passado, no jornalismo atual, a mesma peça informativa tende a ser consumida através de múltiplos canais e suportes, muitas vezes simultaneamente (p.33, tradução nossa³⁰).

Estes múltiplos canais e suportes são alguns dos resultados do processo de convergência. A busca por esse modelo de jornalismo multimídia tem crescido nas empresas de comunicação espalhadas pelo mundo, e é sobre isso que falaremos a seguir.

1.5 - Vários meios em um mesmo lugar: a reportagem multimídia

Uma das principais consequências da internet foi ter transformado as formas de comunicação e de acesso à informação. Graças a World Wide Web (WWW), esses novos modos, aponta Lévy (1999), passaram a se ressignificar, tendo em vista o seu caráter “diferenciado, personalizável, sua reciprocidade, um estilo de navegação transversal e

²⁹ “[...] avance tecnológico ha optimizado las tareas habituales, a la vez que ha obligado a crear nuevos modelos informativos (RICHERI, 1994) y nuevas estructuras empresariales” (RICO, 2012, p.106).

³⁰ “Desde un modelo de producción sumamente condicionado por el soporte de recepción - el periódico de papel, el transistor de radio, los televisores-, hacia otro relativamente independiente de ese factor. A diferencia de antaño, en el periodismo actual una misma pieza informativa tiende a ser consumida a través de múltiples canales y soportes, a menudo de manera simultánea” (p.33).

hipertextual, a participação em comunidades e mundos virtuais diversos etc” (p.195). Neste contexto, as narrativas, especialmente as jornalísticas – que são o nosso foco, antes limitadas pelo espaço, passaram a ser “ilimitadas” e ampliadas. Tudo isso, claro, está diretamente relacionado ao processo de convergência que já foi debatido anteriormente. Dentro de todo esse universo, se encaixam as narrativas multimídias, que ganharam mais força e inovação com o crescente avanço tecnológico. O termo não é uma herança exclusiva da era da internet: as primeiras combinações multimídias podem ser consideradas há, pelo menos, dois séculos, visto que, por volta do final do século XIX, começaram a surgir nos jornais os primeiros sinais de imagem. Inicialmente, as edições digitais dos impressos eram apenas transcrições do impresso, mas, com o passar do tempo, se transformaram em algo maior e passaram a utilizar o hipertexto para contextualizar as matérias. Os formatos multimídias contribuíram para encurtar as distâncias entre a mídia impressa e a digital, e, também, ajudaram a unificar não só as redações, como também as funções executadas pelos jornalistas (RICO, 2012).

Diferente do que o leitor estava acostumado, nesta nova fase as reportagens são enriquecidas com elementos que só o webjornalismo proporciona, como a mistura de texto, vídeo, foto, infográficos, *newsgame*, por exemplo, em um só lugar. Longhi (2014) aponta que a renovação dos produtos multimidiáticos jornalísticos se deu por volta do final da década de 2000 graças às possibilidades proporcionadas pelo surgimento do HTML 5. Para a autora, “a grande reportagem multimídia tem se destacado no jornalismo online como o lugar onde o jornalismo online mais tem explorado as possibilidades de convergência de linguagens do meio digital” (LONGHI, 2014, p.900). Entende-se por grande reportagem multimídia (GRM) aquelas que contêm um texto longo, aprofundado e que utiliza diversos elementos multimídia. É considerada, também, como uma herança das grandes reportagens comumente encontradas, no passado, no impresso.

Salaverría (2014) afirma que a comunicação humana é e sempre foi multimídia, visto que, enquanto seres humanos, identificamos o mundo através dos cinco sentidos: visão, audição, tato, olfato e paladar. Com a chegada da internet surgiu, porém, uma plataforma que oferecia a possibilidade de combinar simultaneamente múltiplos formatos comunicativos. O autor considera que não há sentido fazer uma enumeração de elementos como imagens, sons, texto, ou a qualquer outro tipo porque basta que apenas dois desses elementos coincidam que já estaremos diante de uma mensagem multimídia. Dessa forma, ele define a multimídia

apenas como a “combinação de, pelo menos, dois tipos de linguagem em apenas uma mensagem. (...) Dito de outro modo, qualquer mensagem que não seja monomídia é multimídia” (SALAVERRÍA, 2014, p.30). Por outro lado, é necessário observar que multimídia vai muito além da combinação de texto, som e imagens. O autor considera que há três sentidos principais para o conceito de multimídia. São eles:

1) Multimídia como multiplataforma: é quando, em casos específicos, são elaboradas estratégias editoriais e/ou comerciais para que os diversos meios trabalhem juntos em uma determinada cobertura jornalística para que o resultado seja positivo de forma conjunta. Se encaixa nesse tipo de sentido o nosso objeto de estudo, o projeto #UmaPorUma, visto que o material foi pensado para ser distribuído em quatro plataformas: TV, rádio, jornal e site.

2) Multimídia como polivalência: o jornalista se torna polivalente a partir do momento em que as empresas passam a poupar custos “obrigando” a criação de um perfil de profissionais capazes de desempenhar tarefas que antes eram realizadas por várias pessoas. Esta realidade acabou se relacionando diretamente com a criação de três tipos de polivalência que já foram explicadas anteriormente: polivalência midiática, polivalência temática e polivalência funcional.

3) Multimídia como combinação de linguagem: é a mais comum. Apesar de trazer a definição dos autores de que a multimídia utiliza em conjunto e simultaneamente diversos meios, como imagens, sons e texto, na transmissão de uma informação, Salaverría (2014) prefere não usar na definição do termo nenhuma referência a esses elementos. Para ele, a simples combinação de dois elementos já transforma algo em multimídia.

Salaverría (2014) também considera que os conteúdos multimídia podem ser constituídos por oito elementos diferentes (tabela 1).

Tabela 1- Elementos do conteúdo multimídia

ELEMENTO	CARACTERÍSTICAS
Texto	É considerado a “coluna vertebral” que sustenta as narrativas multimídias. Para o autor, de todos os elementos, o texto é o que oferece o conteúdo mais racional e interpretativo. Neste sentido, para que seja possível explorar as possibilidades de comunicação multimídia é extremamente necessário dominar o texto.

Fotografia	Tem uma presença ubíqua nos cibermeios e nas redes sociais. Graças à internet, há inúmeras possibilidades à linguagem fotográfica, sem fronteiras em termos tanto de quantidade, como de dimensão e formato.
Gráficos, iconografia e ilustrações estáticas	São determinantes na internet, visto que é um meio em que a participação do público é cada vez mais incentivada, permitindo uma navegação ativa. Esses elementos podem funcionar como “orientadores” durante a navegação na web.
Vídeo	Tem sido, cada vez mais, protagonista nas publicações digitais. Enquanto na televisão os vídeos são longos e contemplados de forma apática, na internet é o contrário: seu formato é mais curto e mais ativo. Além disso, a sua utilização é cada vez mais personalizada. O autor considera que qualquer projeto de informação multimídia na internet é obrigado a utilizar o vídeo.
Animação	São imagens e ilustrações que podem ser feitas em 2D e 3D, por exemplo. Além disso, efeitos de movimento podem ser acrescentados. Antes restrita aos jogos e entretenimento, a partir do século XXI começou a ser usada, também, no jornalismo. Devido ao tempo de produção, é utilizada, na maioria das vezes, em conteúdos que não são urgentes, ou seja, raramente se usa em notícias factuais.
Discurso oral	Quando usado corretamente, acrescenta grande valor às informações digitais. Graças a ele, é possível, por exemplo, intensificar a emoção daquilo que está sendo narrado. Pode ser utilizado nas peças multimídia de duas formas principais: através da “voz off” e pelo “vivo”.
Música e efeitos sonoros	O seu uso pode provocar emoção e acrescentar veracidade àquilo que se mostra através das imagens.
Vibração	Praticamente não é usado no meio informativo. Por outro lado, o autor acredita que num futuro próximo os criadores de conteúdo multimídia devem descobrir as diversas potencialidades e possibilidades narrativas da vibração.

Fonte: elaboração nossa baseada em Salaverría (2014).

Neste contexto, Díaz Noci (2009) reflete que a multimídia está muito presente nos nossos hábitos culturais - o simples ato de jogar videogame, a compra de ingressos para shows ou a leitura de artigos na Internet, e informações atuais, são oferecidos em formato multimídia, integrando diferentes tipos de informações na mesma mensagem. É possível

perceber que, a partir dos anos 2000, houve um incremento na presença dos conteúdos multimídia, com destaque para o vídeo (MASIP; DÍAZ NOCI; DOMINGO; MICÓ SANZ; SALAVERRÍA, 2010), fenômeno observado também por Rico (2012), que aponta o vídeo como consequência principal da convergência multimídia. De fato, a Pesquisa TIC Domicílios ³¹ divulgada em 2018 apontou que o ato de assistir vídeos online alcançou a primeira posição entre as atividades multimídias realizadas pelos internautas brasileiros - o índice saltou de 49% para 71% entre 2012 e 2017.

É cada vez mais comum incluir vídeo e áudio em portais, bem como a incorporação de funções multimídia em dispositivos móveis. Isso supõe que os papéis híbridos apareceram, porque os trabalhos são mais flexíveis e integradores, longe da tradicional dicotomia entre técnicos e criativos. Em relação à contratação de recursos humanos externos, para além do aumento do volume de conteúdos audiovisuais, tem sido propiciado pela redução de custos. Portanto, e para isso, recorreu à terceirização e à co-produção (RICO, 2012, p.109, tradução nossa³²)

No entanto, o protagonismo do jornalismo multimídia não significa que os meios tradicionais vão sumir. Finger (2012) considera que “a história já demonstrou que não há mídia vencedora, uma nova mídia não destrói a anterior. Todas permanecem, interagem, se complementam e se retroalimentam” (FINGER, 2012, p. 122). Fidler (1997) segue pela mesma linha de pensamento, considerando que cada mídia que surge é apenas a transformação de uma mídia já existente, portanto, nenhuma desaparece, elas apenas evoluem e se adaptam à nova realidade. Sendo assim, esses “ingredientes multimídia” (SALAVERRÍA, 2014) devem estar interligados entre si para evitar a competição e fornecer um resultado positivo e coordenado. Para que isso aconteça, Salaverría (2014) sugere seis critérios que podem facilitar a coordenação dos diversos elementos multimídias com êxito na produção de uma informação:

1) **Compatibilidade:** o autor defende que o primeiro passo para desenvolver corretamente a linguagem multimídia é combinar elementos compatíveis entre si. Sendo assim, o mais

³¹ Consumo de vídeo online já é preferido por 71% dos internautas do país. Disponível em: <<http://bit.ly/2WFYaxZ>>. Acesso em 8 nov. 2018.

³²“Cada vez es más habitual la inclusión de video y audio en los portales, de servicios a la carta, así como la incorporación de funciones multimedia en dispositivos móviles. Esto supone que hayan aparecido roles híbridos, porque los empleos son más flexibles e integradores, lejos de la tradicional dicotomía entre técnicos y creativos. En cuanto a la contratación de recursos humanos externos, además de por el aumento del volumen de contenidos audiovisuales, ha sido propiciado por la reducción de costes. Por ello, y para tal fin, se ha recurrido al outsourcing y a la coproducción (RICO, 2012, p.109).

adequado é utilizar os elementos que tenham compatibilidade e que não exijam um esforço do público para entender e acompanhar aqueles elementos - isso pode causar desinteresse. Exemplos corretos de uso: imagem e som, fotografia e texto, vídeo e texto, texto e o som resultante da leitura desse mesmo texto, etc.

2) Complementaridade: todos os elementos multimídia devem abordar o mesmo assunto, de forma que os elementos sejam compatíveis entre si e se enriqueçam mutuamente. Portanto, é preciso articular a quantidade de informação que cada elemento terá e, se for dedicado mais espaço ou tempo para um, será preciso compensar diminuindo o resto.

3) Ausência de redundância: pode haver, até certo ponto, a repetição entre texto, som, imagens e vídeo, porém, o autor defende que é um erro grave repetir o mesmo conteúdo em cada formato. Salvo algumas exceções, deve se evitar ao máximo essa redundância, visto que isso aborrece o público que está consumindo aquele conteúdo.

4) Hierarquização: nesta composição, é defendido que, em algumas vezes, será necessário colocar algum elemento como protagonista. Isso não quer dizer, no entanto, que essa hierarquização significa eliminar os outros conteúdos - na verdade, simplesmente será feita uma escolha sobre qual é a linguagem mais adequada e que terá mais tempo e/ou espaço para transmitir aquela informação.

5) Ponderação: diferente dos outros meios, na internet “cabe tudo” e não há limitação de tempo e espaço, no entanto, não necessariamente o receptor está disposto a dedicar grande tempo do seu dia para consumir aquele determinado conteúdo. Portanto, é preciso ponderar a quantidade de informação disponível. O autor apresenta uma fórmula para auxiliar a distribuir essa informação de forma conveniente: a estruturação em camadas. A primeira, seria uma camada superficial com informação básica direcionada aos que têm algum interesse na informação; já a segunda é mais profunda e densa, dirigida aos que querem ter detalhes sobre o tema.

6) Adaptação: ao publicar um conteúdo no meio digital, é preciso levar em conta que ele faz parte de uma publicação coletiva e, portanto, se faz necessário “respeitar os parâmetros formais que são determinados pela arquitetura hipertextual da publicação, assim como pelo seu livro de estilo” (SALAVERRÍA, 2014, p.44). Sendo assim, questões como usar tipografias próprias da publicação digital ou ajustar a informação multimídia às dimensões

especiais dessa publicação não extremamente necessárias nesse processo – a adaptação do conteúdo aos parâmetros formais e estruturais da publicação podem fazer com que a recepção do público seja mais eficiente.

Para Diaz Noci, a multimídia é a “integração de vários recursos expressivos dentro do meio” (2009, p.215). Esses recursos são considerados como unidades de informação que se organizam mediante ao que Salaverría (2014) chama de sintaxe multimídia. Neste sentido, essa modalidade define certas “regras” de composição e organização sintática (SALAVERRÍA, 2001) do conteúdo multimídia. Observemos as características de cada uma (tabela 2).

Tabela 2 - Tipos de multimídia

SINTAXE	CARACTERÍSTICAS
Multimídia por justaposição	É quando um elemento é apresentado juntamente com outro. Exemplo: quando um texto é apresentado juntamente com um vídeo. Os elementos se organizam a partir de um critério exclusivamente informativo, sendo, portanto, a modalidade mais básica e comum de multimídia.
Multimídia por coordenação	Nesta, a linguagem informativa é múltipla, combinando, portanto, textos, sons, fotografias, infografias e/ou vídeos de forma simultânea. Por combinar todos os elementos em uma única peça informativa, é considerada a modalidade mais avançada e também a mais difícil de se colocar em prática.
Multimídia por subordinação	Essa modalidade é gerada quando existe uma relação hierárquica entre os elementos multimídia - ou seja, é observado o elemento principal e os elementos multimídias se sujeitam a ele, que assume mais o protagonismo.

Fonte: elaboração nossa baseada em Salaverría (2014)

JORNALISMO DE PROFUNDIDADE

2.1 - Narrativas *longform* e *slow journalism*

Num cenário de achatamento das redações, com equipes cada vez mais enxutas, profissionais polivalentes, e crise no jornalismo, a qualidade das reportagens publicadas

acaba, muitas vezes, declinando. Com tantas tarefas para dar conta, se aprofundar na análise e apuração - atividades que demandam muito tempo - acabam indo para o segundo plano e o foco acaba sendo em publicar primeiro e não levar “furo” da concorrência - ao passo que sobra informação relevante que não é apurada nem tão pouco publicada por conta dessa sede em noticiar em primeira mão. Bourdieu (1997) reflete que essa velocidade da produção impede que se crie um pensamento crítico nas reportagens. Neste contexto, portanto, questiona o autor: “é possível pensar com velocidade?” (BOURDIEU, 1997, p.38), ao passo que responde da seguinte forma: “ao que me parece, eles pensam por “ideias feitas”. As “ideias feitas” de que fala Flaubert são ideias aceitas por todo mundo, banais, convencionais, comuns; mas são também ideias que, quando as aceitamos, já estão aceitas, de sorte que o problema da recepção não se coloca” (*idem, ibidem*).

Neste contexto onde a quantidade tem sido a protagonista diante da qualidade, essa velocidade foi ainda mais potencializada com a revolução tecnológica. O comportamento e o hábito do público foi modificado e essa audiência passou a ser ávida por informações em tempo real ao acontecimento em um novo cenário de superabundância de informação (CEDILLO; CARRETERO, 2015). Neste cenário, o trabalho nas redações também passou a ser modificado, afetando a rotina produtiva. “Muitos jornalistas se tornaram reféns da tela do computador, em vez de ir para a rua, entrevistar pessoas, testemunhar os acontecimentos e tomar contato com a realidade fora dos ambientes corporativos. O resultado é a superficialidade” (GOMES, 2015, p.16). Além de mais superficiais, as reportagens também estão mais propícias a erros. Cedillo e Carretero (2015) refletem que “quando a velocidade é imposta como o horizonte final do jornalismo, acabam negligenciando os valores deontológicos fundamentais, como a produção de informações verdadeiras, plurais e confrontadas” (p.452, tradução nossa³³).

No entanto, na contramão desse cenário, as narrativas *longforms*, inseridas dentro do contexto de grandes reportagens multimídia (GRM), artigos, etc, parecem ser um alento para os jornalistas e leitores que prezam pelo jornalismo de qualidade. O termo, que não é recente, está relacionado a uma narrativa mais aprofundada, com textos mais longos e elementos gráficos e audiovisuais (mapas, fotos, infográficos, vídeos e áudios), que se difere do padrão

³³ “Cuando la velocidad se impone como horizonte último del periodismo, se acaban descuidando valores deontológicos fundamentales como el de crear información veraz, plural y contrastada” (CEDILLO; CARRETERO, 2015, p.452).

realizado no dia a dia do jornalismo (FISCHER, 2013 apud LONGHI; WINQUES, 2015). Além disso, nesse tipo de narrativa, os elementos multimídia são usados com frequência. Longhi e Winques (2015) apontam que “o resgate – e consolidação desse tipo de narrativa – é justificado, por alguns autores, pela disseminação dos dispositivos móveis, que permite uma maior portabilidade e facilidade de leitura” (p.2). Chris Ip (2014) segue pela mesma linha de pensamento e afirma que o *longform* nasceu do medo de que a qualidade da reportagem em profundidade fosse manchada por conta da corrida do tráfego de mídia digital. Já Longhi (2017) considera o jornalismo *longform* como uma tendência e o marco de um período de amadurecimento e de consolidação da narrativa ciberjornalística.

O termo ganhou maior visibilidade após a publicação da grande reportagem multimídia *Snow Fall*³⁴, do The New York Times, em 2012 (LONGHI, 2014; LONGHI e WINQUES, 2015; LONGHI; FLORES, 2017), no que Malik (2013) classificou como “um novo estilo de contar histórias e um novo modelo para o jornalismo do século 21” (online, 2013). Elementos como gráficos interativos, vídeos, fotos, animações e áudios foram utilizados no projeto, que demorou seis meses para ser produzido e é dividido em seis partes para contar a história de uma avalanche em Tunnel Creek, nos Estados Unidos, que deixou três esquiadores de elite norte-americanos mortos. De acordo com o Times, foram feitas entrevistas com todos os sobreviventes, as famílias dos falecidos, socorristas em Tunnel Creek, funcionários do Stevens Pass e especialistas em ciência da neve. Também foram analisados os relatórios da polícia, do médico-legista, da patrulha de esqui e das 40 ligações feitas para o número de emergência 911 após a avalanche. No site, é possível ver que a reportagem teve mais de 11 mil comentários. Na época, a então editora executiva do jornal, Jill Abramson, divulgou que *Snow Fall* alcançou cerca de 2,9 milhões de visitas e mais de 3,5 milhões de *page views* (BACCIN, 2017) e apontou que o *Snow Fall* virou um verbo no jornalismo americano (MALIK, 2013). Baccin (2017) reflete que essa reportagem teve como resultado a introdução da verticalização da narrativa que, até então, tinha o design e a estrutura visual “fragmentados, evitando o uso de textos longos e de uma simbiose mais efetiva entre as várias formas expressivas” (BACCIN, 2017, p.94).

Muito além de ser apenas um texto longo, o jornalismo *longform* “sinaliza um resgate da qualidade, apuração e contextualização já conhecidos do jornalismo impresso, especialmente consagrados pela reportagem” (LONGHI; WINQUES, 2015, p.8). No entanto,

³⁴ Disponível em: <<https://nyti.ms/3356I0U>>. Acesso em: 22 abril. 2019.

para falarmos de narrativas *longform* é necessário, também, refletirmos sobre o conceito de inovação. Para Longhi e Flores (2017), a narrativa *longform* está diretamente relacionada ao contexto da inovação, visto que esta “tem sido reconhecida como um importante elemento para incrementar a qualidade e a aceitação do jornalismo” (LONGHI; FLORES, 2017, p.23). As autoras refletem, ainda, que “com as constantes modificações tanto de cunho tecnológico, como de mercado consumidor no jornalismo, a inovação já não pode ser vista como um elemento extra, e sim como uma necessidade para a área, que busca alternativas para sobreviver em um cenário de crise” (LONGHI; FLORES, 2017, p.25). Algumas das inovações recentes e relevantes incorporadas pelo jornalismo nos últimos anos podem ser constatadas, como o uso de blogs, redes sociais, base de dados, além das possibilidades de produzir, circular e consumir informação jornalística através das mais diversas plataformas (BARBOSA, 2014). A autora aponta, ainda, que o cenário atual da inovação tem como preceito a convergência jornalística e as suas principais áreas de alcance. Dessa forma, “a dinamicidade também passa a ser uma característica igualmente desafiadora para as organizações jornalísticas, envoltas em nova crise, e enfrentando as complexidades que a internet, a convergência jornalística, os novos dispositivos móveis e a comunicação móvel colocam nesse momento” (BARBOSA, 2014, p.3). Nesse caminho de inovação, os *Media Labs* têm papel importante na implantação desse processo nas redações. Os *Media Labs* são “estruturas dedicadas a endereçar problemas relacionados à inovação na indústria de mídia e têm o seu surgimento vinculado a universidades” (CANAVILHAS; PELLANDA; NUNES, 2018, p.178). Os autores apontam, ainda, que essas estruturas estão destinadas a apontar novas soluções para os desafios da indústria midiática “a partir das reconfigurações que emergem no âmbito dos dispositivos e das novas tecnologias de distribuição, com repercussões nas narrativas, nas formas de consumo, nos modelos de negócios ou mesmo nos produtos de, e para, as redações jornalísticas” (CANAVILHAS; PELLANDA; NUNES, 2018, p.179).

Neste contexto, as narrativas *longforms* se encaixam como inovadoras mas, também, como um grande desafio, visto que o seu conteúdo aprofundado está inserido em um ambiente repleto de distrações, que é a web, e que requer mais tempo, disposição e vontade de consumir por parte do leitor. Além disso, está envolta em um cenário onde o consumidor deixou de ser passivo e passou a ser ativo. Ou seja, se no passado conquistar a atenção do público era relativamente simples – famílias se reuniam para assistir ao telejornal, pessoas já acordavam

ouvindo rádio e a leitura do jornal era “obrigação diária” – nesta nova era conectada isso tem sido um obstáculo cada vez mais complexo. No entanto, Longhi (2014) defende que “há um público leitor para esse tipo de tratamento do texto narrativo e que, seguramente, o jornalismo online vem ganhando em qualidade com esse tipo de formato” (p.914). Gomes (2015) segue pelo mesmo caminho e reflete que é um mito a ideia de que as pessoas, especialmente os jovens, não gostam de ler textos grandes e que preferem informações curtas que não exijam tempo nem muita concentração. “No longo prazo, o papel e os meios convencionais de distribuição talvez estejam com os dias contados, mas o efeito de uma reportagem bem apurada e relevante do ponto de vista do interesse coletivo jamais perderá o espaço privilegiado que até hoje ocupou” (GOMES, 2015, p.14). A pesquisa *Metrics for News*³⁵ do *American Press Institute* ratifica esse pensamento do autor. De acordo com o estudo, o número de engajamento, visualizações e compartilhamentos de histórias categorizadas como *longform* são superiores aos números de outras histórias de reportagem do cotidiano.

Esse tipo de narrativa pode se dar a partir de dois padrões de leitura: de dimensão vertical, quando a leitura é feita a partir da barra de rolagem; e de dimensão horizontal, quando se lê por meio de capítulos ou seções (LONGHI; WINQUES, 2015). A primeira tem sido utilizada mais frequentemente tanto nas grandes reportagens multimídia quanto nos portais específicos³⁶ de *longform*, no entanto, isso pode variar, não havendo, necessariamente, um padrão obrigatório a ser seguido. Longhi (2016) defende que uma das vantagens da narrativa *longform* é estar inserida no ambiente online, pois permite agregar conteúdos multimídia, abrindo “um campo enorme para utilizar elementos como vídeo, foto, infográficos, dentre outros, que atraem um leitor que não está tão acostumado com um texto de mais ‘fôlego’” (LONGHI, 2016, online). Em um estudo recente sobre o tema, Baccin (2017) concluiu que esse tipo de narrativa pode ser compreendida a partir de algumas características (tabela 3).

Tabela 3 - Características da narrativa *longform*

ASPECTO	CARACTERÍSTICAS
Quanto à dimensão	- Narrativa longa;

³⁵ How to engage readers with digital longform journalism. Disponível em: <<http://bit.ly/2JHdD4O>>. Acesso em: 22 abril. 2019.

³⁶ Podem ser citados como exemplos de portais que agregam reportagens de narrativa longform o <https://longform.org/>, <https://longreads.com/> e <http://thefeature.net/>. Acesso em: 22 abril. 2019.

	<ul style="list-style-type: none"> - Período de produção estendido; - Exigência de longo tempo de leitura.
Quanto aos recursos técnicos	<ul style="list-style-type: none"> - Design responsivo; - Predominância da verticalização/paralaxe; - Utilização do efeito “cortina”³⁷.
Quanto aos elementos de qualidade	<ul style="list-style-type: none"> - Aprofundamento do tema; - Contextualização/memória; - Imersão; - Uso de base de dados; - Humanização da narrativa; - Hipertextualidade; - Multimídia; - Interatividade.

Fonte: Baccin (2017, p.97)

No Brasil, há algumas iniciativas de narrativas *longform* bem-sucedidas, como o UOL TAB³⁸, um projeto de conteúdo multimídia do UOL criado em 2014 e que traz, todas as segundas-feiras, reportagens inéditas “aprofundadas, provocadoras e de alta qualidade” (UOL, 2014). Segundo Rodrigo Flores, diretor de conteúdo do UOL, “o TAB é a resposta do UOL para a necessidade do nosso público de consumir conteúdo de qualidade em formatos criativos, interessantes e interativos. O TAB buscará novos pontos de vista e abordagem sobre temas como sustentabilidade, mobilidade, consumo, comportamento e tecnologia” (FLORES, 2014, n.p).

Esse cenário posto se vincula, também, diretamente ao conceito de *slow journalism* (ORCHARD, 2014, 2017; LE MASURIER, 2016) que, como a própria tradução já sugere, é um jornalismo mais lento, onde o repórter tem o tempo a seu favor, levando até meses para construir uma reportagem. Díspar ao processo de fluxo intenso e constante de informações, propõe que a matéria seja contextualizada, analisada e que não sofra pressões externas. O termo tem como co-fundador o britânico Rob Orchard (LONGHI; WINQUES, 2015), que em janeiro de 2011 criou a primeira revista de *slow journalism* do mundo, a “*Delayed Gratification*”³⁹ (ou “Gratificação Atrasada”, em tradução livre). O periódico é publicado

³⁷ “É quando a texto surge sobre a foto e esta vai sumindo, como a sensação de uma janela se abrindo. O mesmo pode acontecer com a fotografia em relação ao texto” (BACCIN, 2017, p.92).

³⁸ Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/>>. Acesso em: 22 abril. 2019.

³⁹ Disponível em: <<https://www.slow-journalism.com/>>. Acesso em: 22 abril. 2019.

quatro vezes ao ano com reportagens sobre os acontecimentos dos últimos três meses anteriores à publicação e é financiado pelos leitores, não dependendo de publicidade para se manter. Orchard (2017) reflete que o *slow journalism* é um apelo ao bom jornalismo. “É apenas um apelo ao jornalismo inteligente e ponderado que permite aos jornalistas fazer o que fazem melhor: olhar o que está acontecendo e tentar dar a você a melhor análise possível” (ORCHARD, 2017, online, tradução nossa⁴⁰).

O movimento *slow* começou em 1986 durante um protesto em Roma contra a abertura de um restaurante do tipo *fast food*. Durante a década de 1990, se estendeu para diversos âmbitos como “*slow food*”, “*slow fashion*”, “*slow tourism*”, e tem conquistado apreciadores ao redor do mundo com a proposta de desaceleração, chegando, inclusive, ao jornalismo. “Este jornalismo não exige uma lista de verificação das principais características para se qualificar como lento. O termo, como o próprio movimento *slow*, é mais uma orientação crítica para os efeitos da velocidade na prática do jornalismo” (LE MASURIER, 2015, p.143).

Um documentário⁴¹ sobre o tema está sendo produzido por pesquisadores italianos e, além disso, diversos países também têm adotado projetos de “jornalismo lento”, como é o caso do site finlandês “*Long Play*”, que se apresenta como “mais longos que os artigos de jornal, mas menores que os livros”. Durante o ano, o site publica 12 artigos longos que são pagos. No país, o modelo cresceu tanto que já há uma “Associação de *slow journalism*”⁴² que promove artigos, eventos, treinamentos e distribui bolsas para jornalistas interessados em produzir matérias “lentas”. O gênero também já foi tema de TEDx⁴³ em Madri com Rob Orchard que, em seu discurso, criticou duramente a maneira como as reportagens são apuradas e publicadas atualmente. Ao exemplificar um erro grave de apuração cometido pelo portal de notícia inglês *MailOnline*, um dos maiores do mundo, Orchard foi enfático: “para entender porque esse tipo de erro ocorre, precisamos entender uma coisa muito fundamental sobre uma mudança na mídia recentemente: que é que ser o primeiro, tornou-se muito mais importante do que estar certo” (ORCHARD, 2014, tradução nossa⁴⁴). Ele esclarece, ainda,

⁴⁰ “Slow journalism, really, is just a call for good journalism. It’s just a call for considered, intelligent journalism that allows journalists to do what they do best: look at what is going on and try to give you the best analysis of it” (ROB ORCHARD, 2017, online).

⁴¹ Slow News - a documentary. Disponível em: <<https://bit.ly/2PcbpvT>>. Acesso em: 22 abril. 2019.

⁴² *Mikä Hitaan Journalismin Yhdistys*. Disponível em: <<http://bit.ly/2C48dwE>>. Acesso em: 22 abril. 2019.

⁴³ The slow journalism revolution. Disponível em: <<https://bit.ly/1nss4uF>>. Acesso em: 25 abril. 2019.

⁴⁴ “But in order to understand why this sort of thing happens, why this sort of mistakes occur, we need to understand one very fundamental thing about a change in the news media recently. Which is that being first, has become much more important than being right” (ORCHARD, 2014).

que, com a evolução tecnológica, os jornalistas passaram a perceber que, se quiserem acompanhar a velocidade com que as notícias chegam online, precisarão abandonar muitas das coisas que consideravam fundamentais para seu ofício, como, por exemplo conversar com várias fontes sem pressa e ir atrás dos fatos. Orchard considera o contexto atual como uma receita para o desastre, visto que os jornalistas precisam escrever mais em cada vez menos tempo e utilizando menos recursos. “Viralidade e clicabilidade fazem sentido comercial perfeito, mas não se baseiam em um jornalismo que informa e inspira”, critica (ORCHARD, 2014, tradução nossa⁴⁵). Por fim, ele defende que o *slow journalism* não está interessado em ser o primeiro a publicar ou em postar mais de dez matérias por dia, e sim, tem interesse em aprofundar as histórias com qualidade e inteligência, sendo um “antídoto para a hipervelocidade da produção de notícias digitais de hoje” (ORCHARD, 2014).

A expressão *slow journalism* remete às notícias mais pensadas, aprofundadas, contextualizadas, preocupadas com a credibilidade e com uma apuração mais demorada. Nada de novo no jornalismo, tendo em vista que esses são alguns dos princípios básicos da apuração, mas não há como negar que foram tradições abandonadas, principalmente, com a velocidade imposta após a chegada massiva das novas tecnologias. “O que é novo é o contexto de hiper-aceleração e superprodução de jornalismo, onde a qualidade sofreu, a ética é comprometida e a atenção do usuário foi corroída” (LE MASURIER, 2016, p. 439). O autor observa, ainda, que por conta da grande urgência para se publicar as notícias, problemas éticos surgiram no jornalismo ao longo da última década, o que aponta para o surgimento do jornalismo lento como prática conscientemente ética. De encontro com esse pensamento, Cedillo e Carretero (2015) refletem que “o jornalismo lento emerge como uma reação à novidade, brevidade e instantaneidade, e convida você a repensar os tempos necessários para produzir e consumir informações rigorosas, criativas e de qualidade” (CEDILLO; CARRETERO, 2015, p.453). No modelo do *slow journalism*, o jornalismo costuma ser mais independente e não depende de receita publicitária, sendo o leitor o financiador do projeto, reforçando que há público com interesse em consumir um conteúdo mais aprofundado. “É um conteúdo baseado na compreensão e de audiência colaborativa (*prosumers*); e feito com foco no local e em pequena escala”, aponta Prazeres (2018, p.132).

⁴⁵ “Virality and clickability make perfect commercial sense, but they don’t build into a journalism which informs and inspires” (ORCHARD, 2014).

Ao que tudo indica, parece ser possível afirmar que não é um modo de produção lento que “garante” o jornalismo lento. Este também se associa a formas de consumo (ou recepção) sensoriais, “limpas”, conscientes, profundas, com um design e um dinamismo específicos e que prevêem possibilidades de diálogo, interação e construção de vínculos com seus públicos (PRAZERES, 2018, p.134).

Craig (2015) argumenta que precisamos de jornalismo rápido e lento, mas que uma prática mais lenta pode reforçar as principais funções do jornalismo que estão sob desafio. Já Hermann (2015), observa que “‘perder tempo’ pode, de fato, produzir ‘valor agregado’ ao entregar algo radicalmente refinado comparado aos produtos de notícias que inundam a internet” (2015, p.494). Dois manifestos publicados na web apoiam esse modelo e pedem mais calma e apuração na publicação das notícias. São eles: *Not so fast: A manifesto for slow communication*⁴⁶, de John Freeman no *The Wall Street Journal*; e *The Slow Media Manifesto*⁴⁷, assinado por três blogueiros alemães. “Como *slow food*, *slow media* não é sobre o consumo rápido, mas sobre como escolher os ingredientes conscientemente e prepará-los de forma concentrada”, diz um trecho do segundo manifesto. Prazeres (2018) faz alguns apontamentos a respeito desse tipo de narrativa. As observações, no entanto, não são consideradas como uma lista obrigatória a ser seguida para que um material seja definido como *slow journalism*, mas apenas indicações iniciais que podem nortear a compreensão sobre o movimento. Vejamos:

- O *slow journalism* explora todas as potencialidades do meio digital e dos formatos de narrativa de “cauda longa”;
- Em relação aos valores, prioriza a “transparência, a qualidade, a perfeição, a reflexividade, a sustentabilidade, a credibilidade, o respeito e a confiança” (p.132). Também procura ter uma certa aproximação com o público, mas sem tratar a informação como mercadoria e o receptor como um comprador;
- Sobre a produção do *slow journalism*, a autora defende que nesse modelo é muito explorada a colaboração e as inteligências coletivas, ou seja, os “grupos com interesses semelhantes, habilidades diversas e que se reúnem para a execução de um projeto comum” (p.132). Diferente do modelo do jornalismo do cotidiano, quando o

⁴⁶ *Not so fast: A manifesto for slow communication*. Disponível em: <<https://on.wsj.com/2QUXvO8>>. Acesso em: 25 abril. 2019.

⁴⁷ *The Slow Media Manifesto*. Disponível em: <<http://bit.ly/2PJkZJ7>>. Acesso em: 25 abril. 2019.

profissional é basicamente obrigado a ser polivalente, neste é defendida a ideia de um profissional monotarefa;

- O conteúdo publicado em uma matéria de jornalismo lento geralmente atrai o interesse de uma determinada comunidade – e isso não tem, necessariamente, a ver com geografia –, e são distribuídas de forma “orgânica, sem relações com a publicidade ou com sistemas de alavancagem de algoritmos em ambientes digitais” (p.132).

No Brasil, um exemplo recente de uma reportagem publicada com características da narrativa *longform* e do *slow journalism* teve uma repercussão tão grande e positiva que venceu o Prêmio Petrobrás de Jornalismo⁴⁸ na categoria Inovação e vai virar livro e filme. Intitulada “Fofão da Augusta? Quem me chama assim não me conhece”⁴⁹, a reportagem foi feita durante quatro meses pelo repórter Chico Felitti, do BuzzFeed News, para contar a história de Ricardo Corrêa da Silva, artista de rua muito conhecido em São Paulo pelo apelido de “Fofão da Augusta” e que faleceu em dezembro de 2017. Com um texto longo e uma apuração precisa, a reportagem aprofunda a história do artista e revela quem de fato era aquela “lenda urbana”. Durante o processo de investigação e apuração, Chico Felitti foi atrás de todas as histórias do passado de Ricardo, conversando com colegas de rua, familiares, amores, amigos dele. Ao receber o prêmio por conta da reportagem, Felitti afirmou: “esse homem morreu com um nome, e essa é a maior alegria profissional que eu vou ter na minha vida” (FELITTI, 2018⁵⁰).

Como visto, tanto as narrativas *longform* quanto o *slow journalism* envolvem textos longos, uma apuração lenta e aprofundada e investem na investigação como peça-chave. O projeto #Umaporuma, do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, se articula com essas duas vertentes contemporâneas de jornalismo aprofundado. Neste sentido, abordaremos a seguir questões voltadas ao jornalismo investigativo e que podem contribuir com a discussão.

2.2 - Jornalismo investigativo

⁴⁸ Disponível em: <<http://bit.ly/2PKigir>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

⁴⁹ Disponível em: <<https://bzfd.it/2RNf5YQ>>. Acesso em: 25 abril. 2019.

⁵⁰ Disponível em: <<http://bit.ly/2IAIgdN>>. Acesso em: 25 abril. 2019.

O termo jornalismo investigativo é um tanto quanto polêmico e gera conflitos, visto que muitos teóricos e profissionais argumentam que a investigação é inerente ao jornalismo e, por isso, não haveria necessidade de usar esse tipo de nomenclatura. Autores como Noblat (2002) criticam o uso do termo sob o argumento de que “todo jornalismo pressupõe investigação” (p.80). Gabriel García Márquez (1966) também defendia o mesmo pensamento. Para defender didaticamente uma ideia contrária a esse tipo de reflexão, Nascimento (2007) faz a seguinte analogia:

Para rebater essa idéia, é bom se tomar um exemplo fictício. Em uma quarta-feira qualquer, o ministro da Agricultura concede às 18h uma entrevista coletiva e diz qual é a previsão para a próxima safra de grãos. Um repórter de um grande jornal deixa a coletiva às pressas às 18h30 e corre para seu computador, pois para conseguir que a matéria saia na edição nacional do jornal precisa entregar o texto até as 19h. Com 30 minutos para a tarefa, o repórter não tem tempo para telefonar a outras fontes, fazer pesquisa ou repercutir a informação dada pelo ministro. A matéria publicada no dia seguinte, com base no anúncio feito pelo ministro, é investigativa? Não, já que o trabalho de ouvir as declarações do ministro, fazer algumas perguntas e redigir o texto não é uma investigação. Levando-se em conta a idéia de que todo o jornalismo é investigativo e, caso não seja, não é jornalismo, seria preciso concluir que a matéria publicada pelo jornal sobre a coletiva não é uma matéria jornalística. E, pensando-se assim, se acabaria concluindo que quase 100% das matérias publicadas todos os dias pelos jornais e veiculadas em noticiários de rádio e televisão não são matérias jornalísticas. E então, são o quê? (NASCIMENTO, 2007, p.17).

Seguimos pela mesma linha de pensamento do autor. Em um cenário onde apenas uma parcela das matérias jornalísticas publicadas diariamente são investigativas, é possível concluir que existe, sim, um nicho de vários gêneros do jornalismo – incluindo o investigativo – e eles se diferenciam uns dos outros. Dessa forma, o debate se justifica. O jornalismo investigativo não é igual à cobertura habitual, do dia a dia (HUNTER; HANSON, 2013), levando em consideração que aquelas carecem de metodologias e estratégias específicas, enquanto estas são, muitas vezes, apenas baseadas em *press releases*. Fortes (2005) no livro “Jornalismo Investigativo” aponta que o que diferencia o gênero dos demais setores da atividade jornalística “são as circunstâncias, normalmente mais complexas, dos fatos, sua extensão noticiosa e o tempo de duração que, necessariamente, deve ser maior, embora quase sempre exercido sobre pressão” (FORTES, 2005, p.35). Já Hunter e Hanson (2013) apontam que no jornalismo investigativo são expostas ao público “questões que estão ocultas – seja deliberadamente por alguém em uma posição de poder, ou acidentalmente, por trás de uma massa desconexa de fatos e circunstâncias que obscurecem a entendimento” (HUNTER;

HANSON, 2013, p.7). Kotscho (2000) define a reportagem investigativa como o ramo da reportagem mais difícil e, ao mesmo tempo, mais fascinante. “É você procurar descobrir e contar para todo mundo aquilo que se está querendo esconder da opinião pública” (p.34).

O trabalho exige a conversa com diversas fontes – e não apenas as óbvias e oficiais –, pesquisas, buscas em bancos de dados, cruzamento de informação e, sobretudo, a plena certeza do que está sendo denunciado. Moura (2007), no livro “Caco Barcellos: o repórter e o método”, onde faz o acompanhamento do processo de produção do livro-reportagem “Rota 66”, defende que o processo de apuração deve ser voltado “não apenas para a pesquisa documental, mas para a investigação do espírito e do estado dos personagens, de suas ações e de seu comportamento” (MOURA, 2007, p.245). A autora aponta, ainda, que a apuração se assemelha a um trabalho de escavação.

Não se sabe ao certo quando jornalismo investigativo começou, mas muitos pesquisadores consideram que a sua origem se deu na imprensa norte-americana (NASCIMENTO, 2007). Lopes e Proença (2003) e Sequeira (2005) apontam que as reportagens investigativas de maior relevância começaram a existir após a Segunda Guerra Mundial, mas a idade de ouro mesmo do gênero iniciou no começo do século XX, nos Estados Unidos (NASCIMENTO, 2007), tanto nos jornais quanto nas revistas. No entanto, o verdadeiro marco do jornalismo investigativo, ao menos no mundo ocidental, se deu mais precisamente a partir do dia 18 de junho de 1972 no episódio que ficou conhecido como *Watergate* (FORTES, 2005; KOTSCHO, 2000). Bob Woodward e Carl Bernstein eram repórteres do Washington Post e revelaram um escândalo que culminou na renúncia do então presidente dos Estados Unidos Richard Nixon. Os jornalistas escreveram uma série de reportagens que apontava que o governo dos EUA tinha ligação direta com a invasão do comitê do Partido Democrata, o edifício *Watergate* – por isso o escândalo ficou conhecido por esse nome. Bernstein e Woodward começaram a investigar o caso desde o dia exato que veio à tona e conseguiram uma fonte secreta que trabalhava dentro do próprio governo e foi apelidada por eles como Garganta Profunda (ou *Deep Throat*, em inglês). Só anos mais tarde, em 2005, foi revelado⁵¹ que essa fonte se tratava de Mark Felt, vice-diretor do FBI. Ele era responsável por basicamente confirmar as suspeitas que Bernstein e Woodward já haviam

⁵¹ FBI's No. 2 Was 'Deep Throat': Mark Felt Ends 30-Year Mystery of The Post's Watergate Source. Disponível em: <<https://wapo.st/2CIDDhK>>. Acesso em: 26 abril. 2019.

apurado com outras fontes. As reportagens investigativas acabaram rendendo um livro e um filme, ambos nomeados de “Todos os homens do presidente”.

Embora os registros sobre o jornalismo investigativo girem mais em torno dos Estados Unidos, até mesmo por conta da escassa biografia sobre o tema em outros países, no Brasil o gênero também tem uma história consolidada. Não se sabe exatamente quando as reportagens do gênero começaram a surgir no país, mas Nascimento (2007) afirma que algumas reportagens produzidas durante o século XX já apresentavam características investigativas. No entanto, o jornalismo investigativo só se consolida no país após a redemocratização. O episódio que ficou conhecido como “Collorgate” foi considerado como um marco do jornalismo investigativo no Brasil (FORTES, 2005). Tudo começou com uma entrevista⁵² publicada pela Veja no dia 27 de maio de 1992 com Pedro Collor, irmão do então presidente da República Fernando Collor de Mello. A reportagem, estampada na capa da revista (figura 2) com a foto de Pedro seguida da frase “Pedro Collor conta tudo”, acabou provocando uma série de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) que revelaram um forte esquema de corrupção e culminaram no *impeachment* do ex-presidente, atual Senador pelo estado de Alagoas. Collor de Mello havia derrotado o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva em 1989 e o seu mandato já começou com suspeitas de relações ilegais que ele mantinha com empreiteiras e agências de publicidade. No entanto, só após a publicação da Veja essas denúncias ganharam força. Na entrevista à revista, Pedro Collor detalhou como era a relação entre o seu irmão e Paulo César Farias, conhecido como PC Farias e considerado seu “testa-de-ferro”. PC Farias foi encontrado morto em 1996 junto a sua namorada e, até hoje, há um enorme mistério em torno do crime.

Figura 2 - Capa da revista Veja com Pedro Collor

⁵² “A entrevista que Pedro concedeu à VEJA há 20 anos e que está na raiz do ódio que Fernando Collor tem da revista”. Disponível em: <<https://abr.ai/2B3loA2>>. Acesso em: 25 abril. 2019.



Fonte: Revista Veja

O *impeachment* de Collor pode ser considerado como o marco zero do jornalismo investigativo no Brasil, pois, “a partir dele, jornalistas e donos de empresas de comunicação viram-se diante de uma nova e poderosa circunstância, com consequências ainda a serem dimensionadas” (FORTES, 2005, p.10). Para o autor, a criação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)⁵³, em 2002, fortaleceu ainda mais o gênero. A associação surgiu no mesmo ano em que o jornalista Tim Lopes, repórter investigativo da TV Globo, foi sequestrado, torturado e morto no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, por estar produzindo uma reportagem sobre venda de drogas e exploração sexual em bailes funks promovidos por traficantes armados. Há, ainda, a suspeita de que a morte tenha uma ligação com outra reportagem feita por Tim, em 2001, sobre a venda de drogas no morro. Em resposta ao assassinato, jornalistas de todo o Brasil fizeram, em agosto de 2002, um seminário intitulado “Jornalismo Investigativo: Ética, Técnica e Perigos” e, meses depois, em dezembro,

⁵³ Disponível em: <<https://www.abraji.org.br/>>. Acesso em: 25 abril. 2019.

cerca de 140 jornalistas se reuniram e resolveram criar a Abraji. O objetivo da associação é “o aprimoramento profissional dos jornalistas e a difusão dos conceitos e técnicas da reportagem investigativa”, e isso acontece por meio de cursos online, seminários e congressos. A Abraji também defende o direito de acesso a informações públicas. Iniciativa parecida existe nos Estados Unidos desde 1975. O Investigative Reporters and Editors (IRE)⁵⁴ é uma associação que, bem como a Abraji, é sem fins lucrativos e tem milhares de jornalistas filiados.

Com base em Lage (2001), Sequeira (2005) aponta sete fases da reportagem investigativa. A primeira está na concepção, que pode ocorrer desde pistas dadas por informantes até observação da realidade ou uma simples leitura. Já a segunda é a viabilidade, ou seja, pesquisar se aquela investigação é viável, se há documentos para comprovar, fontes para ouvir, recursos, tempo etc. A familiarização com o assunto é o terceiro passo que envolve pesquisa e consulta de fontes secundárias. A quarta fase é o desenvolvimento de um plano para colocar aquela investigação em prática - isso inclui cruzamento de informação, planilha de custos, etc. Na quinta fase, todos os planos anteriores são colocados em prática, fazendo a oitiva de fontes, consultando documentos e pesquisas aprofundadas. A sexta fase aponta a necessidade de reavaliar tudo que foi apurado e escrito até o momento, para que a ausência de determinadas informações importantes seja apontada e corrigida. Por fim, são feitas a avaliação final, redação e revisão, publicação e, se houver necessidade, a suíte da reportagem.

O jornalismo investigativo pode ser definido pelo tipo de tema que ele aborda, pela reação que ele gera e pela forma como determinada reportagem foi obtida (NASCIMENTO, 2007). Neste contexto, o pesquisador defende que “há uma clara diferença entre descobrir uma irregularidade e descobrir que alguém descobriu uma irregularidade (...) o jornalismo investigativo só existe quando há investigação e quando quem investiga é o próprio jornalista” (p.28). Ele argumenta, ainda, que no jornalismo investigativo a participação ativa do repórter na apuração é primordial, no sentido de que “o vazamento de informações por autoridades, repasse de descobertas de terceiros, reprodução de algum tipo de revelação obtida por algum investigador que não seja o jornalista não são considerados exemplos de jornalismo investigativo” (NASCIMENTO, 2007, p.27). No mesmo caminho, Pereira Júnior (2010) reflete que

⁵⁴ Disponível em: <<https://www.ire.org/>>. Acesso em: 25 abril. 2019.

Investigar é caro, demanda tempo e esforço. Amarga os ventos sazonais da redução de postos de trabalho, das redações enxutas e da carga horária exaustiva, resultados de uma lógica de investimentos sistematicamente voltada para a modernização tecnológica e a infra-estrutura (equipamentos, prédios, rotativas) e nem sempre para a produção de conteúdo qualificado. É vítima de manuais e compêndios de jornalismo, cuja ênfase recai na pedagogia do estilo, não da apuração. Sofre as tentações da era da internet, com o acesso fácil a dados sem que se faça investigação, e das assessorias de imprensa, que mastigam informação para redações despovoadas e sobrecarregadas, em ofertas *fast-food* (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p.75).

Kovach e Rosenstiel (2003 apud NASCIMENTO, 2007) elaboraram uma divisão de três tipos de reportagens relacionadas à investigação, onde é possível visualizar de maneira mais clara determinadas distinções que fortalecem a compreensão do gênero. Vamos a elas:

1- Reportagem investigativa original: é o modelo que nós conhecemos do jornalismo investigativo, onde os próprios repórteres descobrem, investigam e divulgam alguma descoberta até então desconhecida;

2- Reportagem investigativa interpretativa: “revela uma nova forma de olhar alguma coisa, bem como novas informações sobre o assunto” (KOVACH; ROSENSTIEL apud NASCIMENTO, 2007, p.26). Ou seja, é o tipo de reportagem que não investiga exclusivamente algo novo e completamente desconhecido, mas lança um novo olhar em cima daquele fato parcialmente sabido, fazendo com que o público entenda de uma maneira mais aprofundada aquele acontecimento;

3- Reportagem sobre investigações: “a reportagem se origina da descoberta ou do vazamento de informação de uma investigação oficial em andamento ou em processo de preparação por outras fontes, geralmente agências governamentais” (*idem, ibidem*, p.27).

Por todo o trabalho demandado, com a crise que o jornalismo atravessa, as reportagens investigativas têm perdido espaço. Escosteguy (2005) observa que, como as reportagens investigativas custam caro às empresas, elas acabam ficando escassas nas redações. “Bem feito, exige tempo, investimentos, viagens, trabalho em equipe. Ou seja: muitos repórteres para uma mesma investigação durante um período geralmente longo - sinônimo de prejuízo para redações que mal conseguem tocar o dia-a-dia das matérias declaratórias e superficiais” (ESCOSTEGUY, 2005, p.90). No entanto, dois exemplos brasileiros de grande destaque que vão na contramão desse cenário podem ser destacados. O primeiro é a Agência Pública⁵⁵,

⁵⁵ Disponível em: <<https://apublica.org/>>. Acesso em: 27 abril. 2019.

voltada para o jornalismo investigativo. Independente, a Pública foi criada em 2011 e se mantém graças à doações. As reportagens produzidas são focadas na investigação da administração pública, de empresas e do Poder Judiciário. Além disso, reportagens voltadas aos direitos humanos são constantemente abordadas. Fora as matérias, a Agência também realiza concurso para microbolsas de reportagem, mentorias para jornalistas e eventos voltados para o jornalismo investigativo independente. O outro é o The Intercept Brasil⁵⁶, que tem um corpo editorial formado por 21 funcionários - entre repórteres, editores, designers - espalhados pelo Brasil. A base da agência de notícias é o jornalismo investigativo focado em temas como política, corrupção, meio ambiente, segurança pública, tecnologia, mídia etc. Nota-se, no entanto, que ambos os exemplos se dão em redações menores e focadas no nicho específico do jornalismo investigativo, sendo, talvez, uma possível tendência a ser adotada pelas redações espalhadas pelo país.

Se o pilar do jornalismo investigativo é a apuração aprofundada, a união com o jornalismo de dados é um dos pontos primordiais para que a investigação seja produtiva. Sendo assim, abordaremos o tema a seguir.

2.3 - Jornalismo em base de dados

Num contexto marcado pelo “aumento da velocidade de transmissão, pela evolução das máquinas computacionais com grande capacidade de processamento e armazenamento de dados, com o desenvolvimento de linguagens de programação cada vez mais amplas e que negociam de várias formas com robustos bancos de dados” (LIMA JÚNIOR, 2012, p.210), redefiniu-se, também, a forma de atuação do jornalista, que passa a ter a necessidade de se aproximar de outras áreas distintas do jornalismo. Quem foram as pessoas que doaram dinheiro para a última campanha presidencial? Quem foram os candidatos “laranjas” durante as eleições? Qual a despesa mensal do deputado que você votou? Quantas pessoas são assassinadas por mês no seu Estado? Qual o perfil das pessoas desempregadas no Brasil? Qual o seu salário se comparado ao de um juiz federal? Essas são algumas das perguntas que, se há algum tempo dificilmente teriam respostas ou uma certa dificuldade de interpretação, graças ao jornalismo de dados atual conseguem ser respondidas. O gênero se diferencia do

⁵⁶ Disponível em: <<https://theintercept.com/brasil/>>. Acesso em: 27 abril. 2019.

jornalismo geral porque no de dados são abertas novas possibilidades de se contar uma história, tendo, agora, a escala e o alcance da informação digital ao seu dispor (BRADSHAW, 2012). O estudo “*The Future of Big Data*” realizado pelo *Pew Research Center’s Internet & American Life Project* apontou que, por volta de 2020 o uso do Big Data⁵⁷ deve melhorar o entendimento sobre o mundo e sobre nós mesmos (LIMA JÚNIOR, 2012). Segundo estudo da Business Software Alliance⁵⁸, são gerados diariamente 2,5 quintilhões de *bytes*. A expectativa é que até 2025 chegue a 163 *zettabytes*, segundo estudo da Seagate - o número de dados é dez vezes maior que o que foi gerado em 2016.

Neste novo cenário posto, não basta que o jornalista explorar apenas as técnicas de comunicação, é necessário, também, dominar a fundo as lógicas das tecnologias digitais. Essa interação direta com as ciências da computação permite, por exemplo, uma aproximação com as bases de dados (BDs), que, se bem exploradas pelo jornalismo, “potencializam a precisão e a contextualização da notícia” (QUADROS, 2005, p.420). Guimarães define as BDs como “uma coleção de dados ou informações relacionadas entre si, que representam aspectos de um conjunto de objetos com significado próprio e que desejamos armazenar para uso futuro” (*apud* MACHADO, 2005, p.299).

No jornalismo, as bases de dados passaram a ser usadas, num primeiro momento, para guardar e distribuir informações. Apenas depois foram incorporadas ao processo de apuração e, em seguida, é que se consolidaram como personagens principais no desenvolvimento da Reportagem Assistida por Computador (RAC) (BARBOSA, 2008). O jornalista americano Philip Meyer foi o responsável por dar o pontapé inicial para a RAC (COHEN; HAMILTON; TURNER, 2011; LIMA JÚNIOR, 2012). Pioneiro na utilização da base de dados, em 1967 ele utilizou um computador *mainframe*⁵⁹ para analisar a demografia de negros em Detroit, nos Estados Unidos, durante uma reportagem para o jornal *Detroit Free Press* sobre distúrbios sociais no município. Anos mais tarde, na década de 1970, os repórteres começaram a inserir em suas investigações métodos novos de bancos de dados relacionais. Elliot Jaspin, do Providence Journal, foi um dos responsáveis por essa revolução (COHEN; HAMILTON; TURNER, 2011). Ele usou um leitor de fita portátil de nove faixas e o computador de *mainframe* de seu jornal para comparar os bancos de dados que adquiriu por meio de leis do

⁵⁷ O termo “refere-se ao conjunto de dados (dataset) cujo tamanho está além da habilidade de ferramentas típicas de banco de capturar, gerenciar e analisar” (LIMA JÚNIOR, 2011, p.50).

⁵⁸ Disponível em: <<https://bit.ly/2W3QzS0>>. Acesso em: 27 abril. 2019.

⁵⁹ Um computador de grande porte utilizado para processar um volume grande de informações.

governo. Na investigação, descobriu que havia traficantes de drogas condenados dirigindo ônibus escolares públicos e funcionários locais dando descontos em suas contas de imposto predial. No final dos anos 80, ele mostrou que “a tecnologia de banco de dados relacional e a Linguagem de Consulta Estruturada podiam ser usadas para cruzar sistemas de referência para encontrar notícias e começou a viajar pelos EUA mostrando aos repórteres como usar essas ferramentas” (COHEN; HAMILTON; TURNER, 2011, p.67, tradução nossa⁶⁰). Jaspin acabou fundando uma organização que mais tarde se tornou o Instituto Nacional de Reportagem Assistida por Computador⁶¹. No entanto, Barbosa (2008) reflete que foi apenas por volta da década de 90, com o surgimento da *World Wide Web* (WWW), que a inovação e expansão do emprego da base de dados aconteceu e elas passaram a ter uma relação direta com um modelo de jornalismo até então novo: o jornalismo digital. Essa aproximação, então, acabou moldando o modelo teórico denominado Jornalismo Digital em Base de Dados (JDBD) (BARBOSA, 2007, 2008, 2009; BARBOSA; TORRES, 2013), que compreende o papel das bases de dados no jornalismo, visto que elas são “definidoras da estrutura e da organização, bem como da apresentação dos conteúdos de natureza jornalística” (BARBOSA, 2007, p.27) e, assim sendo, desempenham “um conjunto de funções percebidas tanto quanto à gestão interna dos produtos, quanto aos processos de apuração e contextualização” (*idem, ibidem*). Neste sentido, o JDBD vai “permitir a criação, a manutenção, a atualização, a disponibilização e a circulação de produtos jornalísticos digitais dinâmicos” (BARBOSA, 2007, p.29).

Seguindo linha de pensamento parecida com a da autora, Cohen, Hamilton e Turner (2011) usam uma outra denominação, chamando o modelo de jornalismo computacional - sendo o cruzamento entre o jornalismo e a ciência da computação. Para os autores, o modelo propicia uma “mudança de como as histórias são descobertas, apresentadas, agregadas, monetizadas e arquivadas. A computação pode promover o jornalismo com base em inovações na detecção de tópicos, análise de vídeo, personalização, agregação, visualização e sensemaking” (COHEN; HAMILTON; TURNER, 2011, p.66, tradução nossa⁶²). Lima Júnior

⁶⁰ “(...) he had shown that relational database technology and the Structured Query Language could be used to cross-reference systems to find news. He began traveling the U.S. showing reporters how to use these tools” (COHEN; HAMILTON; TURNER, 2011, p.67)

⁶¹ Disponível em: <<https://www.ire.org/nicar/database-library/>>. Acesso em: 28 abril. 2019.

⁶² “Broadly defined, it can involve changing how stories are discovered, presented, aggregated, monetized, and archived. Computation can advance journalism by drawing on innovations in topic detection, video analysis, personalization, aggregation, visualization, and sensemaking” (COHEN; HAMILTON; TURNER, 2011, p.66).

(2012) vai ao encontro com esse raciocínio e reflete que o atual ambiente computacional traz “novas possibilidades no tratamento de informações e dados no campo do Jornalismo, podendo-se reduzir, se bem utilizado, alguns dos problemas crônicos na prática do Jornalismo, como encontrar novas abordagens, fatos e fontes” (p.210).

O caso conhecido como WikiLeaks, ocorrido em novembro de 2010 quando foram divulgados documentos confidenciais que mostravam conversas entre diplomatas dos Estados Unidos e a atuação de tropas dos EUA no Iraque e no Afeganistão, pode ser considerado como um divisor de águas no uso do banco de dados por parte do jornalismo (BARBOSA; TORRES, 2013). Em 2016, o WikiLeaks também voltou a receber holofotes após publicar milhares de e-mails do comitê do Partido Democrata. Em 11 de abril de 2019, o ativista australiano Julian Assange, fundador e líder do site, foi preso⁶³ em Londres após passar sete anos morando na embaixada do Equador no Reino Unido como asilado político.

Foi a partir desses dados coletados e disponibilizados pelo WikiLeaks – conhecido como cablegate – que The New York Times, The Guardian, El País, Le Monde e a revista Der Spiegel puderam dar sentido às informações contidas nos dados, relacionando-os, fazendo cruzamentos, análises e, com isso, puderam revelar assuntos que provavelmente jamais seriam conhecidos. Esse é também um exemplo referencial por ter levado as organizações jornalísticas a buscarem recursos e parâmetros que melhor pudessem estruturar as narrativas publicadas nos respectivos websites, com distintos formatos para os conteúdos: de textos a documentos em pdf, videogalerias, infográficos interativos, galerias de foto, mapas gerados a partir de mashups, slideshows, base de dados navegável com os telegramas cuja interface para acesso se apresenta como mapa interativo, uso de técnicas de visualização para apresentação das informações contidas nos cables, entre outros (BARBOSA; TORRES, 2013, p.154).

Analisando o histórico das bases de dados no jornalismo, Barbosa (2008) observa que elas favoreceram a “inovação continuada para esse campo há mais de três décadas, pela flexibilidade e, sobretudo, pelo seu potencial de reinvenção” (p.89). Através da curva do modelo de adoção de inovação - conhecida como curva do S-, a autora aponta, ainda, que as BDs estão em um movimento “crescente e contínuo de adoção por parte das empresas informativas por apresentarem vantagens para a gestão dos meios, especificamente no contexto da convergência jornalística” (*idem, ibidem*). Observando o mesmo crescimento, Mancini e Vasconcellos (2016) refletem que esse progresso também pode estar diretamente relacionado à cultura do open data, os dados abertos na web e que vem sendo seguida por

⁶³ “Por que Julian Assange, do WikiLeaks, foi preso agora”. Disponível em: <<https://bit.ly/2GeEqD3>>. Acesso em 28 abril 2019.

muitos governos - no Brasil, por exemplo, há a Lei de Acesso à Informação⁶⁴ em vigor desde 2012 e o “Data.gov.br”-, que aumentou ainda mais o interesse do jornalismo pelos BDs, já que a informação, antes escassa, agora é tida em excesso. Neste contexto, o conteúdo distribuído pelo jornalismo também é atingido, visto que “as mudanças no *modus operandi* da produção jornalística, ou seja, a qualificação que leva, por exemplo, ao Jornalismo de Dados, implica de certo modo mudanças no tipo e na qualidade do conteúdo ofertado aos atores do espaço público democrático” (MANCINI, VASCONCELLOS, 2016, p.70).

As bases de dados podem tanto servir como fonte do jornalismo de dados como também ser a ferramenta pela qual uma determinada história é contada (BRADSHAW, 2014). Também podem funcionar como ambas. Barbosa (2007) elenca mais de vinte funções que o modelo JDBD pode desempenhar, mas abordaremos apenas algumas delas (tabela 4) por serem mais pertinentes com o nosso foco de pesquisa:

Tabela 4 - Funcionalidades do JDBD

FUNCIONALIDADES
1) Integrar os processos de apuração, composição e edição dos conteúdos
2) Orientar e apoiar o processo de apuração, coleta, e contextualização dos conteúdos
3) Agilizar a produção de conteúdos, em particular os de tipo multimídia
4) Regular o sistema de categorização e qualificação das distintas fontes jornalísticas, indicando a relevância das mesmas
5) Estocar o material produzido e preservar os arquivos (memória), assegurando o processo de recuperação das informações
6) Transmitir e gerar informação para dispositivos móveis
7) Habilitar o uso de metadados para análise de informações e extração de conhecimento, por meio de técnicas estatísticas ou métodos de visualização e exploração como o data mining. E também para a aplicação da técnica do tagging.

Fonte: Barbosa (2007, p.28)

Aliadas a essas funcionalidades, a autora propõe, ainda, sete categorias (tabela 5) para esse modelo. São elas: 1) dinamicidade; 2) automatização; 3) flexibilidade; 4)

⁶⁴ Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/>>. Acesso em: 28 abril. 2019.

inter-relacionamento/hiperlinkagem; 5) densidade informativa; 6) diversidade temática; 7) visualização (BARBOSA, 2007, 2008).

Tabela 5 - Categorias do JDBD

CATEGORIAS
1) Dinamicidade: Categoria mestre a guiar a verificação de um novo padrão, em contraposição com os anteriores sites estáticos, justamente pelo emprego de BDs para construção de cibermeios;
2) Automatização: Inerente ao uso de BDs nos processos de armazenamento, estruturação, organização e apresentação das informações. Há 3 tipos de automatização: parcial, procedimental (nível intermediário) e total;
3) Flexibilidade: Relacionada a sistemas de apuração menos hierarquizados, à facilidade de recuperação dos conteúdos para a contextualização, a uma maior autonomia do trabalho dos profissionais, assim como à descentralização da produção;
4) Inter-relacionamento/Hiperlinkagem: Um dos grandes potenciais das BDs para os sites jornalísticos. A hiperlinkagem permite incorporar material de arquivo à oferta informativa; oferecer contextualização; agregar elementos da narrativa hipertextual e multimídia às peças jornalísticas, assegurando, em paralelo, tematizações novas para os conteúdos;
5) Densidade informativa: É assegurada por uma oferta abrangente e diversificada de conteúdos (tanto quanto aos gêneros jornalísticos como aos formatos) e de recursos associados à cobertura dos eventos, ao tratamento, processamento e publicação dos mesmos;
6) Diversidade temática: Novas tematizações podem ser trabalhadas para assegurar também maior densidade informativa e vice-versa. Quanto maior for a incorporação de BDs para a estruturação do material jornalístico, para a construção das peças informativas e para a apresentação dos conteúdos, tanto maior serão as possibilidades para novas tematizações;
7) Visualização: Diz respeito aos modos diferenciados para se representar informações jornalísticas, a partir da sua estruturação em BDs. Aqui são intrínsecas às noções de metadados ou metainformações, as técnicas de data mining, do tagging entre outras que já vêm sendo empregadas.

Fonte: Barbosa (2008, p.93-94)

Após todas essas análises, se torna possível observar que o gênero se aplica diretamente à convergência, um dos nossos focos no estudo. Nesta linha de pensamento, Barbosa (2008) defende a ideia de que, a partir do momento em que um grupo de comunicação tem cada vez mais seus conteúdos organizados em base de dados, haverá mais chance de colaboração entre os vários meios. Desta forma, aponta a autora, quando esse meios passam a dialogar entre si, produzindo conteúdo em parceria, haverá uma reflexão direta na questão da produção multimídia e, conseqüentemente, na distribuição multiplataforma. Podemos observar que isso acontece no nosso objeto de estudo, o #UmaPorUma, que está

inserido dentro do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, com sede no Recife. Trinta e uma mulheres que trabalham em diversos veículos do SJCC dialogam entre si para produzir o projeto de forma multimídia e distribuí-lo de maneira multiplataforma. Para Barbosa (2008), essa colaboração integrada entre os meios provoca uma reação em cadeia que atinge, também, o trabalho dos profissionais, que passa a ser facilitado, a participação do público, que consegue ser mais ativo, e a agregação de recursos da web.

Referência no tema, em uma reflexão atual a autora observou que o conceito de JDBD se expandiu e passou a ter diversas apropriações, sendo estas mais voltadas para a lógica multiplataforma. Para ela, uma das principais vertentes para o modelo no jornalismo contemporâneo está no Jornalismo Guiado por Dados ou *Data Journalism*, “uma vez que demarca a ampliação das possibilidades de emprego das bases de dados no processo de produção de conteúdos jornalísticos, no seu consumo e circulação” (BARBOSA; TORRES, 2013, p.154). A observação vai ao encontro com o pensamento de Lima Júnior (2012), que reflete que “na velocidade que grande quantidade das informações são transmitidas na atualidade, a função do *data journalism* também é combater a assimetria da informação” (p.218). O autor também defende que o *data journalism* encontra um universo de possibilidades, onde pode conter “novas abordagens para informações de relevância social, novos fatos e fontes de informação alternativa” (LIMA JÚNIOR, 2012, p.217). Träsel (2014) aponta que o Jornalismo Guiado por Dados tem por objetivo

a produção, tratamento e cruzamento de grandes quantidades de dados, de modo a permitir maior eficiência na recuperação de informações, na apuração de reportagens a partir de conjuntos de dados, na circulação em diferentes plataformas (computadores pessoais, smartphones, tablets), na geração de visualizações e infografias (TRÄSEL, 2014, p.292).

Já Lorenz (2012) reflete que

Neste mundo multicanal, a atenção pode ser gerada em abundância, mas a confiança é um recurso cada vez mais escasso. Os jornalistas de dados podem ajudar a coletar, sintetizar e apresentar fontes de informação diversificadas e, muitas vezes, difíceis, de uma maneira que forneça ao público insights reais sobre questões complexas. Em vez de apenas reciclar comunicados de imprensa e recontar histórias que já ouviram em outros lugares, os jornalistas de dados podem dar aos leitores uma perspectiva clara, compreensível e preferivelmente personalizável, com gráficos interativos e acesso direto a fontes primárias. Não é trivial, mas certamente valioso (LORENZ, 2012, tradução nossa⁶⁵).

⁶⁵ “In this multi-channel world, attention can be generated in abundance, but *trust* is an increasingly scarce resource. Data journalists can help to collate, synthesize and present diverse and often difficult sources of information in a way which gives their audience real insights into complex issues. Rather than just recycling

Neste contexto de novas apropriações, no Brasil o jornalismo de dados tem se inserido de forma mais intensa no trabalho das redações - exemplo disso é o nosso objeto de pesquisa. O projeto #UmaPorUma funciona como uma base de dados sobre as mulheres assassinadas em Pernambuco no período de janeiro a dezembro de 2018, permitindo que o leitor conheça quem eram essas mulheres, quem foram seus assassinos, como está o andamento do processo, o tipo do crime, o mês que aconteceu, em que cidade, qual a cor, escolaridade e faixa etária da vítima, etc. No site, o leitor pode navegar filtrando de que maneira ele quer fazer a busca para poder se inteirar sobre o assunto e se envolver com o conteúdo. Os dados divulgados pelo #UmaPorUma são apurados por 31 jornalistas que fazem parte do projeto e em seguida confirmados com a Secretaria de Defesa Social (SDS) de Pernambuco.

Figura 3 - Levantamento sobre como Bolsonaro votou nos últimos 20 anos

press releases and retelling stories they've heard elsewhere, data journalists can give readers a clear, comprehensible and preferably customizable perspective with interactive graphics and direct access to primary sources. Not trivial, but certainly valuable" (LORENZ, 2012).



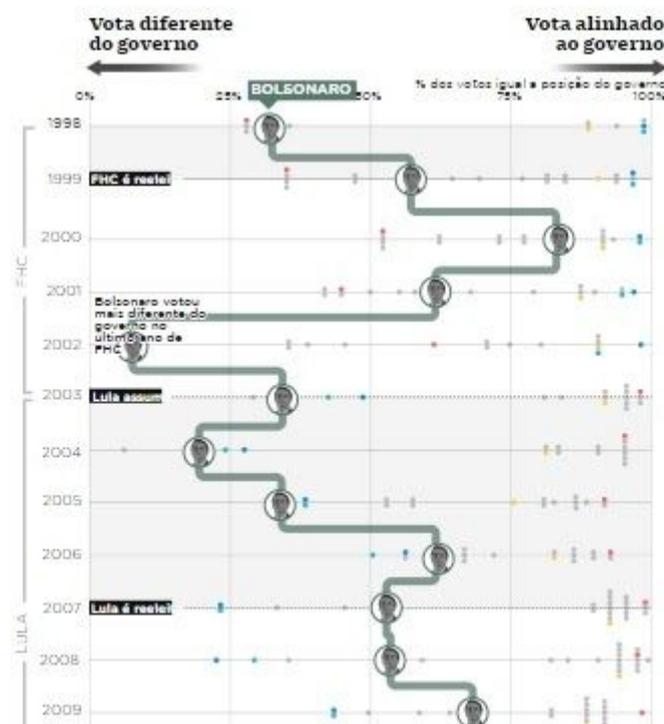
O Presidente da República Jair Bolsonaro teve sete mandatos como deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Entre 1998 e 2018, participou de cerca de

3.352 votações

A partir dos dados de como votou durante esse período, o **Nexo** desenvolveu os seguintes gráficos, que mostram como seus votos se alinharam ou se afastaram da posição dos governos do período.⁶⁶

Cada ponto representa um partido:

DEM MDB PT PSDB Outros



Fonte: Captura de tela

Criado em 2015, o jornal digital Nexo também pode ser um exemplo do uso do jornalismo de dados. Com o objetivo de “trazer contexto às notícias e ampliar o acesso a dados e estatísticas”, o periódico online tem na sua equipe pessoas de diversas áreas, incluindo estatística e ciência de dados, e utiliza todas as potencialidades do ambiente multimídia, como infográficos, vídeos, fotos, podcasts. Em produção recente, o jornal criou uma calculadora⁶⁶ onde o leitor consegue comparar o seu salário com o dos demais habitantes

⁶⁶ O seu salário diante da realidade brasileira. Disponível em: <<https://bit.ly/1Po8IhW>>. Acesso em: 30 abril. 2019.

do estado onde mora e do Brasil. A calculadora também compara o valor com o salário de um deputado federal, com os de um juiz de primeira instância, um médico e um professor de educação básica do seu estado. Segundo o Nexó, os dados foram obtidos através da Câmara dos Deputados, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)/IBGE e a Relação Anual de Informações Sociais (Rais)/Ministério do Trabalho. Outro levantamento feito pelo jornal foi em relação ao presidente da República Jair Bolsonaro. O Nexó investigou como Bolsonaro votou nos últimos vinte anos na Câmara dos Deputados (figura 3). Através de gráficos com dados obtidos pela API da Câmara e do pacote CongressBR, foi montada toda a trajetória do presidente entre 1998 e 2018. Na seção de metodologia, o Nexó explica como utilizou os dados obtidos.

2.4 - Jornalismo policial

No Brasil, 175 pessoas são assassinadas diariamente, segundo apontou o último Anuário Brasileiro de Segurança Pública⁶⁷ divulgado em 2018. No mesmo período, foram registrados 57,3 crimes violentos letais intencionais (CVLIs) a cada 100 mil habitantes em Pernambuco - o Estado ficou em quarto lugar no país em número de homicídios, mostrou o estudo. Se separarmos apenas os homicídios de mulheres, foram 4.539 vítimas do sexo feminino assassinadas no país em 2017 - dessas, 1.133 foram vítimas de feminicídio. Em Pernambuco, foram 316 mulheres assassinadas, sendo 76 casos classificados como feminicídio.

Entre 2006 e 2017, chegou a 553 mil o número de pessoas assassinadas no país de forma violenta, superando o total de mortos na guerra da Síria⁶⁸, que há oito anos vive um conflito interno civil que já deixou 500 mil mortos. Os números são claros: é como se vivêssemos em guerra no Brasil - e essa guerra, claro, é destaque no noticiário. Seja na TV, no rádio, no jornal ou em portais, a violência é o carro-chefe nos noticiários, especialmente naqueles classificados como jornalismo policial. O gênero é definido como “uma especialidade jornalística que apresenta cobertura de fatos criminosos ocorridos na sociedade,

⁶⁷ Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2IjwW4n>>. Acesso em: 30 abril. 2019.

⁶⁸ “Total de mortes violentas no Brasil é maior do que o da guerra na Síria”. Disponível em: <<https://bit.ly/2ybOtrI>>. Acesso em: 30 abril. 2019.

transgressões de regras e acontecimentos estranhos, tendo como objetivo constituir um serviço público para a população” (AMARAL apud LEITE, 2005, p.17). Patterson (2003) chama de “notícias *leves*” esse tipo de conteúdo feito pelo jornalismo policial. Para o autor, elas são diferentes das “notícias sérias” porque esta está ligada “à cobertura de acontecimentos envolvendo líderes políticos, questões públicas substantivas, ou perturbações significativas na rotina da vida diária, como um sismo ou um desastre de aviação” (p.22). Para ele, as notícias que não se encaixam nesse padrão entram na categoria *leve* por serem descritas como “notícias que são tipicamente mais sensacionalistas, mais centradas numa personalidade, menos localizadas no tempo, mais práticas e mais baseadas em incidentes” (PATTERSON, 2003, p.23).

O gênero policialesco não é novidade no país. Na televisão, por exemplo, a categoria se estabeleceu em 1991 no canal SBT após o surgimento de um dos programas pioneiros da categoria. Com o slogan “um jornal vibrante, uma arma do povo, que mostra na TV a vida como ela é!”, o programa ‘Aqui Agora’ tinha como característica principal a espetacularização dos fatos e o uso de uma linguagem simples e objetiva (MOURA, 2015). Inspirado em um programa homônimo que foi exibido pela TV Tupi em 1979, o Aqui Agora “foi pioneiro no Brasil no uso do Gerador de Caracteres ao exibir manchetes bastante escandalosas sobrepostas às imagens. Seu grande foco era em reportagens policiais especialmente sobre assassinatos e crimes escandalosos” (ARQUIVO SBT⁶⁹, 2019). O programa chegou a exibir imagens do suicídio de uma mulher que se jogou do alto de um prédio em São Paulo. Apesar de ter saído do ar em 1997, o Aqui Agora fez escola. De lá para cá, foram criados inúmeros programas e periódicos voltados para o tema violência seguindo o mesmo padrão sensacionalista. De acordo com um levantamento da ONG ANDI - Comunicação e Direitos, 41⁷⁰ programas policiais eram exibidos nos 26 estados do Brasil e no Distrito Federal apenas na TV em 2015.

Com a reestruturação dos jornais na primeira década do século XX, as notícias policiais começaram a surgir nos periódicos sob o argumento de “atender ao gosto do público” (SILVA, 2016). No rádio, Pacheco (2005) aponta que o gênero também teve início no século passado. Em emissoras populares como a Gazeta, Globo e Tupi, os programas policiais se destacavam “pela fórmula de transmitir a notícia juntando um estilo de

⁶⁹ Aqui Agora. Disponível em: <<https://bit.ly/2KmhDKP>>. Acesso em: 30 abril. 2019.

⁷⁰ “Número de programas policiais no Brasil diminui e apresentadores tentam se reinventar”. Disponível em : <<https://bit.ly/2Kkdasc>>. Acesso em: 30 abril. 2019.

rádio-teatro e jornalismo” (PACHECO, 2005, p.13). Já nas emissoras não populares, as notícias policiais recebiam o mesmo tratamento dado às de outros gêneros, evitando, assim, a “distorção e o exagero na veiculação dos fatos” (*idem, ibidem*).

Apesar de ter perdido um pouco o caráter “se espremer, sai sangue” do começo de sua história, o gênero policial continua popular no país - especialmente na TV e no rádio. Moura (2015) reflete que o fenômeno “se estabeleceu enquanto gênero discursivo de alcance relevante” (p.7). Essa relevância, no entanto, muitas vezes vem acompanhada de muito sensacionalismo, espetacularização da notícia e, em alguns casos, uma pitada de ficção. A linguagem também costuma ser diferente do jornalismo geral, tendo um teor popularesco, chegando a beirar o grotesco em muitos casos. Periago (2004) aponta que o repórter acaba tendo um papel primordial nesse cenário, visto que é um integrante ativo na construção da reportagem policial e, em determinados casos, a sua interferência “também serve para manipular momentos que não estão correspondendo com a expectativa de uma determinada situação. Nesse sentido, criam-se situações que aumentam o potencial de um fato para que ele se torne mais fluente aos olhos do telespectador” (PERIAGO apud ROMÃO, 2013, p.34). Neste contexto, o sensacionalismo ganha força e notoriedade. O termo é definido por Angrimani Sobrinho (1995) como “tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso” (p.16). O autor pontua, ainda, que “a linguagem sensacionalista não admite distanciamento, nem a proteção da neutralidade. É uma linguagem que obriga o leitor a se envolver emocionalmente com o texto, uma linguagem editorial “clichê” (*idem, ibidem*) e aponta que “o jornal sensacionalista transforma a morte em seu assunto de capa, como se rendesse um culto diário e fetichizado à morte (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p.53). Moura (2015) critica a postura adotada pelo noticiário policialesco e defende que

Independentemente do gosto do telespectador ou ouvinte, os programas “policialescos” têm violado sistematicamente uma série de direitos humanos. Enquanto apontam supostos culpados pelos crimes que narram, tais programas expõem vítimas e acusados, violam direitos de crianças e adolescentes, promovem o racismo, o machismo e a homofobia, e legitimam e estimulam a violência policial (MOURA, 2015, p.9)

Um exemplo disso aconteceu recentemente, em Suzano, na Grande São Paulo, quando, no dia 13 de março de 2019, dois atiradores armados invadiram uma escola, mataram alunos e funcionários e em seguida se mataram. Momentos após o ataque, um repórter do canal BandNews seguiu⁷¹ a mãe de um dos atiradores e questionou “se ela se sentia culpada” e o “porquê do filho dela ter cometido o crime”. A mulher tentou cobrir o rosto e o repórter Marcelo Moreira disparou: “mostra o rosto, bem”. As atitudes ferem o artigo 6º do Código de Ética⁷² dos Jornalistas brasileiros que, no inciso VIII, aponta que “é dever do jornalista respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão”. Ainda na cobertura do caso Suzano, vários programas de TV e sites divulgaram um vídeo que mostra os atiradores atacando as vítimas na escola - mais uma vez ferindo o código de ética que, no artigo 11 inciso II, aponta que “o jornalista não pode divulgar informações de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes”. Em um artigo publicado em 2015, Eliane Brum critica a cobertura feita por boa parte do jornalismo policial e reflete que “em nome da justiça berrada, temos testemunhado repórteres e apresentadores infringirem a lei que dizem defender sem que nada aconteça. A indignação vazia, destituída de conteúdo e de consistência, programada para que a boiada continue com o passo sincronizado rumo ao matadouro” (BRUM, 2015). A autora também argumenta que programas desse nível acabam influenciando na opinião do público.

Alguns —ou até muitos— podem argumentar que “esse tipo de jornalismo é assim mesmo, não há por que se espantar”. Bem, se é assim mesmo, é preciso lembrar que esse mau jornalismo é praticado em vários programas como este, assistidos diariamente por milhões de brasileiros, que formam sua opinião a partir de “reportagens” como esta. Assim como pautam sua vida a partir da convicção sobre o que ali é apresentado como “realidade”. Também é preciso jamais se esquecer que esse tipo de jornalismo é praticado em TVs que são concessões públicas (BRUM, 2015).

Para além do sensacionalismo e violação dos direitos humanos, há, ainda, muita crítica a respeito da apuração das matérias do gênero policial. Ramos e Paiva (2007) apontam que a cobertura é dependente das informações policiais, de modo que a polícia acaba sendo a fonte principal e, em muitos casos, a única fonte. Essa apuração fraca e sem aprofundamento,

⁷¹ “Repórter é criticado após forçar mãe de atirador de Suzano a dar entrevista: “Você se sente culpada?”. Disponível em: <<https://bit.ly/2I04JAm>>. Acesso em: 30 abril. 2019.

⁷² Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Disponível em: <<https://bit.ly/2M7WxwW>>. Acesso em: 30 abril. 2019.

apontam as autoras, tem como consequência a diminuição da capacidade de crítica da imprensa sobre as ações das forças de segurança.

(...) predomina no dia-a-dia da cobertura um tratamento superficial, que revela um investimento ainda pequeno das redações em retratar o setor com a importância que ele tem. Assim, vive-se uma contradição: enquanto a mídia denuncia a gravidade da crise da segurança pública no país, abdica do papel de tomar a dianteira no debate sobre o tema – o que poderia motivar ações do Estado mais eficazes e abrangentes (RAMOS; PAIVA, 2007, p.25-26).

Ainda nessa discussão sobre a superficialidade com que a violência é tratada no noticiário policial, Pereira Júnior (2010) reflete que é necessário que o jornalista apure todas as contradições entre as fontes até que não sobre mais nenhuma incoerência nas versões e sobre apenas um único relato em que se possa confiar. “Dar sentido aos fatos é encontrar tal “unidade”, testar cada contradição de versões até não sobrar incongruências, fazendo *check list* das afirmações e deletando as não confirmadas por mais de duas fontes, como apregoa a tradição do *Washington Post*” (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p.72). O autor ainda defende que “o levantamento de informações dependerá do compromisso do repórter com a visão plural de cada fenômeno ocorrido” (*idem, ibidem*). Ele chama de visão plural dos incidentes noticiáveis a junção de dois fatores: o nível de incerteza e a necessidade de solidez. Indo pela mesma linha de pensamento, Ramos e Paiva (2007) criticam a cobertura baseada apenas na ocorrência policial apontando que “o noticiário sobre violência e criminalidade é principalmente composto de registros de ações policiais: prisões, apreensões, apresentações de criminosos etc” (p.37) e que, dessa maneira, a cobertura jornalística “tem pouca iniciativa e usa timidamente a sua enorme capacidade de pautar um debate público consistente sobre o setor” (p.25). No livro *A prática da reportagem*, Kotscho (2000) fez crítica parecida.

Já não se trata simplesmente de registrar o fato, como um prolongamento dos boletins de ocorrência da própria polícia, mas de ir mais fundo na busca das suas causas e consequências. É nesta terra de ninguém dentro da estrutura das redações que se vai encontrar o Brasil real - as histórias da vida e da morte dos desempregados, dos menores abandonados, o fim de linha da violência e dos desencontros, o drama dos bóias-frias e dos sem-terra, as vítimas e seus algozes frente a frente. Ali está o reverso do Brasil oficial dos gabinetes, dos decretos, das discussões teóricas (KOTSCHO, 2000, p.58).

Neste contexto, a violência acaba sendo tratada como algo tão comum e banal que, em muitos casos, não se sabe o nome da vítima, a sua história - e nem há o interesse em ir atrás

disso. Muitas vezes, a vítima que já sofreu tanto desrespeito por parte de seu agressor continua sendo desrespeitada mesmo morta. “É com nome, com história e com laços que se rompe a invisibilidade”, já dizia Eliane Brum (2017). O nosso objeto #UmaPorUma segue o mesmo caminho do pensamento da autora quando busca não só resgatar a memória das mulheres assassinadas, como também cobrar a elucidação do crime. É uma forma mais digna de encerrar as histórias.

Neste sentido, o jornalismo aprofundado se refere a essa articulação entre *longform*, *slow journalism*, bases de dados e jornalismo investigativo, além de apontar possibilidades de responder mais adequadamente a processos de apuração jornalístico em áreas como a do jornalismo policial, que envolve questões como direitos humanos e de gênero ou, no caso específico do nosso objeto, a questão do feminicídio.

3- O MACHISMO QUE MATA

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.
— Simone de Beauvoir

“Eu estava bêbado”. “Você quem provocou”. “Eu estava tomado por ciúmes”. “Faço isso porque te amo”. “Você mereceu”. “Não aceito ficar longe de você”. “Se não ficar comigo, também não vai ficar com mais ninguém”. “Você é feia, burra, ninguém vai te querer”. Essas são algumas das frases proferidas diariamente por agressores de mulheres. As desculpas são dadas para tentar justificar os gritos, espancamentos, esfaqueamentos, socos, chutes e até mesmo os assassinatos que esses homens cometem contra mulheres, na maioria, do seu próprio convívio. São esposas, namoradas, mães, filhas que sofrem todos os dias os mais diversos tipos de violência. Apenas durante o ano de 2018, 12.864 mulheres foram agredidas fisicamente por dia no Brasil - isso dá um total de 536 agressões por hora⁷³. Outras 4.278 foram espancadas. Devido aos altos índices de violência de gênero no mundo, a Organização Mundial da Saúde considera o tema como um problema de saúde pública.

Gomes (2014) define o termo violência como “a mais extrema expressão do poder, contendo em potência o poder total, que é a aniquilação de um ator social por outro” (GOMES, 2014, p.31). Além disso, aponta a autora, a violência é “a imposição deliberada de sofrimento ou violação corporal a uma pessoa por parte de outra pessoa” (*idem, ibidem*). Embora prefira usar o termo direitos humanos, Saffioti (1999) aponta que a violência está diretamente relacionada à ruptura de diferentes tipos de integridade: física, sexual, emocional, moral... E aponta que violência é todo agenciamento capaz de violar os direitos humanos (SAFFIOTI, 1999). Para Solnit (2017), “a violência é, antes de qualquer coisa, autoritária. Ela começa com esta premissa: “eu tenho o direito de controlar você”. O assassinato é a versão extrema desse autoritarismo, quando o assassino afirma que tem o direito de decidir se você vai viver ou morrer” (SOLNIT, 2017, p.40).

⁷³ Mais de 500 mulheres são agredidas a cada hora no Brasil, diz pesquisa. Disponível em: <<https://glo.bo/2WbpAY4>>. Acesso em: 21 maio. 2019.

3.1 - As múltiplas formas de violência contra a mulher

O artigo 5º da Constituição Federal⁷⁴ afirma que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” e acrescenta, em seu inciso I: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. Mas se todos são iguais, por que a mulher, desde os primórdios, é tratada como inferior? “Têm menos força”, “não são tão inteligentes”, “têm menor capacidade de lidar com situações extremas”, “é um sexo frágil”, “seu lugar é na cozinha”, “não tem de trabalhar, tem de cuidar da família”. Essas são algumas das inúmeras frases machistas repetidas incansavelmente na sociedade. Esse cenário posto se relaciona diretamente com a crítica de algumas autoras em relação a igualdade de gênero constar na Constituição brasileira. Na visão de Angelin (2016), “se tais fatores foram positivados no documento maior do país, isso implica dizer que, minimamente, existe algum problema nas relações de gênero e que este é muito sério” (p.7). A autora também destaca que, após a promulgação da Constituição, houve grande dificuldade por parte do próprio ordenamento jurídico de se adequar à mudança de tratamento com as mulheres e, dessa maneira, até a entrada do novo código civil, em 2002, a mulher ainda era tratada como mercadoria - as que não casavam virgem, por exemplo, poderiam ter o pedido de anulação do casamento feito pelo noivo. Saffioti (1987) faz crítica parecida e reflete que

Estruturas de dominação não se transformam meramente através da legislação. Esta é importante, na medida em que permite a qualquer cidadão prejudicado pelas práticas discriminatórias recorrer à justiça. Todavia, enquanto perdurarem discriminações legitimadas pela ideologia dominante, especialmente contra a mulher, os próprios agentes da justiça tenderão a interpretar as ocorrências que devem julgar a luz do sistema de ideias justificador do presente estado de coisas. O poder está concentrado em mãos masculinas há milênios. E os homens temem perder privilégios que asseguram sua supremacia sobre as mulheres (SAFFIOTI, 1987, p.15).

⁷⁴ Disponível em: <<http://bit.ly/2FzVIR1>>. Acesso em: 21 maio. 2019.

No centro dessa discussão, se faz necessário discutir um termo pertinente que está diretamente relacionado ao tema: o patriarcado. Definido como o “regime da dominação - exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTI, 2011, p.44), o termo ajuda a lançar luz sobre a questão da naturalização do padrão de comportamento tanto de homens quanto de mulheres, tratado como algo que já é incorporado à condição humana e com características inerentes a cada pessoa. O patriarcado se consolidou por volta do ano 600 a.C. (SAFFIOTI, 2011) e mesmo sendo um “recém-nascido”, “não se vivem sobrevivências de um patriarcado remoto; ao contrário, o patriarcado é muito jovem e pujante, tendo sucedido às sociedades igualitárias” (SAFFIOTI, 2011, p.53). Neste cenário patriarcal, o homem tem o papel de destaque tanto nas estruturas quanto nas instituições sociais, sendo a mulher a coadjuvante. Esse processo tem ligação direta com a questão da violência, uma vez que esta “seria resultado da posição subordinada ocupada pelas mulheres na estrutura social, sendo uma manifestação de um sistema de dominação masculina que atravessa diferentes culturas e períodos históricos e, simultaneamente, uma forma de reproduzir e perpetuar essa dominação” (GOMES, 2014, p.104). Angelin (2016) observa que “a naturalização da submissão das mulheres nas relações sociais é fruto de identidades construídas e reconstruídas no seio social e jurídico, as quais sofreram enorme influência do patriarcado, gerando identidades reconhecidas como equivocadas” (p.1). Essas identidades, aponta a autora, têm como característica a submissão aos homens, objetificação dos corpos das mulheres e menosprezo social. Saffioti (1987) aponta que “a inferioridade feminina é exclusivamente social” (p.15) e observa que essas mulheres travam, cotidianamente, uma luta para fazer cumprir um preceito já consagrado na Constituição: a igualdade. Carosio (2013) segue linha de pensamento parecida e resgata o passado para apontar que:

As ideias sobre a “inferioridade natural” das mulheres têm uma história documentada de mais de cinco mil anos; os indocumentados remontam possivelmente às origens da espécie. As tradições, grega, hebraica e cristã coincidem em culpar uma mulher pelos males do mundo: Pandora, Lilith e Eva; nos três mitos criacionistas, que não são os únicos mas os mais imperiais, o negativo surge do comportamento feminino. E é por isso que as mulheres devem ser disciplinadas e, com violência, se necessário (CAROSIO, 2013, p.69, tradução nossa⁷⁵)

⁷⁵ “Las ideas sobre la “inferioridad natural” de las mujeres tiene una historia documentada de más de cinco mil años; la indocumentada se remonta posiblemente, a los orígenes de la especie. Las tradiciones, griega, hebrea y cristiana coinciden en culpar a una mujer de los males del mundo: Pandora, Lilith y Eva; en los tres mitos creacionistas, que no son los únicos pero han sido los más imperiales, lo negativo surge del comportamiento femenino. Y por esto debe disciplinarse a las mujeres, y con violencia, si es necesario” (CAROSIO, 2013, p.69).

Na segunda parte de sua obra *O Segundo Sexo*, publicada originalmente em 1949, Simone de Beauvoir lança luz sobre a diferença de posição da mulher diante o homem na sociedade e argumenta que “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (1975, p.9). Ou seja, Beauvoir defende que são os processos sociais e históricos os responsáveis por criar papéis e estereótipos que colocam a mulher na posição de “segundo sexo” e não como o principal - papel que seria do homem. Seguindo essa linha de pensamento, ela faz um panorama da diferença de tratamento entre meninos e meninas desde a infância.

Nesse contexto, aponta que, inicialmente, ambos os gêneros são tratados com igualdade, até que, em certo momento, isso começa a mudar. As meninas são tratadas com um certo privilégio - que mais para frente vai se transformar em ônus, visto que esse tratamento só reforça a ideia de sexo frágil e impede a independência e a autoconfiança feminina -, tendo o direito de chorar, ser mimada e receber muito carinho. “A passividade que caracterizará essencialmente a mulher “feminina” é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade” (BEAUVOIR, 1975, p.21). Já os meninos, são cobrados a agir como “homenzinhos”, a assumir responsabilidades, ter independência e, sobretudo, sem ter o direito de chorar e demonstrar sentimentos. Saffioti (2011) chama atenção para algumas pesquisas que apontam que as glândulas lacrimais de alguns homens sofrem um processo de atrofia por desuso e observa que o cenário geral posto “constitui a raiz de muitos fenômenos, dentre os quais se pode realçar o fato de seguros de automóveis exclusivamente dirigidos por mulheres custarem menos, porque, em geral, elas não usam o carro como arma, correm menos e são mais prudentes” (SAFFIOTI, 2011, p.35).

Subindo nas árvores, brigando com colegas, enfrentando-os em jogos violentos, ele apreende seu corpo com um meio de dominar a natureza e um instrumento de luta (...); ao mesmo tempo conhece as lições severas da violência; aprende a receber pancada, a desdenhar a dor, a recusar as lágrimas da primeira infância. Ao contrário, na mulher há, no início, um conflito entre sua existência autônoma e seu “ser-outro”; ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar à sua autonomia. Tratam-na como uma boneca viva e recusam-lhe a liberdade; fecha-se assim um círculo vicioso, pois quanto menos exercer sua liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nele recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito (BEAUVOIR, 1975, p.21-22).

Seguindo na discussão, Saffioti conclui que “a naturalização do feminino como pertencente a uma suposta fragilidade do corpo da mulher e a naturalização da masculinidade como estando inscrita no corpo forte do homem fazem parte das tecnologias de gênero (Lauretis, 1987), que modelam mulheres e homens” (SAFFIOTI, 1999, p.85) e, assim sendo, “o estereótipo masculino legitima o uso da dominação e da violência como um meio de afirmar ou exigir o reconhecimento da própria identidade, enquanto o estereótipo feminino reforça a ideia de docilidade e aceitação da dominação” (CAROSIO, 2013, p.69, tradução nossa⁷⁶).

Seja no trabalho, em casa, em instituições de ensino, na rua...é raro encontrar alguma mulher que não tenha passado por alguma situação de violência. E ela se dá das mais diferentes formas - emocional, verbal, física, sexual e patrimonial são algumas delas e constam na Lei 11.340, mais conhecida como a Lei Maria da Penha⁷⁷, em vigor desde o dia 22 de setembro de 2006 e considerada um grande avanço no combate à violência contra a mulher no Brasil. O nome é em homenagem à cearense que foi vítima de violência doméstica durante 23 anos - Maria da Penha apanhou tanto que ficou paraplégica depois de sofrer um atentado com arma de fogo em 1983. A lei, que altera o código penal, tornou mais rigorosa a punição para agressões contra a mulher quando ocorridas no âmbito doméstico e familiar, possibilitando que os agressores sejam presos em flagrante ou tenham prisão preventiva decretada. Graças a essa lei, esses agressores não podem mais cumprir penas alternativas como punição - o que ocorria usualmente - e o tempo máximo de detenção também foi aumentado de um para três anos, tendo ainda como medidas a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua proximidade com a mulher agredida e os filhos.

Nos mais diversos tipos de violência contra mulher, a base está na crença de que é perfeitamente “aceitável que um indivíduo mais poderoso controle outros por meio de várias formas de força coercitiva” (HOOKS, 2017, p.95). Dados do Ministério da Saúde apontam que três em cada dez mulheres mortas já tinham sido agredidas antes de serem assassinadas. Isso reforça a tese de que a violência contra a mulher segue um *continuum* (CAROSIO, 2013; CELAYA, 2014; MENEGHEL; PORTELLA, 2017; SANTOS, 2018) que, em muitos casos,

⁷⁶ “El estereotipo masculino legitima el uso del dominio y la violencia como medio para afirmar o exigir reconocimiento de la propia identidad, mientras que el estereotipo femenino refuerza la idea de docilidad y aceptación del dominio” (CAROSIO, 2013, p.69).

⁷⁷ Disponível em: <<http://bit.ly/2WmVLAB>>. Acesso em: 21 maio. 2019.

atinge o seu ápice com o feminicídio - quando a mulher é morta pela razão do seu sexo. E geralmente essa violência começa de forma silenciosa e pontual. Para Santos (2018), a violência psicológica é a porta de entrada para outros tipos de violência contra a mulher por ser “a forma mais eficaz de subordinação e manutenção do status de dominação de homens sobre mulheres, permitindo o exercício de tantas outras violências, inclusive a morte” (p.44). Segato (2003) segue a mesma linha de pensamento e reflete que “devido a sua sutileza, caráter difuso e onipresença, sua eficácia é maior no controle das categorias sociais subordinadas” (SEGATO, 2003, p.114, tradução nossa⁷⁸). Esse tipo de violência, aponta a autora, tem uma enorme eficiência na reprodução da desigualdade de gênero e é resultado de três aspectos principais: a disseminação massiva na sociedade que acaba naturalizando esse tipo de atitude, a transformando em banal e normal; o enraizamento nos valores morais e religiosos que acabam permitindo a sua justificação; a falta de denominação e a dificuldade de identificar e provar o abuso, o que acaba transformando em quase impossível a denúncia e impede que muitas vítimas se defendam e procurem ajuda (SEGATO, 2003).

A teórica feminista e autora estadunidense bell hooks⁷⁹, de grande relevância nas discussões sobre temas relacionados à mulher, defende o uso do termo “violência patriarcal” para falar sobre a violência contra as mulheres porque acredita que, “diferente da expressão violência doméstica, mais comum, ele constantemente lembra o ouvinte que violência no lar está ligada ao sexismo e ao pensamento sexista, à dominação masculina” (HOOKS, 2017, p.96). A autora ainda critica o termo violência doméstica porque, para ela, acaba sendo usado como algo mais suave “que sugere emergir em um contexto íntimo que é privado e de alguma maneira menos ameaçador, menos brutal, do que a violência que acontece fora do lar” (*idem, ibidem*). Pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁸⁰ aponta que 42% dos casos de violência contra mulher registrados em 2018 aconteceram no ambiente doméstico. Os dados apontam, também, que 8 em cada 10 mulheres sofreram violência por parte de algum conhecido - 76,4% dos agressores são conhecidos da vítima, sendo desses 39% parceiros e ex-parceiros e 14,6% parentes. Embora use o termo violência contra mulher, Santos (2018)

⁷⁸ “Por su sutileza, carácter difuso y su omnipresencia, su eficacia es máxima en el control de las categorías sociales subordinadas” (SEGATO, 2003, p.114).

⁷⁹ bell hooks é o pseudônimo da autora Gloria Jean Watkins, que prefere que o nome seja usado em letras minúsculas para que todo o foco de quem está lendo seja dedicado ao conteúdo escrito por ela e não ao seu nome nem a sua vida.

⁸⁰ Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. Disponível em: <<http://bit.ly/2UYmmT1>>. Acesso em: 3 maio. 2019.

segue pensamento parecido ao refletir que esse tipo de violência não é um ato isolado e sim amplo, “praticado por alguns homens contra as mulheres, pelo fato de estas pertencerem à categoria mulher, ao sexo feminino, por fazerem parte de um grupo da sociedade que deve ser servil ao grupo masculino, ao qual é ensinado e permitido controlar os corpos e as vidas femininas” (SANTOS, 2018, p.83). A frase popular “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher” é um exemplo de como a supremacia do homem está fortemente inserida na sociedade machista e conservadora. Neste sentido, se faz necessário lembrar que foi o movimento feminista contemporâneo o responsável por começar a quebrar esse pensamento. Foi graças a ele que foram reveladas e expostas a contínua realidade da violência doméstica (HOOKS, 2017).

Assim, a maior parte das abordagens feministas iniciais sobre o tema da violência preocupa-se em compreender e explicar um fenômeno social amplamente legitimado, para o qual até mesmo o termo ‘violência’ era frequentemente recusado. As práticas sociais violentas contra as mulheres são construídas simultaneamente como problema social, político e teórico pelas ativistas e teóricas feministas e é nesse processo que tomam corpo as propostas de criminalização desse tipo de violência, que nos anos seguintes tornam-se realidade em muitos países, inclusive no Brasil (GOMES, 2014, p.103).

Gregori e Debert (apud GOMES, 2014) observam que, no Brasil, essa nova realidade começou a acontecer a partir da criação das delegacias da mulher, por exemplo, onde as mulheres passaram a receber uma atenção exclusiva no interior do sistema de segurança. Outro fato marcante e relevante nesse processo aconteceu já na estrutura jurídica, com a promulgação da Lei Maria da Penha. No entanto, ainda não foi suficiente. Mulheres continuam morrendo diariamente no país. São Marias, Joanas, Luizas, Antônias, que tentam se livrar de histórias de violência e acabam sendo punidas da maneira mais cruel: com a própria vida. O projeto #UmaPorUma atua neste contexto de investigação que permite mapear os casos de violência contra a mulher.

3.2 - Mortes sexistas de mulheres: entendendo o feminicídio

Crime passional. Apesar de não ser tipificado no Código Penal brasileiro, foi assim que, durante muitos anos, o assassinato de mulheres foi justificado no Brasil. “Foi por amor”, “foi por paixão”, “foi por ciúmes” “o agressor estava sob forte emoção na hora em que

praticou o crime”, eram algumas das justificativas usadas para falar sobre um crime que, na verdade, tem nome: feminicídio. A Lei nº 13.104⁸¹ do Código Penal brasileiro, sancionada em 2015, tornou o feminicídio como crime hediondo⁸² - com reclusão de 12 a 30 anos - e definiu o delito como “o homicídio contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”. O texto considera que há razões de condição de sexo feminino quando o crime “envolve violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. Nomear o assassinato sexista de mulheres com o nome correto não é apenas uma questão linguística - se faz necessário não apenas para diferenciá-lo do homicídio comum como também para escancarar a violência e a desigualdade sofridas pelas mulheres.

O Brasil tem a quinta maior taxa de feminicídios do mundo, segundo levantamento da Organização Mundial de Saúde (OMS)⁸³. Os números da OMS apontam que, para cada 100 mil mulheres, 4,8 são assassinadas apenas pela condição de gênero no país. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a cada duas horas uma mulher é assassinada no Brasil e, apesar de o número de homicídios de mulheres ter diminuído, o de feminicídios aumentou 12%⁸⁴ - o país fechou 2018 com a marca de 1.173 mulheres vítimas desse tipo de crime, o número é maior do que o registrado em 2017, que teve 1.047 casos. Em Pernambuco, das 241 mulheres assassinadas em 2018, 83 foram vítimas desse tipo de crime, segundo dados do projeto #UmaPorUma. E os números podem ser ainda maiores se levarmos em consideração o pensamento de autoras como Russell (2006), Lagarde (2006) e Celaya (2014), que defendem que mulheres que morrem devido a abortos clandestinos mal feitos também entram na classificação de vítimas de feminicídio.

O termo femicídio foi usado pela primeira vez em 1976 por Diane Russell e se diferenciava do feminicídio no sentido de que aquele não analisa os motivos que levaram à culminação das mortes das mulheres assassinadas, enquanto este investiga as motivações, trazendo à tona questões como machismo, poder, gênero, sexo etc. Anos mais tarde, em 1992, Russell juntamente com Radford no livro *Femicide: The politics of woman killing* redefiniram o termo femicídio como sendo relacionado ao assassinato misógino de mulheres por homens. Em 2006, Russell ampliou o termo substituindo a palavra “homens” por “machos”, para ter

⁸¹ Disponível em: <<http://bit.ly/2GSTMyL>>. Acesso em: 1º de maio de 2019.

⁸² São crimes considerados de maior gravidade.

⁸³ Taxa de feminicídios no Brasil é a quinta maior do mundo. Disponível em: <<http://bit.ly/2WqVdJO>>. Acesso em: 1 maio. 2019.

⁸⁴ Cai o nº de mulheres vítimas de homicídio, mas registros de feminicídio crescem no Brasil. Disponível em: <<https://glo.bo/2J7RSeW>>. Acesso em: 1 maio. 2019.

uma abrangência maior incluindo, também, os meninos, e ainda acrescentou que esse tipo de crime vai além dos assassinatos misóginos e passa a se aplicar a todas as formas de assassinato sexista (RUSSELL, 2006).

Os assassinatos misóginos são limitados àqueles motivados pelo ódio contra as mulheres, enquanto assassinatos sexistas incluem assassinatos cometidos por homens motivados por um senso de direito ou superioridade sobre as mulheres, pelo prazer dos desejos sádicos em relação à elas, ou pela suposição de propriedade sobre as mulheres (RUSSELL, 2006, p.77-78, tradução nossa⁸⁵).

Na América Latina, o termo feminicídio foi usado pela primeira vez em 1998 pela antropóloga mexicana Marcela Lagarde, que traduziu a palavra “femicídio” para descrever uma série de assassinatos brutais de mulheres em Ciudad Juárez, no México. O termo foi traduzido porque, em espanhol, femicidio estava relacionado apenas ao assassinato de mulheres - a tradução trouxe à tona a questão socio-cultural do assassinato misógeno de mulheres. “Não é apenas uma descrição dos crimes cometidos por assassinos contra meninas e mulheres, mas da construção social desses crimes de ódio, culminando com a violência de gênero contra as mulheres, bem como a impunidade que os configura” (LAGARDE, 2006, p.12, tradução nossa⁸⁶). A pesquisadora também traz a tona a questão do feminicídio como um crime de Estado, visto que este não é capaz de garantir a vida e a segurança das mulheres em geral, fazendo com que estas vivam várias formas e graus de violência cotidiana ao longo da vida. “O feminicídio ocorre em condições de gênero, classe, raça, etnia, idade, condição física e mental; nesse sentido, a democracia para mulheres abrange apenas alguns aspectos e áreas” (*idem*, p.13, tradução nossa⁸⁷). A promotora de Justiça e coordenadora do Núcleo de Gênero do Ministério Público de São Paulo Valéria Scarance tem pensamento parecido. “Ficar em silêncio ou negar proteção a uma mulher que rompeu o silêncio pode significar a morte. A vítima de feminicídio é justamente a mulher que não procurou ajuda ou não teve a proteção do Estado” (SCARANCE, 2019, p. 28).

⁸⁵ “Los asesinatos misóginos se limitan a aquellos motivados por el odio hacia las mujeres, en tanto que los asesinatos sexistas incluyen a los asesinatos realizados por varones motivados por un sentido de tener derecho a ello o superioridad sobre las mujeres, por el placer los deseos sádicos hacia ellas, o por la suposición de propiedad sobre las mujeres” (RUSSELL, 2006, p.77-78) .

⁸⁶ “No se trata sólo de la descripción de crímenes que cometen homicidas contra niñas y mujeres, sino de la construcción social de estos crímenes de odio, culminación de la violencia de género contra las mujeres, así como de la impunidade que los configura” (LAGARDE, 2006, p.12).

⁸⁷ “El feminicidio sucede en condiciones de dominación de género, clase, raza, etnia, edad, condición física y e mental; en ese sentido, la democracia para las mujeres sólo abarca algunos aspectos y ámbitos” (LAGARDE, 2006, p.13).

A explicação do feminicídio está no domínio de gênero: caracterizado pela supremacia e opressão masculina, discriminação, exploração e, acima de tudo, exclusão social de meninas e mulheres, como aponta Haydee Birgin. Tudo isso legitimado por uma percepção social desvalorizadora, hostil e degradante das mulheres. A arbitrariedade e a desigualdade social são reforçadas com a impunidade social e judicial em torno dos crimes contra as mulheres (LAGARDE, 2006, p.21, tradução nossa⁸⁸)

Um recente caso de feminicídio em Pernambuco reforça essa tese. Mayara Estefanny da Silva, de 19 anos, foi atacada com ácido sulfúrico⁸⁹ pelo ex-marido e pai do seu filho no dia 4 de julho de 2019. O homem não aceitava o fim do relacionamento com a jovem e, junto com um amigo, cometeu o crime. Ela passou 21 dias internada no Hospital da Restauração, no Centro do Recife, e faleceu no dia 26 de julho de 2019. O feminicídio de Mayara poderia ter sido evitado: a jovem prestou três queixas contra o ex-companheiro num intervalo de 19 dias e havia pedido uma medida protetiva por ter sido vítima de violência física e psicológica.

Carosio (2013) considera o feminicídio como um genocídio de mulheres que ocorre porque

(...) existem práticas sociais permissivas de violência contra a integridade, a saúde, as liberdades e a vida de meninas e mulheres. Em seu sentido mais amplo, o feminicídio é toda a morte derivada da subordinação feminina, que inclui homicídios e suicídios causados por violência ou condições de discriminação. (CAROSIO, 2013, p.69-70, tradução nossa⁹⁰).

Neste contexto, é de opinião unânime que a violência masculina contra a mulher é considerada como um *continuum* (CAROSIO, 2013; CELAYA, 2014; MENEGHEL; PORTELLA, 2017; SANTOS, 2018) que tem o feminicídio como a fase final das agressões. A escritora estadunidense Rebecca Solnit, premiada mundialmente por escrever dezenas de livros sobre temas como mudanças sociais, política e feminismo, reflete que há um ciclo que, na maioria dos casos, se repete nas questões em torno da violência contra mulher. Esse ciclo

⁸⁸ “La explicación del feminicidio se encuentra en el dominio de género: caracterizado tanto por la supremacía masculina como por la opresión, discriminación, explotación y, sobre todo, exclusión social de niñas y mujeres, como señala Haydee Birgin. Todo ello, legitimado por una percepción social desvalorizadora, hostil y degradante de las mujeres. La arbitrariedad e inequidad social se potencian con la impunidad social y judicial en torno a los delitos contra las mujeres” (LAGARDE, 2006, p.21).

⁸⁹ Disponível em: <<https://glo.bo/2Kr9x1B>>. Acesso em: 28 jul. 2019.

⁹⁰ “Ocurre porque existen prácticas sociales permisivas de la violencia ejercida contra la integridad, la salud, las libertades y la vida de niñas y mujeres. En su sentido más amplio femicidio es toda muerte derivada de la subordinación femenina, que abarca tanto los homicidios como los suicidios originados en la violencia o las condiciones de discriminación” (CAROSIO, 2013, p.69-70).

geralmente se inicia com o silenciamento delas por parte do agressor até chegar ao nível mais drástico, que é a morte. Neste sentido, Solnit observa que:

compreenderíamos melhor ainda a misoginia e a violência contra mulheres se considerássemos o abuso de poder como um todo, em vez de tratar a violência doméstica em separado do estupro, do homicídio, do assédio e da intimidação, seja online ou em casa, no local de trabalho ou nas ruas; quando se vê tudo isso em conjunto os padrões predominantes ficam bem claros (SOLNIT, 2017, p.27-28).

Meneghel e Portella (2017) consideram que o femicídio faz parte de mecanismos socioculturais amplos e que, por isso, vai além da relação homem e mulher. Por outro lado, as autoras reconhecem que “o femicídio cometido por um familiar, amigo ou conhecido do sexo masculino, ou a situação do casal heterossexual, é a que apresenta o maior risco de morte para as mulheres” (p.3080).

A morte das mulheres representa então a etapa final de um *continuum* de terror que inclui estupro, tortura, mutilação, escravidão sexual (particularmente na prostituição), incesto e abuso sexual fora da família, violência física e emocional, assédio sexual, mutilação genital, cirurgias ginecológicas desnecessárias, heterossexualidade compulsória, esterilização e/ou maternidade forçada, cirurgias psíquicas, experimentação abusiva de medicamentos, negação de proteínas às mulheres em algumas culturas, cirurgias cosméticas e outras mutilações em nome do embelezamento (MENEGHEL; PORTELLA, 2017, p.3079)

No Brasil, um caso de feminicídio ocorrido em 1976, que na época não foi classificado como tal, ganhou grande repercussão na época e acabou sendo um marco no movimento feminista, que foi às ruas pedir a punição do assassino. A socialite Ângela Diniz foi assassinada com cinco tiros na cabeça pelo companheiro Doca Street em Búzios, no Rio de Janeiro, sob o argumento de “legítima defesa da honra”. O acusado foi julgado e punido com apenas dois anos de reclusão, o que gerou revolta e acabou desencadeando a campanha “Quem ama não mata”, articulada por grupos feministas (SAAD, 2018) - o ato marcou o dia 10 de Outubro como Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher. Graças à mobilização, o julgamento foi anulado e um segundo foi feito. Desta vez, Doca Street foi condenado a 15 anos de reclusão. Em Pernambuco, o dia 5 de abril se tornou o Dia Estadual de Combate ao Feminicídio. A data foi escolhida por conta da morte da fisioterapeuta e militante pelo direito das mulheres Tássia Mirella de Sena Araújo. A jovem de 28 anos foi estuprada e assassinada pelo vizinho em 2017. Em agosto de 2019, Edvan Luiz da Silva foi condenado a 30 anos de prisão por homicídio qualificado e estupro.

Se, na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não mais existe, no plano de jure. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requintes de crueldade, esquartejando-as, ateando-lhes fogo, nelas atirando e as deixando tetraplégicas etc. O julgamento destes criminosos sofre, é óbvio, a influência do sexismo reinante na sociedade, que determina o levantamento de falsas acusações – devassa é a mais comum – contra a assassinada. A vítima é transformada rapidamente em ré, procedimento este que consegue, muitas vezes, absolver o verdadeiro réu. Durante longo período, usava-se, com êxito, o argumento da legítima defesa da honra, como se esta não fosse algo pessoal e, desta forma, pudesse ser manchada por outrem. Graças a muitos protestos feministas, tal tese, sem fundamento jurídico ou de qualquer outra espécie, deixou de ser utilizada (SAFFIOTI, 2011, p.46).

Lagarde (2008) chama atenção de que todos os assassinos de mulheres têm em comum a ideia de que as mulheres são descartáveis, dispensáveis e dignas maus-tratos, e que, por isso, o grau de crueldade nesses crimes são parecidos, sendo eles, portanto, considerados como crimes de ódio. Neste contexto, a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) elaborou, em 2014, um “Modelo de protocolo latino-americano de investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero (femicídio/feminicídio)⁹¹”. Na publicação (tabela 6), foram apresentadas categorizações para o assassinato de mulheres em razão do gênero. Essas categorias auxiliam a entender, por exemplo, o contexto onde essas mulheres foram assassinadas. Vejamos:

Tabela 6- Categorias do feminicídio

Feminicídio íntimo	É quando a mulher é assassinada por um homem com o qual tinha ou teve algum vínculo íntimo, como marido/ex, namorado/ex, amante, companheiro.
Feminicídio não íntimo	Quando o assassino era desconhecido da vítima. Por exemplo: quando uma mulher é assassinada após ser agredida sexualmente.
Feminicídio infantil	“É a morte de uma menina com menos de 14 anos de idade, cometida por um homem no âmbito de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder conferido pela sua condição de adulto sobre a menoridade da menina” (p.20).
Feminicídio familiar	Quando a mulher é morta por um agressor com o qual tem relação de parentesco. Este pode ser

⁹¹ Disponível em: <<http://bit.ly/2GkPsYn>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

	por consanguinidade, afinidade ou adoção.
Feminicídio por conexão	“Refere-se ao caso da morte de uma mulher “na linha de fogo”, por parte de um homem, no mesmo local onde mata ou tenta matar outra mulher. Pode se tratar de uma amiga, uma parente da vítima – mãe, filha – ou de uma mulher estranha que se encontrava no mesmo local onde o agressor atacou a vítima” (p.21).
Feminicídio sexual sistêmico organizado ou desorganizado	Quando a mulher é morta após ser sequestrada, torturada e/ou estuprada.
Feminicídio por prostituição ou ocupações estigmatizadas	Quando uma mulher que exerce prostituição e/ou outra ocupação, como strippers, garçonetes, massagistas ou dançarinas de casas noturnas, é assassinada por um ou vários homens motivado pelo ódio e misoginia que a profissão da vítima provoca nele.
Feminicídio por tráfico de pessoas	Quando a mulher é morta em situação de tráfico de pessoas.
Feminicídio por contrabando de pessoas	“É a morte de mulheres produzida em situação de tráfico de migrantes. Por “tráfico”, entende-se a facilitação da entrada ilegal de uma pessoa em um Estado do qual a pessoa em questão não seja cidadã ou residente permanente, no intuito de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício de ordem material” (p.21).
Feminicídio transfóbico	É quando uma mulher transgênero ou transexual é morta por sua condição ou identidade de gênero transexual, por ódio ou rejeição da mesma.
Feminicídio lesbofóbico	É quando uma mulher lésbica é morta por sua orientação sexual, por ódio ou rejeição da mesma.
Feminicídio racista	É a morte de uma mulher por ódio ou rejeição de sua origem étnica, racial ou de seus traços fenotípicos.
Por mutilação genital feminina	É a morte de uma menina ou mulher resultante da prática de mutilação genital.

Fonte: ONU Mulheres (2014)

Mas discutir o feminicídio sem fazer o recorte de raça parece ser arriscado. É sabido que, embora todas as mulheres vivam em grande situação de risco no Brasil, as mulheres negras e pardas estão ainda mais à margem. Por conta do racismo estrutural em nossa sociedade, essas mulheres sofrem múltiplas discriminações, o que acaba por potencializar os episódios violentos em todas as esferas. O Atlas da Violência 2019⁹² ratifica isso: enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 1,7% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 60,5% - considerando apenas o último ano disponível, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 3,2 a cada 100 mil mulheres não negras, ao passo que entre as mulheres negras a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres neste grupo. O estudo reflete que “o crescimento muito superior da violência letal entre mulheres negras em comparação com as não negras evidencia a enorme dificuldade que o Estado brasileiro tem de garantir a universalidade de suas políticas públicas” (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019). Em Pernambuco, segundo dados do projeto #UmaPorUma, das 241 mulheres assassinadas no estado em 2018, 132 eram negras ou pardas - isso equivale a mais da metade dos casos. “Os indicadores sociais brasileiros, quando avaliados na perspectiva das mulheres negras, revelam um contexto de desigualdades que potencializam o risco de vida, prejudicam o acesso à justiça e a outros serviços que devem ser garantidos pelo Estado e reforçam caminhos de desvalor de vidas” (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2019⁹³).

Um caminho para o combate a desigualdade de gênero passa pela defesa de que as mulheres tenham acesso a bens e recursos necessários para a vida e o desenvolvimento do bem estar, visto que “devemos favorecer o empoderamento das mulheres, sem o qual não seremos capazes de alcançar nossos objetivos de desenvolvimento e democracia para acabar com o feminicídio” (LAGARDE, 2006, p.41, tradução nossa⁹⁴).

A violência de gênero já é percebida como um ataque aos direitos humanos das mulheres e um dos mais graves problemas sociais e de atenção urgente. Sabemos que não é natural: a violência é incubada na sociedade e no Estado devido à iniquidade genérica patriarcal: falta de democracia e desenvolvimento, instituições ultrapassadas por problemas sociais, falta de políticas públicas adequadas (LAGARDE, 2006, p.16, tradução nossa).

⁹² Atlas da Violência 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/316qvbM>>. Acesso em: 15 maio. 2019.

⁹³ Disponível em: <<http://bit.ly/2M5Jq2e>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

⁹⁴ “Debemos favorecer el *empoderamiento* de las mujeres, sin el cual no podremos alcanzar nuestras metas de desarrollo y democracia para detener el feminicidio” (LAGARDE, 2006, p.41, grifo original).

Um outro fator que pode servir de auxílio no combate à violência contra mulher é a ampliação da discussão sobre os temas relacionados a esse tipo de crime na sociedade. A imprensa tem um papel importante nesse debate, pois tem o poder de auxiliar a quebrar estereótipos, cobrar investigação e solução, além de provocar reflexão sobre o tema. Exemplos negativos, como noticiar de forma sensacionalista a morte de mulheres, não podem ser incluídos nesse contexto. Em um dossiê⁹⁵ sobre o feminicídio, o Instituto Patrícia Galvão, organização social sem fins lucrativos voltada para os direitos das mulheres, reflete sobre o papel da imprensa.

Não basta noticiar o crime, é importante contextualizar a violência, procurando saber se no caso específico havia um histórico de ocorrências anteriores e se a vítima buscou ajuda. A partir do problema individual, é necessário estabelecer uma conexão com os aspectos socioculturais envolvidos, como noções de desigualdade de direitos e sentimentos como posse, controle e direito sobre o corpo e a vida das mulheres. (...) Além de evidenciar os casos em que o Estado falhou ao não evitar essas mortes violentas, a imprensa pode mostrar também como a sociedade vem falhando ao educar meninos e meninas para se relacionarem de forma respeitosa e não-violenta. (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2019).

Mota (2010) reflete que, mesmo após morta, a vítima tem a sua imagem desqualificada socialmente, visto que, em muitos casos, o criminoso não sofre punição devida e a mulher é culpabilizada sem sequer ter direito de defesa. A autora também critica a maneira como o tema é tratado pela mídia, geralmente em programas policiais e sob o tom de tragédia, o que, para ela, é um equívoco. “Uma tragédia é um acontecimento excepcional, o que não corresponde aos assassinatos de mulheres decorrentes de questões de gênero, ligadas ao papel e ao significado de ser mulher” (MOTA, 2010, p.5). A crítica nos parece válida no sentido de que espetacularizar a morte de uma mulher e expor a vítima não é o caminho mais prudente nem proveitoso, uma vez que a imprensa interfere diretamente na formação de opinião e, portanto, essa postura só auxilia a reforçar o pensamento machista, reforçando estereótipos e não discutindo as questões mais profundas do problema da violência contra a mulher. Discutir com responsabilidade o contexto de cada morte, o que está por trás dela, entender os aspectos socioculturais envolvidos naquele crime e, sobretudo, provocar reflexão sobre as causas da violência contra a mulher são alguns dos caminhos que podem e devem ser seguidos pela imprensa para auxiliar a combater e a ampliar a discussão sobre o tema.

⁹⁵ Disponível em: <<http://bit.ly/2XchdMa>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

4- PERCURSO METODOLÓGICO

Com base nos nossos objetivos, a nossa pesquisa foi de caráter exploratório, envolvendo levantamento bibliográfico relacionado ao jornalismo multiplataforma e a produção multimídia. Após realizarmos a revisão bibliográfica, partimos para a etapa empírica do projeto. Neste estágio, analisamos esses temas através de coletas de dados feitas a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas a partir da amostra com seis jornalistas, entre editoras e repórteres que fazem parte do universo de 31 profissionais que participaram ativamente do projeto #UmaPorUma do Sistema Jornal do Comercio de Comunicação - SJCC. A escolha das seis entrevistadas entre o universo de 31 mulheres que participaram do projeto se deu de acordo com o cargo ocupado, o grau de envolvimento com o #UmaPorUma e a contribuição que trariam para a pesquisa. Além disso, a observação simples das experiências do projeto e a partir de fichas de observação analisamos os conteúdos publicados nas plataformas que fizeram parte do #UmaPorUma - TV, rádio, jornal e site.

Optamos pelo #UmaPorUma como nosso objeto de estudo primeiro porque levamos em consideração a sua relevância para o jornalismo e para a sociedade em decorrência do projeto investigativo e social. Além disso, trata-se de um projeto inédito e de repercussão nacional e internacional. Neste contexto, consideramos, portanto, que o projeto nos aponta as condições necessárias para servir como objeto de análise. Nossa pesquisa se configurou logo no início do #UmaPorUma e, ao longo de todo o estudo, foram colhidos 346 materiais - entre reportagens, entrevistas e vídeos.

É importante destacar que o projeto foi premiado com o 40º Prêmio Vladimir Herzog na categoria “produção jornalística em multimídia”, com o 7º Prêmio Amaerj Patrícia Acioli de Direitos Humanos na categoria “reportagens jornalísticas”, com o 24º prêmio Cristina Tavares de Jornalismo nas categorias “cadernos Especiais e série de Reportagens” e “criações gráficas”, além do VII Prêmio República de Valorização do Ministério Público Federal. O trabalho também foi indicado ao Prêmio Gabo de Jornalismo, que premia os melhores trabalhos jornalísticos da América Latina.

Antes de partirmos para a etapa de procedimentos metodológicos, faremos, a seguir, uma breve apresentação do Sistema Jornal do Comercio de Comunicação com o objetivo de apontar o contexto da empresa onde o #UmaPorUma está inserido. Em seguida, vamos

detalhar o projeto e, no tópico posterior, aprofundaremos os procedimentos metodológicos adotados nesta dissertação.

4.1 - O Sistema Jornal do Commercio de Comunicação

O Sistema Jornal do Commercio de Comunicação atualmente é gerido pelo empresário João Carlos Paes Mendonça. O conglomerado, composto pela TV e Rádio Jornal, o Jornal do Commercio e o portal NE10, é considerado um dos maiores do país e fica localizado na área central do Recife. O sistema nasceu em 1919⁹⁶ com a criação do Jornal do Commercio. O jornalista, empresário e político paraibano Francisco Pessoa de Queirós foi o responsável pela criação da empresa.

O Jornal do Commercio chegou ao seu primeiro século de existência em 3 de abril de 2019. Fundado em 1919, o jornal conta com oito editorias, além de cadernos semanais. De acordo com dados de 2018 auditados pelo Instituto Verificador de Circulação⁹⁷, cerca de 37 mil exemplares do jornal são comprados diariamente. Ao longo de sua existência, já conquistou prêmios como Esso, Vladimir Herzog e Prêmio CNH.

Sob o nome de Rádio Jornal do Commercio, a Rádio Jornal surgiu em 3 de julho de 1948. Com o slogan “Pernambuco Falando para o Mundo”, a rádio ficou conhecida por ter transmissores em ondas curtas e médias que alcançavam todo o mundo. Atualmente, a programação na capital pernambucana é transmitida pelas frequências AM e FM. A Rádio Jornal foi a primeira emissora da América Latina a colocar sua programação na internet através do site⁹⁸ e de um app para Android e iPhone (RÁDIO JORNAL, 2019⁹⁹). A programação da Rádio Jornal é focada no jornalismo e na cobertura esportiva.

Afiliada do SBT, a TV Jornal foi fundada em 18 de junho de 1960, sendo considerada a mais antiga emissora de TV em operação na região Nordeste e a primeira a entrar no ar em Pernambuco. Antes de a TV Cabo Branco surgir em João Pessoa, entre o período de 1960 a 1986 a TV Jornal também foi captada na capital paraibana. Sob o slogan “Pernambucana toda”, o canal 2 conta atualmente com 13 programas de produção local. O sinal da TV cobre

⁹⁶ Sistema Jornal do Commercio de Comunicação. Disponível em: <<https://bit.ly/2OtAD8I>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

⁹⁷ Disponível em: <<http://bit.ly/2XBb75a>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

⁹⁸ Disponível em: <<https://radiojornal.ne10.uol.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

⁹⁹ Disponível em: <<http://bit.ly/2R3UrR8>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

toda a Região Metropolitana do Recife, a Zona da Mata e algumas áreas do Agreste. As demais áreas e ilha de Fernando de Noronha são cobertos pela TV Jornal Caruaru.

O JC Online surgiu em 1994 como o primeiro site de notícias de Pernambuco (NE10, 2019¹⁰⁰). Em formato de boletim eletrônico, o portal trazia as principais manchetes que saíam na edição seguinte do JC - no entanto, essas chamadas eram feitas sem o uso do recurso de imagem. Dois anos depois, o endereço chegou à web - com imagens, links e layout próprio para os navegadores, e fez parceria com o UOL. Em 2011, o portal passou a se chamar NE10, uma alusão à sua abrangência regional. O JC Online não desapareceu, mas passou a ser o site do Jornal do Commercio.

Atualmente, as redações dos quatro veículos ocupam o mesmo espaço, dividida apenas por algumas baias, na sede do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação.

4.2 - O Projeto #UmaPorUma

O projeto #UmaPorUma surgiu de um incômodo por parte das jornalistas do SJCC de como as mulheres estão sendo mortas e como a naturalização dessas mortes é cotidiana. Então, foi percebida a importância de não apenas contar em números, mas também mostrar esses rostos e contar as histórias dessas mulheres mortas em Pernambuco. O #UmaPorUma mapeou, durante todo o ano de 2018, onde essas mulheres foram assassinadas e as motivações do crime, além de acompanhar a investigação e cobrar punição aos culpados. Para isso, foi criado um banco de dados virtual contendo os perfis de vítimas e agressores, além dos relatos que iam além da fotografia da cena do crime. A ideia era “entender como e por que aquelas mulheres chegaram até ali. Para ajudar a prevenir e, principalmente, salvar vidas” (#UmaPorUma¹⁰¹, 2018). Esse material foi publicado tanto no site criado especialmente para o projeto quanto nas outras plataformas que fazem parte do Sistema - televisão, rádio e jornal. O projeto foi conduzido e produzido por um coletivo de 31 jornalistas mulheres que trabalhavam em diversos veículos do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação.

¹⁰⁰ Disponível em: <<http://bit.ly/2wOQNRO>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

¹⁰¹ Disponível em <<http://bit.ly/2IsD364>>. Acesso em: 25 maio. 2018.

Dados do Atlas da Violência¹⁰² apontam que 12 mulheres são assassinadas por dia no Brasil. Em média, acontece um assassinato a cada duas horas. Em 2016, foram 4.645 mulheres vítimas de homicídio, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. A taxa de Pernambuco é de 5,8 homicídios para cada 100 mil mulheres (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018). Fazendo o recorte deste cenário no Estado, o projeto monitorou, checkou, investigou, narrou e acompanhou os dados de assassinatos contra a mulher. A particularidade do #UmaPorUma foi justamente não tratar a vítima como apenas um dado, um número. “Em vez de reproduzir números, vamos nós contar. Essa foi a grande questão. Fazendo dessa forma humana, mas também reflexiva, a gente melhora, também, o ponto de vista dos nossos leitores” (CARVALHO¹⁰³, 2018). Utilizando os recursos do jornalismo multimídia, o #UmaPorUma também disponibiliza gráficos com dados, incluindo a motivação preliminar do assassinato.

A polícia gosta muito de colocar a culpa nas drogas para desumanizar essas mortes. Então nós aproveitamos e fizemos uma diferenciação nos dados: ligação direta com as drogas, ligação indireta. Porque muitas vezes a mulher morre simplesmente porque o vizinho tem ligação com o tráfico, e ela não tem nada a ver com isso. A gente está começando a mostrar que não é bem assim (CARVALHO, 2018).

Uma das coordenadoras do projeto, a jornalista Julliana de Melo¹⁰⁴ considera que o #UmaPorUma pode ser uma alternativa ao *hard News*.

Quando a gente noticia a morte no dia que a mulher morreu, aquela informação é muito rasa. O que é passado para a gente nas delegacias de polícia, na apuração apressada ao telefone, é inicial. Muitas vezes aquela mulher é vítima de violência e a família não vê o lado “B” daquela história contado. Então a gente revisita essas histórias (MELO, 2018).

E a iniciativa já teve repercussão: o projeto foi premiado com o 40º Prêmio Vladimir Herzog¹⁰⁵ na categoria “produção jornalística em multimídia”, com o 7º Prêmio Amaerj Patrícia Acioli de Direitos Humanos na categoria “reportagens jornalísticas”, com o 24º prêmio Cristina Tavares de Jornalismo nas categorias “cadernos Especiais e série de

¹⁰² Atlas da Violência 2018. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

¹⁰³ Palestra concedida por Ciara Carvalho no 13º Congresso da Abraji: São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/31MNdpZ>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

¹⁰⁴ Palestra concedida por Juliana Melo no 13º Congresso da Abraji: São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/31MNdpZ>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

¹⁰⁵ Um dos principais prêmios de jornalismo do país, o Prêmio Vladimir Herzog premia anualmente, desde 1979, jornalistas que desenvolvem trabalhos que promovem os direitos humanos e a democracia.

Reportagens” e “criações gráficas”, além do VII Prêmio República de Valorização do Ministério Público Federal. O trabalho também foi indicado ao Prêmio Gabo de Jornalismo, que premia os melhores trabalhos jornalísticos da América Latina.

Apesar de os outros tipos de crimes também serem contados, o feminicídio é o principal objeto do projeto e, por isso, quando a estatística é divulgada, também é feito o recorte de dados desse tipo de crime. Neste sentido, a importância social do jornalismo acaba sendo reforçada. “Isso desconstrói uma série de coisas. De que a mulher morre na rua, que a culpa é da mini-saia que ela usava. Porque os dados mostram que a maioria das mulheres são mortas dentro de casa, pelos maridos ou namorados e têm uma faixa etária de 30-37 anos. É um padrão” (CARVALHO, 2018, jornalista da equipe). Projeto parecido foi criado em agosto de 2011 no Distrito de Columbia, nos Estados Unidos. Premiado com o Knight Public Service Award da Online News Association em 2012, o Homicide Watch, que funcionou até 2014, cobria todos os homicídios, do crime à condenação, do local. Para isso, os jornalistas usavam relatórios originais, documentos judiciais, mídias sociais e contavam com a ajuda de amigos, familiares, vizinhos e outros de vítimas e suspeitos. Anderson, Bell e Shirky (2013), em um dossiê sobre jornalismo pós-industrial publicado pela revista ESPM, classificaram a iniciativa como “o espírito de melhorar o jornalismo em vez de simplesmente repetir o que já se faz ou tentar resgatar o ofício” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 47).

Segundo números divulgados pelo SJCC, do dia 29 de abril de 2018, data da estreia do projeto, até 28 de fevereiro de 2019, quando houve o fechamento dos dados do ano, o #UmaPorUma obteve 235.578 páginas vistas e 109.209 usuários únicos. De acordo com os dados, 57,2% do público é feminino e 42,8% masculino. Os números apontaram, ainda, que os acessos ao site se deram não apenas em Pernambuco, mas também em outros estados e cidades do Brasil. São Paulo, por exemplo, foi a responsável por 25,05% dos acessos.

4.3 - Procedimentos metodológicos

A primeira etapa dos procedimentos metodológicos se constituiu da coleta de dados a partir de uma observação dos materiais publicados pelo projeto. O universo da pesquisa compreendeu o período de abril de 2018 a fevereiro de 2019, que foi o período de publicação do #UmaPorUma. Para a obtenção dos dados, fizemos pesquisas prévias mês a mês nos sites

da TV e Rádio Jornal a fim de encontrar o material do #UmaPorUma publicado pelos veículos. Feito isso, partimos para o salvamento dos links com os conteúdos separando por datas. Porém, como o site da TV Jornal passou por uma reestruturação recentemente, os links salvos pararam de funcionar e tivemos dificuldade para assistir a esse material novamente. Por isso, recorremos às *lives* realizadas pela emissora no Facebook - a TV Jornal transmite ao vivo, diariamente, todos os telejornais locais e deixa as transmissões salvas - e conseguimos ter acesso ao material. Em relação ao conteúdo do Jornal do Commercio, fizemos buscas no acervo digital disponível para assinantes. Dessa forma, tivemos acesso a todas as edições que contaram com reportagens especiais do #UmaPorUma em formato PDF. Diferente dos outros veículos, o site do projeto tem o conteúdo completamente voltado para o #UmaPorUma. Sendo assim, o material foi colhido integralmente, não sendo necessário filtrar como foi feito nos demais veículos. A coleta do conteúdo publicado nos quatro veículos foi feita manualmente e resultou em 346 materiais coletados (figura 4) - entre reportagens, entrevistas e vídeos.

Figura 4 - Resultado da coleta de dados



Fonte: Autora (2019)

Após a coleta desse material, construímos fichas de observação focadas na análise do conteúdo que foi publicado. A ficha direcionada para o site do #UmaPorUma contou com 23 questões (ver apêndice C). Já as fichas do Jornal do Commercio (ver apêndice D) e da Rádio Jornal (ver apêndice F) tiveram 9 questões, enquanto que a da TV Jornal (ver apêndice E) teve 12 itens. As questões envolviam desde as características de estrutura da publicação de onde o material foi publicado até apontamentos mais técnicos sobre o conteúdo. As fichas foram aplicadas entre os dias 28 de julho de 2019 e 6 de agosto de 2019.

Também fizemos uma revisão bibliográfica acerca de conceitos-chaves em torno do objeto, tais como multiplataforma (BRADSHAW, 2014); (SALAVERRÍA, 2010), convergência jornalística (SALAVERRÍA; NEGREDO, 2008), jornalismo pós-industrial (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013), *slow journalism* e narrativas *longform* (LONGHI, 2014), (LONGHI; WINQUES, 2015), jornalismo de dados (BARBOSA, 2007) e violência contra a mulher e feminicídio (LAGARDE, 2006, 2008; GOMES, 2014).

A pesquisa também contou com entrevistas semiestruturadas com seis jornalistas, entre repórteres e editoras, que fizeram parte do projeto #UmaPorUma. Elas foram entrevistadas individualmente e de forma presencial no Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, na rua da Fundação, bairro de Santo Amaro, no Recife, entre os dias 9 de maio e 4 de junho de 2019. A escolha das seis entrevistadas entre o universo de 31 mulheres que participaram do projeto se deu de acordo com o cargo ocupado, o grau de envolvimento com o #UmaPorUma e a contribuição que trariam para a pesquisa. Como no método da entrevista semiestruturada as perguntas são feitas de forma mais aberta possível, visto que “a lista de questões desse modelo tem origem no problema de pesquisa e busca tratar a amplitude do tema” (DUARTE, 2011, p.66), as perguntas feitas não eram fechadas, mas a pesquisadora seguiu um conjunto de questões previamente definidas, que podem ser feitas em um contexto semelhante ao de uma conversa informal (BONI; QUARESMA, 2005), deixando o entrevistado mais livre para discorrer sobre o tema proposto. Uma das vantagens desse modelo é “permitir criar uma estrutura para comparação de respostas e articulação de resultados, auxiliando na sistematização das informações fornecidas por diferentes informantes” (DUARTE, 2011, p.67). Após fazer a pergunta, o pesquisador deve explorar o máximo da resposta para, só então, passar para a próxima pergunta. A nossa questão central era: **Como o jornalismo multiplataforma auxilia o #UmaPorUma a dar visibilidade às mulheres assassinadas em Pernambuco?** Em torno deste contexto, elaboramos as perguntas

feitas durante as entrevistas (ver apêndice A e B). Neste modelo de entrevista, devem ser feitas entre quatro e sete questões a cada entrevistado (DUARTE, 2011), mas nós optamos por fazer 13 perguntas às editoras e oito às repórteres por considerarmos indispensáveis os questionamentos para atingirmos o resultado da pesquisa.

As entrevistas foram essenciais para esclarecer informações que não ficaram claras ou que geraram dúvidas durante o processo de observação simples e da observação das reportagens publicadas. O material foi gravado em dois gravadores e, em seguida, transcrito para o processo de análise dos dados e para compor os resultados. As entrevistas duraram, em média, 50 minutos, totalizando quase 6 horas de gravação e 42 páginas de transcrição. Para chegarmos até as entrevistadas, solicitamos autorização do Sistema Jornal do Commercio através de um ofício enviado por e-mail (ver anexo A) a uma das coordenadoras do #UmaPorUma. Dias após a solicitação, o nosso pedido foi acatado e não tivemos dificuldades em realizar as entrevistas - foi necessário apenas se adequar à agenda de cada profissional. Algumas, por motivos de viagens a trabalho, demoraram semanas para conseguir espaço para a entrevista, mas todas as entrevistadas foram receptivas e dispostas a contribuir com a pesquisa acadêmica desta dissertação.

As funções desempenhadas pelas jornalistas entrevistadas durante o projeto #UmaPorUma foram diversas. Três atuaram apenas como repórteres. Uma atuou como repórter e editora. E outras duas atuaram como repórteres, editoras e coordenadoras. Os veículos onde trabalham originalmente também são distintos: duas atuam no portal NE10, três no Jornal do Commercio e uma na TV Jornal. Com a intenção de preservar o anonimato das entrevistadas não utilizaremos o nome delas, apenas siglas para diferenciá-las. Serão elas: editora 1, editora 2, repórter 1, repórter 2, repórter 3 e repórter 4. As profissionais foram classificadas dessa forma pois focamos na função principal exercida por cada uma dentro do SJCC.

Após fazer as entrevistas semiestruturadas, precisamos sistematizar os resultados obtidos. Para isso, escolhemos a análise de conteúdo - AC - como método. Bardin (2016) define a AC como um “conjunto de técnicas de análises das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2016, p.44). A intenção da técnica é realizar “a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (*idem, ibidem*). Assim sendo, a inferência é considerada

“uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada” (FONSECA JÚNIOR, 2011, p.284). Neste contexto, “o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula para inferir conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo. Tal como um detetive, o analista trabalha com índices cuidadosamente postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos” (BARDIN, 2016, p.45).

O processo da análise de conteúdo é dividido em três fases: pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados (BARDIN, 2016). Na primeira fase, a pré-análise, entram questões como formulação das hipóteses e dos objetivos, dimensões e direções da análise, regras de recorte, de categorização, de codificação etc. Essa etapa é considerada uma das mais importantes, pois se configura “na própria organização da análise, que serve de alicerce para as fases seguintes” (FONSECA JÚNIOR, 2011, p.290). A pré-análise é iniciada com a leitura flutuante, que é o contato que o pesquisador tem com os documentos a serem analisados. Feito isso, é chegado o momento de escolher o corpus da análise, ou seja, os documentos a serem analisados. Na nossa pesquisa, optamos por analisar o conteúdo das entrevistas semiestruturadas realizadas com repórteres e editoras do projeto #UmaPorUma. Escolha da amostra feita, partimos para segunda etapa, que é a de exploração do material. Já na terceira etapa, é feito o tratamento do material e as inferências.

Como proposto por Bardin (2016), para começar a análise do material escolhido se faz necessário codificar os dados. A codificação é o tratamento do material escolhido para a análise. Ou seja, “corresponde a uma transformação - efetuada segundo regras precisas - dos dados brutos do texto” (BARDIN, 2016, p.136), tendo como principal função “servir de elo entre o material escolhido para a análise e a teoria do pesquisador” (FONSECA JÚNIOR, 2011, p.294). O processo de codificação acontece a partir de três fases: o recorte, onde são escolhidas as unidades de registro e de contexto; a enumeração, onde se escolhe as regras de contagem; e a classificação e agregação, onde é feita a escolha das categorias. Duarte (2011) reflete que, na entrevista semiestruturada, as categorias têm origem no marco teórico e são consolidadas no roteiro de perguntas. É através das categorias que “o pesquisador aborda determinado conjunto de respostas dos entrevistados, descrevendo, analisando, referindo à teoria, citando frases colhidas durante as entrevistas e a tornando um conjunto ao mesmo tempo autônomo e articulado” (DUARTE, 2011, p.79).

Neste contexto, definimos as categorias da seguinte forma:

- Dinâmicas de produção: identifica como funcionou o processo de produção e apuração de todo o material do #UmaPorUma.
- Jornalismo de dados: aponta de que maneira o jornalismo de dados norteou o projeto.
- Convergência jornalística e distribuição multiplataforma: mapeia de que modo os elementos da convergência jornalística foram utilizados durante o #UmaPorUma e como foi pensada a produção multimídia e distribuição multiplataforma do projeto.

Após definirmos as categorias, partimos para a apresentação dos resultados da pesquisa e a respectiva análise e discussão destes resultados. Nessa fase, analisamos tanto o material coletado na observação feita através das fichas, quanto nas entrevistas semiestruturadas. No próximo capítulo traremos o resultado da investigação da dissertação.

5- RESULTADOS: AS ESTRATÉGIAS JORNALÍSTICAS UTILIZADAS PELO #UMAPORUMA

O projeto #UmaPorUma foi criado após um incômodo sentido por algumas profissionais do Sistema Jornal do Comercio de Comunicação (SJCC) que percebiam não apenas o número de casos de feminicídio aumentando em Pernambuco, mas também observavam que esses números poderiam ser ainda maiores e que essas mortes poderiam ser subnotificadas. Foi então que surgiu a ideia de contar uma por uma essas vítimas, mas contar não apenas em número, mas também em palavras as histórias dessas mulheres, dando rosto, identidade, explicando o contexto daquela morte. “A gente não estava mais dando conta, aquelas histórias estavam sendo objetificadas, sendo corriqueiras... uma mulher morreu hoje, morreu amanhã. E as histórias dessas mulheres? como essas mulheres morreram?” (EDITORA 1, 2019)¹⁰⁶.

O trabalho no #UmaPorUma foi dividido entre as 31 mulheres jornalistas que faziam parte do coletivo envolvido com o projeto. Todas eram funcionárias do SJCC, alternando, apenas, o veículo onde trabalhavam - TV, rádio, online ou impresso. O número expressivo do grupo tem justificativa: “isso sempre teve no embrião do projeto: a gente não ia conseguir fazer sozinha, nem em dupla, porque era um volume muito grande. Então, vamos dar as mãos e a gente foi chamado aquelas meninas aos poucos. Acho que o primeiro grupo que deu o start acho que tinha umas 15 mulheres, no máximo” (EDITORA 1, 2019). Com o passar dos meses, foi observado que havia a necessidade de mais mulheres envolvidas no projeto, e foi quando se chegou ao total de 31 profissionais. “A gente teve inúmeros casos, por exemplo, em Petrolina. Mas como a gente ia em Petrolina? Por isso era um coletivo de mulheres. Se o #UmaPorUma fosse feito por 3 repórteres, 5 repórteres, não ia conseguir fazer” (REPÓRTER 1, 2019)¹⁰⁷.

O projeto, portanto, consolidou-se a partir dessa estrutura multiplataforma com envolvimento coletivo de jornalistas mulheres e focado na pauta complexa de levantamento dos dados e das histórias de mulheres assassinadas. A seguir descrevemos o processo de produção e as dimensões do projeto foco desta dissertação de mestrado a partir da exploração

¹⁰⁶ Entrevista realizada no dia 7 de maio de 2019.

¹⁰⁷ Entrevista realizada no dia 4 de junho de 2019.

das entrevistas realizadas, das observações multiplataforma do projeto, entre outros documentos e imagens capturadas.

5.1 - Dinâmicas de produção

A rotina produtiva do projeto era dividida a partir de dois momentos que norteavam o objetivo do #UmaPorUma: a produção de matérias sobre cada morte, onde era contada a história de cada vítima e o seu assassinato, e a produção de reportagens sobre temas relacionados à violência de gênero. O primeiro momento funcionava da seguinte forma: uma das coordenadoras do projeto era responsável por clipar as notícias publicadas na imprensa sobre assassinatos de mulheres em Pernambuco e juntar com os dados sobre homicídios fornecidos pela Secretaria de Defesa Social (SDS) - foi feita uma reunião entre o Sistema Jornal do Commercio de Comunicação e a SDS para que houvesse uma colaboração da secretaria no fornecimento dessas informações mensalmente ao projeto. Nesse relatório havia informações iniciais, como nome da vítima e do suspeito do crime, local da morte, contato de delegado, alguns direcionamentos com dados importantes sobre aquele crime, entre outras informações. “A partir do momento que a gente cruzava os nossos dados com os da SDS e a gente percebia que estava faltando alguém, a gente ia atrás e recuperava” (EDITORA 1, 2019). Após esse levantamento, a coordenadora do projeto repassava esse relatório ao coletivo de 31 mulheres e a partir daí ocorria a divisão dos casos. A quantidade que cada profissional ficava responsável variava e dependia da disponibilidade de cada uma. “A gente tentava fazer uma distribuição mais igual, mas no final das contas não dava. Tiveram umas 10 meninas que ficaram com mais de 10 casos, outras com menos. Dependia do momento que elas estavam vivendo nos próprios veículos, do que elas podiam fazer” (EDITORA 1, 2019). Ficar responsável por um caso significava que, a partir do momento que a profissional assumia a investigação daquela morte, ela acompanharia até o fim – ou seja, até o suspeito de cometer o crime ser julgado. Após a distribuição dos casos, era estabelecido um prazo para que o material final, apurado e redigido, fosse entregue pelas jornalistas. “O tempo [para entrega] era relativamente bom, não era excelente porque a gente estava fazendo as outras coisas paralelamente. Mas era um bom deadline. Até porque, a gente precisava desse tempo, senão as coisas não andavam” (REPÓRTER 1, 2019). “O que a gente precisava às vezes era

descartar algumas situações que eu precisaria de um tempo maior para fazer e que eu não tinha tempo, ou de uma viagem que eu não poderia fazer por causa das outras funções daqui” (REPÓRTER 2, 2019)¹⁰⁸.

É pertinente enfatizar que apenas uma das profissionais entrevistadas demonstrou ter uma rotina específica voltada ao #UmaPorUma, as demais envolvidas no projeto não se dedicaram exclusivamente a ele. Ou seja, as jornalistas seguiram a rotina normal de trabalho nas suas respectivas funções e, em determinados momentos, focavam no #UmaPorUma. “Então, eu não tinha uma rotina de trabalho voltada para o #UmaPorUma. A gente não tinha um tempo específico para se dedicar a ele. Nunca tive. Eu tinha pontualmente” (REPÓRTER 2, 2019). Isso difere do conceito de *slow journalism*, que prega a ideia de que o profissional tem que ser monotarefa.

Nesse cenário, as editoras apontaram como um complicador a dificuldade de coordenar todas as participantes do projeto, que dificilmente se encontravam pessoalmente com as coordenadoras. “A grande dificuldade é coordenar um grupo de 31 mulheres que estão em horários diferentes, em veículos diferentes, com suas especificidades de produção. Às vezes tinha uma que estava numa reportagem especial, tinha outra que entrava de férias...” (EDITORA 1, 2019). Segundo a editora, a comunicação entre o grupo foi feita, principalmente, via WhatsApp - algo visto como positivo pelas participantes. “O nosso grupo de Whatsapp ajudava muito no operacional. A gente pedia contato de delegado, pedia ajuda... Também dividia várias coisas sobre violência contra a mulher, debates, casos chocantes, etc” (REPÓRTER 3, 2019).

Neste contexto de tempo escasso, foi apontado pelas profissionais que, na maioria das vezes, a apuração era feita na própria redação. “De todas as matérias que eu assinei, dos casos que eu apurei, eu não cheguei a ir para rua dez vezes. Foi basicamente tudo por telefone” (REPÓRTER 1, 2019). Apesar da falta de tempo citada por todas, as entrevistadas apontaram, no entanto, que quando necessário havia um entendimento por parte da empresa para liberá-las de suas funções para uma dedicação específica ao projeto.

Eu tive alguns momentos, principalmente quando eu estava escrevendo matéria, de ficar disponível integralmente ao #UmaPorUma. Ou seja, tardes inteiras ou manhãs inteiras que eu pude fazer isso, pedindo uma “licença” dos meus afazeres. Mas, em geral, na maior parte do tempo, a atenção foi dividida mesmo, mantendo as duas coisas, aproveitando as brechas, aproveitando parte do tempo da minha jornada para

¹⁰⁸ Entrevista realizada no dia 8 de maio de 2019.

me dedicar ao projeto. Eu assumi esse projeto para mim também do ponto de vista quase pessoal, eu usei tempos meus para fazê-lo - eu nem sempre usei só o tempo da minha jornada dentro do veículo para dar conta do que eu tinha que fazer. Eu usei meu tempo pessoal, na minha casa, para fazer essa apuração muitas vezes (REPÓRTER 4, 2019)¹⁰⁹.

Para além da questão da falta de tempo para apuração e produção das reportagens, outra grande dificuldade apontada pelas entrevistadas está vinculada à coleta das informações. Embora existisse uma parceria entre o SJCC e a SDS já citadas anteriormente, as profissionais relataram que encontraram resistência por parte dos delegados para repassar os dados. “Eu achei que teríamos mais dificuldade com as famílias, porque é difícil falar sobre esses crimes, mas a maior dificuldade mesmo é das autoridades em alguns casos não terem sequer a paciência de darem dados mais detalhados sobre aqueles casos” (REPÓRTER 4, 2019). “Tinha delegado que dizia que só passava a informação se a gente fosse lá. Mas veja, a gente viajou muito pouco por conta do enxugamento [da redação]” (REPÓRTER 3, 2019)¹¹⁰.

A apuração das reportagens era feita em profundidade e o trabalho consistia em levantar o máximo possível de informações sobre a vítima, a sua história e o contexto da sua morte. Além deste aspecto, buscava-se conversar com familiares, amigos e delegados. “Às vezes a gente descobria que a história era outra. Saía na imprensa: mulher foi encontrada morta com um tiro. Mas ali não diz que foi o marido dela que levou ela pra lá e jogou o corpo lá, entendeu? Então, às vezes a história a gente só sabia depois” (REPÓRTER 3, 2019). Assim que aquela morte vinha à tona, o primeiro passo dado pela equipe do projeto era no sentido de descobrir o delegado responsável pela investigação daquele caso. A partir daí, era feita a coleta das informações e começava o trabalho de monitoramento. Paralelo a isso, também era feita uma busca por familiares e amigos daquela vítima. “A gente ligava para posto de saúde, para orelhão...a gente vasculhava a área para tentar chegar na família. Esse era outro dos propósitos: a gente não queria só a versão oficial, entendeu?” (EDITORA 2, 2019)¹¹¹.

Teve um caso no interior que eu fiquei daqui acompanhando, não tinha como ir para lá. Liguei para um orelhão que tinha perto de uma escola, porque ela [a vítima] era professora. Peguei diversas informações e consegui descobrir a escola que ela trabalhava. Liguei para escola, conversei com a diretora, que era a melhor amiga da vítima. Ela me deu mais dados e eu consegui através dela chegar no filho [da vítima]. Eu também descobri que ela tinha prestado queixa contra ele [o suspeito do crime] por violência doméstica e o policial que atendeu ela tentou fazer com que ela

¹⁰⁹ Entrevista realizada no dia 8 de maio de 2019.

¹¹⁰ Entrevista realizada no dia 7 de maio de 2019.

¹¹¹ Entrevista realizada no dia 15 de maio de 2019.

desse prosseguimento - ela retirou a queixa depois. Enquanto isso, o delegado não me falou nada. Eu tinha a história toda e o delegado não quis falar com a imprensa (EDITORA 1, 2019).

Outro desafio nessa etapa era conquistar a confiança da família. “A gente sempre dizia: o projeto é assim, a gente quer contar a história do seu parente, quer fugir do sensacionalismo, quer respeitar a família e vamos acompanhar o processo” (EDITORA 1, 2019). As redes sociais também foram grandes aliadas das profissionais nesse processo de investigação. “Eu descobria tudo pelo Facebook, eu virei uma rata do Facebook. Às vezes eu conseguia o contato da irmã de uma vítima pelo Face...a gente conversava por ali inicialmente. A gente conseguiu avançar muito na apuração, mesmo sendo inicialmente de dentro da redação” (EDITORA 1, 2019). Nesse contexto, em muitos casos foi estabelecida uma conexão com os familiares, a ponto de ligarem todo mês para saber sobre o processo daquele crime. “A gente está acompanhando esses casos e eu sentia que, se talvez não tivesse, talvez acontecesse o mesmo desenrolar ou não. E a gente percebe isso nas famílias também. Elas contam com a gente para cobrar a justiça, para pedir justiça, elas ligam para gente” (REPÓRTER 3, 2019).

Essa apuração que fizemos se diferencia muito da do dia a dia também por isso: dificilmente no *hard news* você acompanha um caso, a não ser que seja um caso de tanta repercussão. Mas, no nosso caso, a gente contava a história até onde era possível e depois de um mês, dois meses, a gente ligava de novo e agora poderia contar a história de forma mais completa, com mais dados, mais informações e fazendo mais sentido, e a gente podia dar uma resposta melhor para cada caso (REPÓRTER 4, 2019).

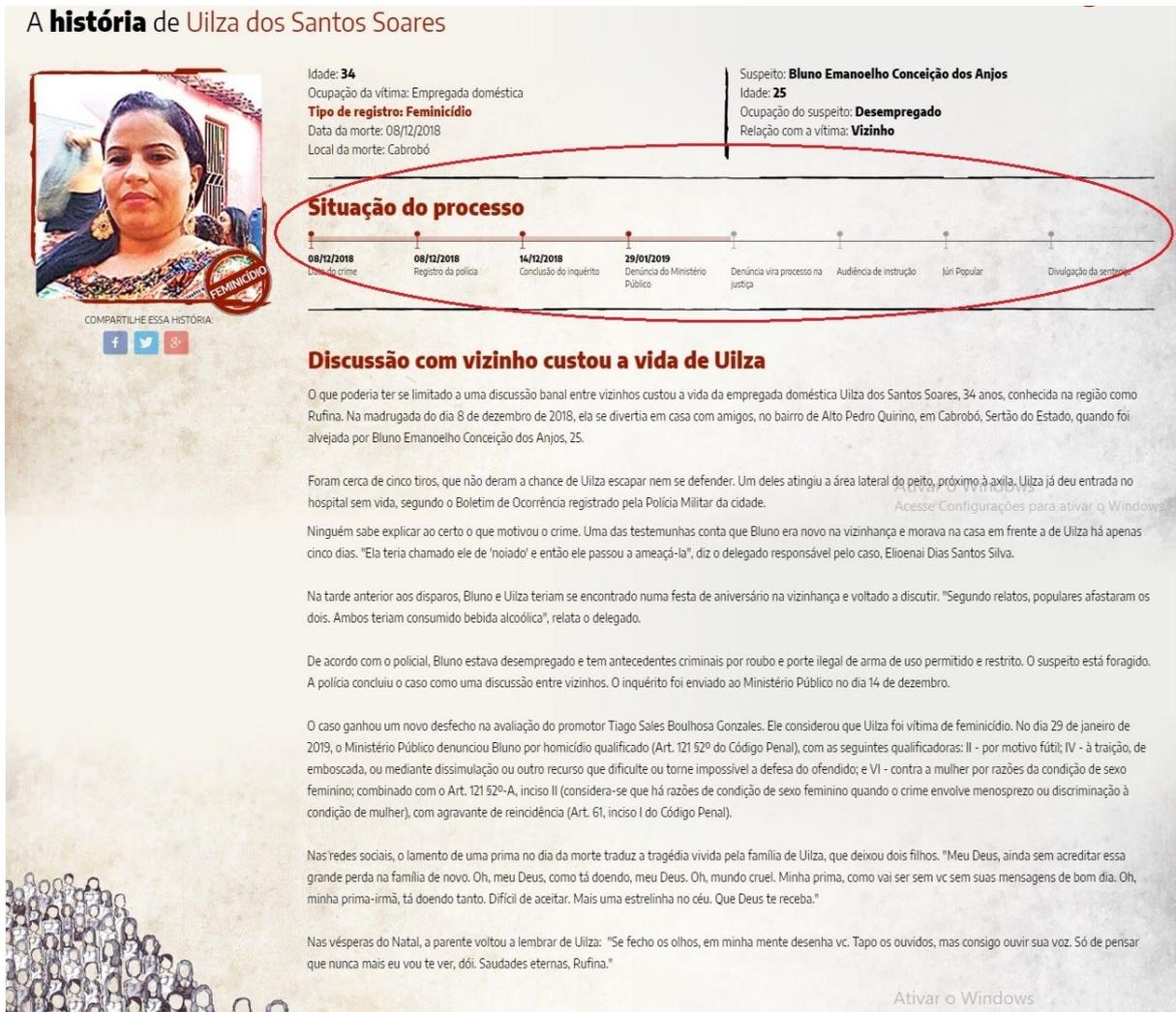
Após a apuração, a reportagem sobre cada vítima era produzida (figura 5) e também preenchido um formulário com cerca de 80 questões - entre idade, raça, orientação sexual, local da morte, tipo de arma usada, informações sobre o suspeito etc - sobre o homicídio. Esse formulário foi elaborado pelas participantes do projeto e servia de pilar para a base de dados do #UmaPorUma. As reportagens contando as histórias das mulheres assassinadas eram publicadas, exclusivamente, no site do projeto, mas ganhavam chamada no Jornal do Commercio. “Essas mulheres não tinham uma relevância maior ou menor, elas tinham a mesma relevância. Então, distribuídas ali, mês a mês, elas tinham as próprias histórias, seus próprios espaços” (EDITORA 2, 2019).

Um dos casos, por exemplo, era de um corpo dentro do lixo. Esse corpo ia ter um fim que, se a gente não contasse, se a gente não chamasse atenção para o quão grave

isso era, ela ia ser enterrada como indigente, isso ia virar um boletim qualquer e a qualquer hora isso ia ser fechado. E a gente vai tentar descobrir quem matou essa mulher e por que matou essa mulher. E é um trabalho tão sério que em nenhum momento a SDS, a polícia, ninguém duvidou da seriedade dele. Pelo contrário, a cada nova atualização, a gente adquiria mais respeito (REPÓRTER 2, 2019).

Figura 5 - História de uma mulher assassinada e a linha do tempo (grifada) com a situação do processo

A história de Uilza dos Santos Soares



Idade: 34
 Ocupação da vítima: Empregada doméstica
Tipo de registro: Femicídio
 Data da morte: 08/12/2018
 Local da morte: Cabrobó

Suspeito: Bluno Emanuelho Conceição dos Anjos
 Idade: 25
 Ocupação do suspeito: Desempregado
 Relação com a vítima: Vizinho

Situação do processo

08/12/2018 Denúncia do crime
 08/12/2018 Registro da polícia
 14/12/2018 Conclusão do inquérito
 29/01/2019 Denúncia do Ministério Público
 Denúncia vira processo na justiça
 Audiência de instrução
 Juri Popular
 Divulgação da sentença

Discussão com vizinho custou a vida de Uilza

O que poderia ter se limitado a uma discussão banal entre vizinhos custou a vida da empregada doméstica Uilza dos Santos Soares, 34 anos, conhecida na região como Rufina. Na madrugada do dia 8 de dezembro de 2018, ela se divertia em casa com amigos, no bairro de Alto Pedro Quirino, em Cabrobó, Sertão do Estado, quando foi alvejada por Bluno Emanuelho Conceição dos Anjos, 25.

Foram cerca de cinco tiros, que não deram a chance de Uilza escapar nem se defender. Um deles atingiu a área lateral do peito, próximo à axila. Uilza já deu entrada no hospital sem vida, segundo o Boletim de Ocorrência registrado pela Polícia Militar da cidade.

Ninguém sabe explicar ao certo o que motivou o crime. Uma das testemunhas conta que Bluno era novo na vizinhança e morava na casa em frente a de Uilza há apenas cinco dias. "Ela teria chamado ele de 'noiado' e então ele passou a ameaçá-la", diz o delegado responsável pelo caso, Elioelias Dias Santos Silva.

Na tarde anterior aos disparos, Bluno e Uilza teriam se encontrado numa festa de aniversário na vizinhança e voltado a discutir. "Segundo relatos, populares afastaram os dois. Ambos teriam consumido bebida alcoólica", relata o delegado.

De acordo com o policial, Bluno estava desempregado e tem antecedentes criminais por roubo e porte ilegal de arma de uso permitido e restrito. O suspeito está foragido. A polícia concluiu o caso como uma discussão entre vizinhos. O inquérito foi enviado ao Ministério Público no dia 14 de dezembro.

O caso ganhou um novo desfecho na avaliação do promotor Tiago Sales Boulhosa Gonzales. Ele considerou que Uilza foi vítima de feminicídio. No dia 29 de janeiro de 2019, o Ministério Público denunciou Bluno por homicídio qualificado (Art. 121 §2º do Código Penal), com as seguintes qualificadoras: II - por motivo fútil; IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; e VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino; combinado com o Art. 121 §2º-A, inciso II (considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve menosprezo ou discriminação à condição de mulher), com agravante de reincidência (Art. 61, inciso I do Código Penal).

Nas redes sociais, o lamento de uma prima no dia da morte traduz a tragédia vivida pela família de Uilza, que deixou dois filhos. "Meu Deus, ainda sem acreditar essa grande perda na família de novo. Oh, meu Deus, como tá doendo, meu Deus. Oh, mundo cruel. Minha prima, como vai ser sem vc sem suas mensagens de bom dia. Oh, minha prima-irmã, tá doendo tanto. Difícil de aceitar. Mais uma estrelinha no céu. Que Deus te receba."

Nas vésperas do Natal, a parente voltou a lembrar de Uilza: "Se fecho os olhos, em minha mente desenha vc. Tapo os ouvidos, mas consigo ouvir sua voz. Só de pensar que nunca mais eu vou te ver, dói. Saudades eternas, Rufina."

Fonte: Captura de tela

O segundo momento da produção e apuração do projeto era o das reportagens especiais. Além das matérias sobre cada mulher assassinada, que era um material exclusivo do site, o projeto #UmaPorUma também produzia, mensalmente, reportagens aprofundadas sobre temas relacionados à violência de gênero. "Eram matérias produzidas, então eu tinha que ir muito além da investigação do caso, tenho que conversar com especialista, tenho que ver

personagem” (REPÓRTER 3, 2019). Essas reportagens eram publicadas originalmente no jornal impresso, o Jornal do Comercio, mas também ficavam disponíveis no site do projeto. Salaverría (2010) se posiciona contra esse tipo de movimento de repetição de conteúdo em mais de um formato. Para o autor, essa redundância só deve ser usada em raras exceções. Durante a nossa observação, contabilizamos 13 edições do JC, totalizando 33 reportagens especiais e quatro entrevistas. Em todas as edições houve chamada das reportagens do #UmaPorUma na capa. Machismo, violência, brutalidade dos crimes, histórias de mulheres que sobreviveram a tentativas de feminicídio, foram alguns dos assuntos abordados nessas reportagens. “As reportagens foram feitas em profundidade, para analisar as raízes e as consequências do machismo, do patriarcalismo sobre o assassinato das mulheres” (REPÓRTER 4, 2019). O espaço médio dedicado ao conteúdo do projeto foi de duas páginas - com exceção da última edição que foi ampliada e ganhou um caderno especial com 8 páginas - e as reportagens foram sempre publicadas no caderno de cidades, exceto a edição especial. A publicação geralmente acontecia na mesma data de atualização do site - o que ocorria, em geral, no último domingo do mês. “A grande contribuição da gente, para além de contar as histórias - que era o nosso compromisso, foi discutir o por quê, quais são os fatores sociais, sociológicos, antropológicos, etc, que levam àqueles casos e desfechos trágicos” (REPÓRTER 4, 2019). O tema dessas reportagens era definido em reuniões mensais realizadas pelo grupo.

A gente tem um grupo de Whatsapp ativo para discutir as pautas. O que a gente fez: muitas de nós propusemos pautas que estavam relacionadas ao projeto. A gente discutia essas pautas para ver quais seriam feitas e quando chegávamos a uma quantidade X de pautas, a gente se dividia para saber quem queria fazer qual. Foi um processo bem interessante e democrático, porque cada pessoa fazia uma pauta sobre algo que ela se interessava mais (REPÓRTER 4, 2019).

Assim como nas reportagens voltadas para as histórias das vítimas e na atualização da linha do tempo dos casos, as reportagens especiais, embora sejam mais aprofundadas, geralmente eram feitas da própria redação, salvo algumas exceções.

Eu fiz uma reportagem sobre uma mulher que eu nunca vi pessoalmente. Então, você precisa criar uma forma de fazer essa reportagem sem você ir até a personagem. Eu só tinha a foto do Whatsapp dela. Aí você precisa desenvolver métodos, principalmente para TV, que precisa de imagem. Ela me mandou fotos da época da agressão. Aí eu consegui a confiança dela, para ela me contar a história. Depois perguntei se ela topava gravar a entrevista. Então fui para rádio e gravei um

trecho. Depois eu descobri que eu tinha um aplicativo que eu gravava a ligação e eu perguntava se ela autorizava a gravação. Ela autorizava. Eu usei esses áudios para TV, a entrevista com a legenda. Então, isso vai compondo o que você precisa para contar aquela história (REPÓRTER 2, 2019).

Gráfico 1 - Fluxograma com a rotina produtiva do projeto



Fonte: Autora (2019)

Para além de checar de forma minuciosa os dados, as profissionais também cobravam mudanças na qualificadora do crime quando percebiam que aquele homicídio não havia sido qualificado da forma correta. “Eu sinto que muitas vezes teve a influência da gente para mudar a qualificadora do crime. Não foi a gente, mas a gente influenciou. Assim como também influenciamos o andamento, porque a imprensa que é um fiscalizador” (REPÓRTER 3, 2019). Graças a essa cobrança, 8 casos acompanhados pelo projeto tiveram a qualificadora modificada pelo Ministério Público - sendo incluído o feminicídio - e, por isso, os números do #UmaPorUma se diferenciam dos dados oficiais da Secretaria de Defesa Social. “Depois que o inquérito vai, não tem como mudar. Mas a gente acompanhou caso de delegado que, a partir do nosso projeto, foi no Ministério Público discutir o indiciamento para mudar a qualificadora” (EDITORA 2, 2019).

Além de cobrar a questão da qualificadora do feminicídio, uma das promessas do #UmaPorUma era a de cobrar às autoridades a elucidação dos casos. Para que os leitores pudessem acompanhar o andamento de cada caso, foi criada no site uma linha do tempo com cada etapa do processo. A ideia é acompanhar até o fim, ou seja, até que o suspeito do crime

seja julgado. Esse material era atualizado mensalmente, caso houvesse alguma novidade sobre aquele crime. À medida que a investigação avançava, era possível carimbar a história da vítima como “feminicídio”, “caso em segredo de justiça” ou “caso arquivado”. Embora o projeto tenha sido concluído em fevereiro, a promessa da equipe é continuar atualizando os casos, mas agora semestralmente. Observamos, no entanto, que a última atualização feita pelo #UmaPorUma aconteceu em fevereiro de 2019 - último mês do projeto, e, por isso, a maioria dos casos está desatualizada. A cobrança às autoridades acontecia de acordo com o andamento do processo. Caso o inquérito não tivesse sido concluído, cobrava-se, por telefone, ao delegado responsável pelo caso. Quando era finalizado na esfera policial, chegava a vez de cobrar ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE).

A partir do momento que a gente tinha a data da conclusão do inquérito, às vezes com autoria às vezes sem autoria, a gente ia com essas informações para o Ministério Público. A gente tem um canal de comunicação muito bom com o MPPE e lá a gente passava os dados. Com base nesses dados, eles conseguiam rastrear se o MPPE tinha recebido realmente essa conclusão do inquérito e se tinha já oferecido a denúncia para o Tribunal de Justiça (EDITORA 1, 2019).

Quando a denúncia era enviada ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), a cobrança passava a ser feita à esfera jurídica. Nessa etapa, as profissionais sentiram uma certa dificuldade. Os processos do Tribunal podem ser acompanhados pelo próprio site do TJPE, bastando ter a Numeração Processual Única (NPU), ou seja, o número do processo. No entanto, nem sempre as jornalistas conseguiam esse número e isso atrapalhava a apuração. “Quando a gente não tem o NPU eles dizem: a gente não tem o que fazer. Teve uma vez que chamamos todo mundo [SDS, MPPE e TJPE] aqui para conversar pedindo para que cooperassem mais, porque isso atrapalhava a gente” (EDITORA 1, 2019). Nesse processo de cobrança, os parentes das vítimas também tiveram um papel de suma importância na apuração do grupo. “Eles ligavam pra gente para atualizar se tinha alguma novidade sobre o processo” (EDITORA 2, 2019).

Figura 6 - Arte criada pelo projeto para representar uma mulher que foi encontrada morta, com as mãos amarradas, dentro de uma caçamba de lixo



Fonte: Captura de tela (2019)

Ainda dentro das dinâmicas de produção, uma outra questão tratada pelo #UmaPorUma está relacionada a representação visual das mortes. Embora existisse o compromisso de contar a história daquela mulher inclusive dando rosto a ela - pouquíssimas ficaram sem foto -, também havia a preocupação em representar a cena daquele crime, que quase sempre era muito brutal. Segundo as entrevistadas, foram feitos vários estudos, junto com a equipe de design do SJCC, para tentar traduzir as cenas sem expor as vítimas. “A gente chegou nesse lugar onde a gente conseguiu trazer aquela cena chocante, mas de forma atenuada” (EDITORA 2, 2019). O projeto tinha acesso às imagens originais tanto através de blogs policiais - nesse caso, as imagens eram checadas posteriormente com a polícia -, quanto por meio dos repórteres do SJCC que iam cobrir *in loco* aqueles crimes. Algumas vezes as profissionais também recorriam às imagens de arquivo da TV Jornal. Com as imagens em mão, a equipe de design do Sistema fazia a arte e o coletivo aprovava. “A questão ética é enorme e a gente tem que lidar com ela. Como eu não vou dar uma mulher cortada ao meio? A destruição do corpo da mulher está na essência do que a gente está discutindo, não tem como a gente discutir crime de gênero e não falar sobre isso” (EDITORA 2, 2019). No detalhe da figura 6, pode-se ver a representação da cena do crime que vitimou Rosineide Silva de Almeida¹¹², 54 anos. Ela foi encontrada dentro de uma caçamba de lixo com as mãos amarradas, a blusa levantada e os seios de fora.

¹¹² Disponível em: <<http://bit.ly/2MZAdYr>>. Acesso em: 29 out. 2019.

5.2 - Jornalismo de dados

Sendo o banco de dados virtual o principal produto do site do #UmaPorUma, o jornalismo de dados está no centro do projeto. Como já citado, o relatório com 80 questões sobre o crime servia de pilar para a base de dados. As buscas no banco podem ser feitas a partir de diversos filtros, como idade, cor da pele, local do crime, tipo de crime etc (figura 7). “O banco de dados era gigantesco e o tempo todo a cada atualização a gente cruzava os números para ver se estava batendo, se a soma dos nossos recortes dava o todo, era muito checado” (EDITORA 2, 2019). Segundo as entrevistadas, desde o embrião do projeto já havia a ideia de investir no jornalismo de dados não só para extração de dados, mas também para geração.

A ideia que eu tenho é que o jornalismo hoje tem que contribuir com a construção da informação, do ponto de vista de dados, estatísticas, informações confiáveis, que a gente não fique só se reportando às estatísticas oficiais. E eu via que essa oportunidade seria muito importante para esse tema. Tanto que, inicialmente, iríamos contar apenas os feminicídios, mas quando a gente começou a amadurecer a gente viu que se a gente fosse só para o feminicídio a gente ia deixar escapar muitos casos que eram feminicídio mas que não eram contabilizados como. E foi a melhor decisão, porque a gente conseguiu construir uma base de 100% (EDITORA 2, 2019).

Para além de ser um espaço de acesso aos dados sobre homicídios de mulheres e feminicídios, o banco de dados também pautou diversas reportagens especiais produzidas pelo #UmaPorUma. “A gente mesmo se pautava a partir do que a gente colhia” (REPÓRTER 3, 2019). Matérias como “241 mortes e apenas 4 homicídios julgados¹¹³” que aponta que, de acordo com os dados colhidos pelo projeto, menos de 2% dos homicídios tiveram um desfecho, ou “No interior, a face mais brutal do machismo¹¹⁴” que mostra que o interior de Pernambuco concentrou o maior número de feminicídios em 2018 e, além disso, foi o local onde os crimes eram cometidos com maior brutalidade, foram produzidas a partir dos dados colhidos pelo projeto. A partir dos elementos extraídos pelo #UmaPorUma também foi possível montar um mapa do feminicídio em Pernambuco. “O dado é só um dado frio, mas a gente vai atrás do porquê. É do cruzamento dos formulários de todos os casos que esses dados

¹¹³ Disponível em: <<http://bit.ly/2Xx4cZX>>. Acesso em: 30.jun. 2019.

¹¹⁴ Disponível em: <<http://bit.ly/2LHHvju>>. Acesso em: 30.jun. 2019.

são gerados. Eles são essenciais, mas não funcionam sozinhos. A gente precisa olhar para ele e fazer perguntas, extrair interpretações e transformar isso em pautas” (REPÓRTER 4, 2019). Um profissional especialista em estatística auxiliou o projeto e ficou responsável por cuidar do banco de dados. A dinâmica funcionava da seguinte forma: após apurar os dados sobre aquela determinada morte, a jornalista preenchia o formulário com 80 questões diversas sobre o crime. Após isso, essas informações já iam automaticamente para uma tabela que reunia dados sobre todos os casos. Em seguida, o estatístico fazia as primeiras filtragens sobre os casos e se chegava à estratificação dos dados. Alguns desses dados estão disponíveis no site do projeto, mas, ao terem acesso aos números, as jornalistas também decidiam o que poderia ou não virar pauta. “O jornalismo de dados foi essencial, ele é uma perna central do nosso projeto. Tanto que ele mudou a forma da gente fazer esse trabalho” (EDITORA 2, 2019).

Figura 7 - Filtragem de busca do banco de dados do projeto

A imagem mostra a interface de usuário de um formulário de busca avançada. No topo, há ícones de redes sociais (Facebook, Twitter, Google+) e o hashtag #UMAPORUMA. O título principal é "Elas foram mortas" e há um botão "BUSCA AVANÇADA". O formulário é dividido em três colunas:

- VÍTIMA:** Nome (campo de texto), Faixa etária (dois menus de seleção), Cor (menu de seleção), Escolaridade (menu de seleção).
- CRIME:** Tipo do crime (menu de seleção), Mês (menu de seleção), Cidade (menu de seleção), Bairro (menu de seleção).
- AGRESSOR:** Grau de parentesco (menu de seleção).

Na base do formulário, há dois botões: "ENCONTRAR VÍTIMAS" (em vermelho) e "MOSTRAR TODAS" (em cinza).

Fonte: Captura de tela

5.3 - Convergência jornalística e distribuição multiplataforma

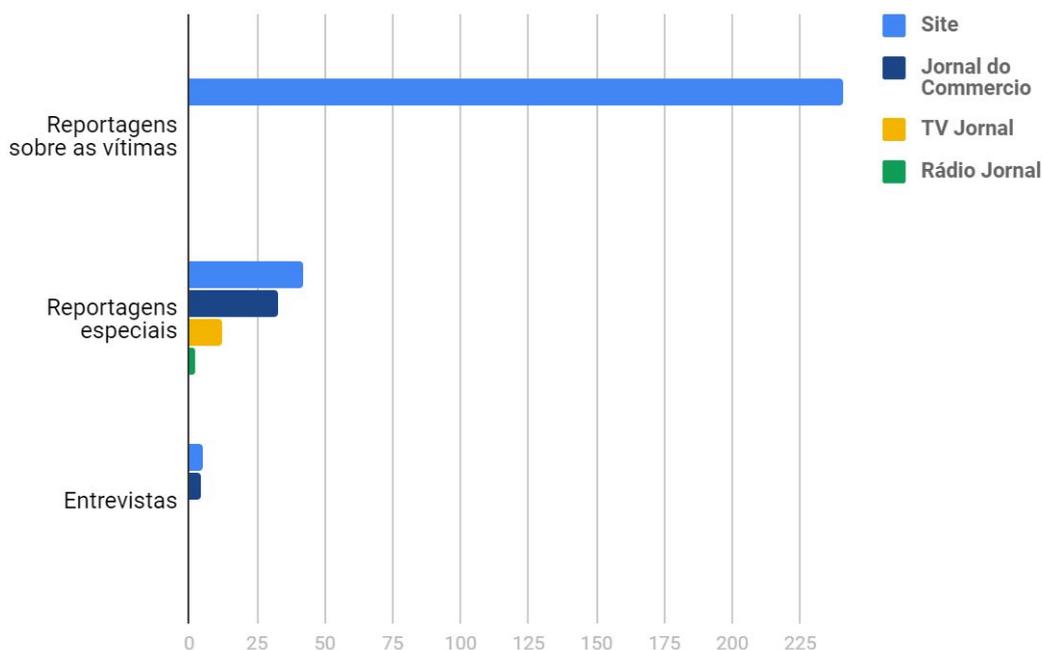
Em um cenário de convergência jornalística, os conteúdos são produzidos e pensados para serem distribuídos através de diversas plataformas, se adaptando à linguagem própria de cada uma (SALAVERRÍA; GARCÍA AVILÉS; MASIP, 2010). Neste contexto, analisar o #UmaPorUma a partir desse aspecto nos faz observar que embora o projeto se encaixe no

ambiente multimídia e multiplataforma, esses aspectos poderiam ter sido mais explorados. Durante as nossas entrevistas, constatamos que não havia um padrão para a produção multimídia dos conteúdos e a distribuição multiplataforma. “A gente pensava muito em função da adequação ao espaço. Se tinha um vídeo que tava forte, então a gente começava a construir o material da TV a partir daquilo. A decisão de como dar em cada veículo vinha pela forma como aquele conteúdo tinha chegado para gente” (EDITORA 2, 2019). Nesse contexto notamos, portanto, que houve uma prioridade dada ao impresso e ao site.

A gente estabeleceu isso: que o impresso ficaria com as reportagens especiais e esse material ia de forma especial para o site. O principal objeto do site é o banco de dados e a cada atualização a gente tentava incrementar alguma funcionalidade a mais no site. A gente até preparou um material com o balanço do ano para entrar na rádio, mas não saiu, a gente não conseguiu. E na TV se a gente conseguia durante a apuração, durante a produção do especial, fazer uma seleção audiovisual legal, rolava matéria para TV (EDITORA 1, 2019).

Isso pode ser percebido com mais clareza na nossa observação. Enquanto que no site foram catalogadas 241 reportagens sobre as vítimas, 42 reportagens especiais e 5 entrevistas, e no impresso 33 reportagens especiais e 4 entrevistas, registramos apenas 2 reportagens de rádio - uma de 4 minutos e 21 segundos e outra de 3 minutos e 21 segundos - e 12 de televisão (ver gráfico 2). É pertinente mencionar que o material da TV foi exibido em dois telejornais - Notícias da Manhã e TV Jornal Meio-Dia -, no entanto, as reportagens não ganharam versões diferentes para cada programa, sendo, portanto, as mesmas exibidas nos dois. Se analisarmos dessa forma, veremos que apenas 6 reportagens foram produzidas pela televisão. Já na Rádio Jornal, o conteúdo produzido não foi feito com exclusividade para a rádio - o texto é o mesmo da TV, só mudando, apenas, a jornalista que narrou. Durante as entrevistas, as jornalistas informaram que além das reportagens, houve alguns debates na rádio, mas eles não ficaram disponíveis online, portanto, não tivemos acesso. No entanto, reconheceram a deficiência na produção de conteúdo voltado para o veículo. “Sendo bem sincera, a gente não conseguiu, não deu conta. O projeto foi falado na rádio, a gente só não conseguiu realmente avançar tanto, não teve braço para fazer tanto” (EDITORA 1, 2019).

Gráfico 2 - Coleta de dados



Fonte: Autora (2019)

Também percebemos uma baixa produção audiovisual no site do projeto. Durante a nossa coleta, encontramos apenas 7 vídeos. Segundo as entrevistadas, para além da falta de profissionais disponíveis para produzir vídeos, a dificuldade na produção audiovisual também está muito ligada à densidade do tema. “São assuntos muito áridos, as pessoas não querem falar sobre isso. Muitas famílias não querem falar sobre isso, não querem dar rosto. Para gente conseguir as imagens, foi muito difícil também, tanto que algumas nem têm foto. A gente trabalhou com o ideal e o possível” (EDITORA 1, 2019). No entanto, algumas profissionais acreditam que se tivesse um tempo mais abundante na produção do projeto, o direcionamento da produção multimídia poderia ser outro. “Eu sinto falta de mais recursos multimídias. Se a gente tivesse mais possibilidade de ir para rua, a gente teria, com certeza, mais conteúdo de vídeo e áudio que eu acho que o especial poderia ter” (REPÓRTER 3, 2019).

Um outro fator diretamente ligado à convergência jornalística é a integração de redações, que é vista por Salaverría como um fenômeno que tem como objetivo modernizar as

estruturas de produção, a fim de melhor atender às demandas de públicos cada vez mais multiplataformas e aumentar a produtividade das empresas. No entanto, a integração plena só acontece quando as redações trabalham não só no mesmo espaço físico, mas têm uma chefia editorial única e uma infraestrutura tecnológica comum. Portanto, não podemos afirmar que o Sistema Jornal do Commercio de Comunicação funciona totalmente integrado, mas durante a nossa visita ao SJCC nos dias em que realizamos as entrevistas, notamos em observação simples que as redações da TV, impresso e online funcionam no mesmo espaço (figura 8) - apenas a redação da Rádio Jornal funciona em outro ambiente.

Figura 8 - Redação do Sistema Jornal do Commercio



Foto: Autora (2019)

Por outro lado, em nossas entrevistas pudemos notar que essa integração vai além do espaço físico. “Existia esse trabalho de integração não só entre as meninas que participavam do projeto, mas também com a equipe do Sistema que não participava e mandava informações pra gente” (REPÓRTER 3, 2019). A colaboração acontecia da seguinte forma: o repórter de qualquer um dos veículos do Sistema que fosse para rua realizar a cobertura de algum homicídio que teve como vítima uma mulher enviava informações para as jornalistas que

faziam parte do coletivo do #UmaPorUma. Geralmente esses dados eram o nome da vítima, telefone do delegado e nome do suspeito. Fotos do local do crime também eram enviadas ao grupo pelos repórteres que estavam ou estiveram cobrindo in loco aquele crime auxiliava na apuração. É importante destacar que, no dia a dia, a TV e Rádio Jornal costumam cobrir casos de homicídio, uma vez que há programas policiais na grade de programação de ambos os veículos, e por isso a colaboração partia mais dos profissionais desses veículos. Segundo as entrevistadas, essa colaboração entre os veículos além de ser um ponto positivo também era um facilitador, visto que a apuração do #UmaPorUma era feita, geralmente, na própria redação, como já foi citado. “Algumas vezes, essas primeiras informações já eram o rastro que a gente tinha para seguir e investigar, ir atrás das delegacias. No interior, cheguei a acionar pessoas da Rádio Jornal de lá para conseguir contatos” (REPÓRTER 4, 2019). Na avaliação das profissionais, a integração entre os veículos foi essencial para o progresso do #UmaPorUma. “Eu acho que por a gente ser um Sistema, ajudou muito. Por a gente ter a TV. Se a gente fosse só um jornal, ou só o online, ou só a TV ou só a rádio, a gente não conseguia nem metade do que conseguimos” (REPÓRTER 3, 2019).

Para além da integração, outro fator de convergência observado foi a polivalência jornalística. Durante a nossa análise, observamos, por exemplo, que a autora de duas matérias da TV Jornal foi a mesma que produziu para o jornal e para o site. Já na Rádio Jornal, uma repórter do Jornal do Commercio era quem narrava o *off*¹¹⁵ escrito pela repórter da TV. Algumas repórteres do JC também participaram de debates tanto na TV quanto na rádio. Para além do projeto #UmaPorUma, notamos que essa polivalência das profissionais é prática comum no Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, fato que foi confirmado durante as nossas entrevistas. “Hoje, por exemplo, um repórter que vai para rua no impresso grava áudios da mesma entrevista e traz para rádio, faz vídeos que são usados pela TV, etc” (REPÓRTER 3, 2019).

Naturalmente eu já transitava entre os veículos. No portal [NE10], eu atuei durante o projeto e também em plantões. Quando o #UmaPorUma chegou, já fazia quatro anos que eu tinha começado no impresso - e aí naquela época eu precisei aprender, porque eu entrei no jornal vindo de um veículo matriz meu que era a TV. Independentemente desse projeto, uma vez por semana eu estou na Rádio Jornal como comentarista fixa, eventualmente eu escrevo para o jornal... Então, no #UmaPorUma eu já estava acostumada com todos os veículos (REPÓRTER 2, 2019).

¹¹⁵ Texto escrito e narrado pelo repórter.

Durante as entrevistas, as profissionais apontaram que o fato de fazerem parte de um Sistema de comunicação é um facilitador nesse processo de polivalência, visto que são cobradas, diariamente, a produzir para mais de um veículo. Embora tenham dito que não recebem um treinamento específico dentro do SJCC para que aprendam a desempenhar diversas funções, todas as profissionais entrevistadas disseram não sentir dificuldade ao fazer reportagens para veículos distintos.

5.4 - Discussão dos resultados

Nesta fase discutiremos os resultados apresentados e alcançados na pesquisa de maneira correlacionada com os conceitos teóricos trabalhados durante a dissertação. O #UmaPorUma, nosso objeto de análise, se encaixa no contexto multiplataforma, uma vez que a distribuição do seu conteúdo acontece a partir de quatro plataformas distintas: televisão, rádio, impresso e online. Destacamos aqui que, no site, o usuário tem, ainda, a possibilidade de assinar o conteúdo para receber alertas sempre que houver alguma atualização no portal do projeto. A página da internet também tem adaptação para dispositivos móveis.

Esse cenário posto se vincula diretamente ao das narrativas multimídia. Seguindo o pensamento de Salaverría (2014), que defende que a combinação de duas linguagens já é suficiente para classificar um material como multimídia, afirmamos que o #UmaPorUma se encaixa satisfatoriamente como um conteúdo multimídia e também está encaixado nos três sentidos principais defendido pelo autor. São eles: multimídia como multiplataforma, uma vez que foram pensadas estratégias para que as quatro plataformas do Sistema Jornal do Comercio de Comunicação trabalhassem juntas durante o projeto; multimídia como combinação de linguagem, visto que durante o #UmaPorUma foram utilizados diversos elementos como áudios, vídeos, fotos, galerias de imagens e gráficos; e multimídia como polivalência, uma vez que ficou comprovado em nosso estudo que as profissionais atuaram em mais de um veículo durante o #UmaPorUma.

Partindo desse cenário, podemos afirmar, ainda, que o #UmaPorUma está inserido em um contexto de convergência jornalística, uma vez que, de acordo com o conceito definido por Salaverría, García Avilés e Masip (2010), nesse processo multidimensional são integradas ferramentas, espaços, métodos de trabalho e linguagens que antes funcionavam sem conexão,

proporcionando, portanto, que os profissionais construam conteúdos que serão distribuídos através de múltiplas plataformas (SALAVERRÍA; GARCÍA AVILÉS; MASIP, 2010). Para além do fator multiplataforma já citado, aqui também podemos apontar como um fator de convergência a questão da colaboração entre as redações das quatro plataformas do SJCC e o #UmaPorUma. A nosso ver, essa parceria foi de grande relevância para que o projeto atingisse os seus objetivos, uma vez que, embora a equipe do projeto fosse formada por 31 profissionais, elas não estavam dedicadas integralmente a ele, ocasionando uma certa limitação nas possibilidades de apuração *in loco*.

Com relação a essa dinâmica produtiva, identificamos que as profissionais se encaixaram em um contexto de polivalência jornalística, mais precisamente a polivalência funcional (SALAVERRÍA, 2010), que é considerada sinônimo de multitarefa, uma vez que acumularam funções durante o projeto, já que as suas rotinas não estavam exclusivamente voltadas a ele. Esse fator foi considerado pelas profissionais como uma das maiores dificuldades enfrentadas por elas no #UmaPorUma. A rotina cumulativa também nos leva a discutir a questão da desvalorização do jornalismo investigativo no país. A falta de investimento no gênero fica clara no #UmaPorUma, visto que, das 31 profissionais que participaram do projeto, apenas uma teve dedicação exclusiva a ele. Defendemos a ideia de que investigação jornalística requer tempo, esforço e investimento para que se alcance uma apuração aprofundada, inédita e distante do jornalismo convencional de ofertas *fast-food* (PEREIRA JÚNIOR, 2010).

O objetivo principal do #UmaPorUma era contar as vítimas não apenas em números, mas em palavras, trazendo à tona a história de cada uma delas. Para isso, foi essencial para o projeto mergulhar no jornalismo de profundidade, uma vez que a apuração e produção das reportagens do projeto se diferenciam das *hard news*. Portanto, notamos que os conceitos de *slow news* e *longform* se encaixam no projeto, embora não totalmente, visto que os textos não são tão longos quanto os que costumam se encaixar nesse conceito. No entanto, ainda assim o #UmaPorUma se encaixa na essência dos gêneros por ter uma apuração mais lenta, aprofundada e um conteúdo mais amplo. Sob a perspectiva da narrativa *longform*, a reportagem varia a partir de dois padrões de leitura (LONGHI; WINQUES, 2015): vertical, que é quando a leitura é feita a partir da barra de rolagem; e horizontal, quando se lê através de capítulos ou seções. É nessa segunda dimensão que o #UmaPorUma se encaixa. Ao abrir a página do site, o leitor pode clicar no menu e escolher acessar as diversas partes das

reportagens que estão divididas entre “home” - onde está a lista com o nome e o perfil de todas as mulheres assassinadas, “todas as reportagens”, “entrevistas”, “vídeos”, “tire suas dúvidas”, “expediente”.

Também foi essencial para o projeto se concentrar no jornalismo de dados, uma vez que, conforme afirma Quadros (2010), as bases de dados quando bem exploradas pelos jornalistas fortalecem a precisão e a contextualização da notícia (QUADROS, 2010). Os dados sobre as mulheres assassinadas em Pernambuco no período do #UmaPorUma estão disponíveis no site do projeto, permitindo que o leitor conheça quem eram essas mulheres, quem foram seus assassinos, como está o andamento do processo, o tipo do crime, o mês que aconteceu, em que cidade, qual a raça da vítima, escolaridade, faixa etária etc. No site, o leitor pode navegar filtrando de que maneira ele quer fazer a busca para poder se inteirar sobre o assunto e se envolver com o conteúdo. Barbosa e Torres (2012) defendem a ideia de que o Jornalismo Digital em Base de Dados permite “a criação, a manutenção, a atualização, a disponibilização, a publicação e a circulação de cibermeios dinâmicos em multiplataformas” (BARBOSA; TORRES, 2012, p. 3). Consideramos que o projeto utilizou satisfatoriamente as possibilidades do jornalismo de dados, não apenas gerando esses dados, mas também extraindo possibilidades deles. Prova disso são as matérias que foram produzidas a partir dos dados colhidos pelo projeto. No entanto, sentimos falta de um tratamento desses dados no sentido de transformar em narrativas mais complexas a partir do conceito de visualização de dados.

Ainda dentro do jornalismo aprofundado, o gênero investigativo também foi observado durante a nossa análise. Moura (2017) aponta que o trabalho de apuração no jornalismo investigativo se assemelha a um trabalho de escavação, e é isso que observamos no #UmaPorUma. As jornalistas lançaram mão de diversos métodos de investigação para conseguir aprofundar a história de cada mulher assassinada, tais como pesquisar em redes sociais, buscar familiares, ligar para telefones públicos e para prefeituras, etc.

Em relação ao feminicídio e a violência contra a mulher, consideramos que as questões foram abordadas de maneira cuidadosa e responsável pelo projeto, sem reforçar preconceitos e estereótipos, e contextualizando a violência. Mota (2010) repudia a atitude da mídia de tratar os assassinatos de mulheres como tragédias, uma vez que, para a autora, tragédias acontecem excepcionalmente, o que não se aplica ao caso das mortes violentas de mulheres. Em um dossiê sobre o papel da imprensa na cobertura de feminicídios, o Instituto

Patrícia Galvão (2019) elenca quatro fatores que devem ser levados em consideração nas reportagens sobre o tema: 1) compreender o que é feminicídio, 2) trabalhar pautas necessárias, 3) ter cuidados com títulos e imagens e 4) divulgar canais de denúncia e serviços. A nosso ver, o projeto cumpriu com esses quesitos de forma adequada. Muito além de contar as histórias e fazer um perfil das mulheres assassinadas, foram feitas, também, reportagens esclarecedoras sobre temas como feminicídio, machismo, violência contra a mulher, luta das mulheres transexuais, etc. Além disso, notamos uma preocupação do #UmaPorUma em trazer à tona histórias de mulheres que sobreviveram à tentativas de morte e à violência - talvez como uma forma de inspirar outras mulheres a não se calarem. O especial também traz cartilhas explicando detalhadamente e com exemplos as diversas formas de violência que constam na Lei Maria da Penha, contatos para denunciar violência e conseguir atendimento médico e jurídico, etc. Diante a percepção das falhas cometidas pela imprensa durante a cobertura de crimes de feminicídio, surgiu a ideia por parte das profissionais envolvidas no #UmaPorUma de criar um manual de boas práticas que deve ser lançado ainda este ano. O material será voltado para jornalistas e deve funcionar como um guia sobre como abordar o feminicídio em reportagens jornalísticas.

Após observarmos todos esses fatores apontados aqui, de forma geral podemos perceber que os conceitos tratados em nosso referencial teórico ajudaram a problematizar no objeto analisado questões centrais, visto que o projeto contempla os conceitos estudados, tais como convergência jornalística, distribuição multiplataforma, jornalismo de dados, gênero, narrativas multimídia e jornalismo de profundidade.

CONCLUSÃO

Nos deparamos com um projeto que se diferencia completamente das coberturas de jornalismo policial costumeiras. Primeiro, porque o #UmaPorUma afunilou o seu nicho de atuação, focando especificamente na cobertura dos assassinatos de mulheres em Pernambuco. Segundo, porque se distanciou completamente de uma cobertura sensacionalista e se aprofundou no tema, não apenas relatando as mortes, mas indo atrás das histórias das vítimas e mais: trazendo matérias reflexivas sobre assuntos tocantes ao tema. Por tudo isso, o projeto #UmaPorUma se mostra pioneiro e inédito.

A nossa pesquisa se iniciou levantando como questão principal a investigação de como as estratégias multiplataformas do projeto poderiam ajudar a dar visibilidades às mulheres assassinadas em Pernambuco. Embasados nisso, focamos em objetivos específicos que pudessem nos auxiliar a responder a pergunta principal. Embora a distribuição multiplataforma e a produção multimídia tenham funcionado de forma satisfatória, enxergamos que elas poderiam ser mais bem exploradas pelo especial. Muito provavelmente por conta da limitação de tempo das profissionais, uma vez que não estavam dedicadas exclusivamente ao #UmaPorUma e precisaram acumular funções, o foco do projeto ficou um pouco limitado a dois veículos: site e impresso. Em contrapartida, os materiais produzidos pela TV e rádio foram limitados. A nosso ver, isso é um problema tendo em vista que, de certa forma, reduz o alcance do projeto. Uma possível solução seria ter, pelo menos, um profissional dedicado exclusivamente a pensar essas estratégias. Também apontamos que a questão do enxugamento das redações atinge não apenas os profissionais do jornalismo, mas também a sociedade, visto que a qualidade do material final entregue a audiência fica comprometido. Em relação à narrativa multimídia, notamos que o site é funcional e eficaz, mas algumas possibilidades podem ser mais bem exploradas para que haja uma aproximação maior com a cultura da internet. A criação de um *podcast*, por exemplo, para discutir assuntos relacionados a violência de gênero pode ser uma das ações.

O projeto é grande em todos os sentidos: foram 241 mulheres assassinadas em um período de 1 ano que tiveram as suas histórias contadas por um coletivo de 31 mulheres. Com tanto conteúdo, o projeto apostou em um guia e acertou com êxito: o jornalismo de dados.

Através dele foi possível não apenas armazenar as informações, mas também cruzar os dados e extrair possibilidades de pautas. Durante a nossa pesquisa ficou claro que foi fundamental para o #UmaPorUma inserir o jornalismo de dados durante o trabalho de produção e apuração. Sem ele, dificilmente os objetivos propostos pelo projeto seriam atingidos. Outro fator crucial foi a colaboração entre as redações, ainda que acontecesse de forma esporádica. Os profissionais que estavam na rua fazendo a cobertura de crimes relacionados à violência de gênero participavam como colaboradores *freelancers* do #UmaPorUma, embora não fizessem parte do projeto. Isso auxiliou, ainda que de forma inicial, na produção e apuração das reportagens. É importante frisar que o projeto teve repercussão nacional e internacional sendo reconhecido através de premiações importantes. O projeto foi premiado com o 40º Prêmio Vladimir Herzog na categoria “produção jornalística em multimídia”, com o 7º Prêmio Amaerj Patrícia Acioli de Direitos Humanos na categoria “reportagens jornalísticas”, com o 24º prêmio Cristina Tavares de Jornalismo nas categorias “cadernos Especiais e série de Reportagens” e “criações gráficas”, além do VII Prêmio República de Valorização do Ministério Público Federal. O trabalho também foi indicado ao Prêmio Gabo de Jornalismo, que premia os melhores trabalhos jornalísticos da América Latina.

Durante o nosso estudo, ficou claro que o projeto se atentou em trazer à tona reportagens que discutissem diversas questões relacionadas à violência de gênero, indo além de apenas relatar o assassinato das mulheres. Neste contexto, portanto, concluímos que o #UmaPorUma auxilia a ampliar e aproximar o debate sobre o feminicídio na sociedade. Também dentro desse contexto, o especial se mostrou como uma ponte entre as vítimas e as instâncias responsáveis pela investigação e julgamento das mortes - Polícia Civil, Ministério Público de Pernambuco e Tribunal de Justiça de Pernambuco -, uma vez que foi evidente para nós o empenho das profissionais em cobrar a elucidação de todos os casos, sem exceção.

Através das respostas das questões específicas, conseguimos responder, satisfatoriamente, nossa questão principal. Embora tenhamos algumas considerações que já foram feitas, as estratégias multiplataformas funcionaram de forma adequada. A história das 241 mulheres receberam visibilidade graças ao projeto, mas também graças à distribuição multiplataforma, que proporcionou uma ampliação desse conteúdo. Cada mulher foi tratada como única, sem distinção de raça, classe social, idade... e através dessas histórias contadas e difundidas, essas vítimas que poderiam ser esquecidas e enterradas como indigentes ganharam nome, rosto e tiveram a sua história ressignificada para quem quisesse ler, em qualquer lugar

do mundo. Para além disso, também foi possível ampliar o debate e chamar atenção acerca de um tema que é urgente e necessário, mas de certa forma ainda pouco abordado de forma eficaz pelo jornalismo.

Nesse caminho, também foi possível atestar a nossa hipótese de que o projeto auxilia a combater a desinformação sobre a violência de gênero e a impunidade dos casos. Um exemplo prático disso é a reportagem “Ninguém nasce machista ou agressor”¹¹⁶, que desmistifica a ideia muito defendida na sociedade de que o homem já nasce machista e que não há como mudar. O texto exemplifica de maneira didática como os pais de crianças podem combater o machismo desde cedo através da educação dos seus filhos, evitando, assim, que os agressores se multipliquem. Outro exemplo é a reportagem “Não. Ele não era um monstro”¹¹⁷. A matéria aponta que, diferente do estereótipo criado pela sociedade de que os agressores de mulheres são monstros, esses homens são, na realidade, homens “comuns”, e revela que esse estereótipo pode contribuir para que a violência contra a mulher seja banalizada ou passe despercebida.

O caso do corpo que foi encontrado dentro de uma caçamba de lixo¹¹⁸ também é um outro exemplo que atesta a nossa hipótese. A vítima, uma moradora de rua, foi encontrada parcialmente nua, com a blusa levantada, com as mãos amarradas para frente do corpo e com o rosto desfigurado com sinais de espancamento. O corpo estava escondido dentro de uma caixa de isopor que estava em uma caçamba de lixo. Foi encontrado por garis que estranharam o peso da caixa. Fizemos buscas para descobrir se algum outro veículo de comunicação de Pernambuco havia feito a cobertura do caso. Não encontramos. Apenas o #UmaPorUma contou a história da vítima e acompanha, até hoje, o andamento do caso - que está aguardando virar processo na justiça.

Enxergamos um grande empenho por parte das profissionais do #UmaPorUma em não apenas contar as histórias das vítimas, mas também cobrar a elucidação dos casos para que aqueles crimes não ficassem sem solução. Houve também muito esforço do projeto para reivindicar mudanças na qualificadora do crime quando era percebido que aquele homicídio não havia sido qualificado da forma correta. Isso nos mostrou o cuidado das jornalistas em analisar cada caso de forma aprofundada e enxergando fragilidades que pudessem ser sanadas. Além disso, o projeto se dedicou de forma adequada às reportagens em profundidade,

¹¹⁶ Disponível em: <<http://bit.ly/2rSxoAB>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

¹¹⁷ Disponível em: <<http://bit.ly/2MZAdYr>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

¹¹⁸ Disponível em: <<http://bit.ly/2Qs2kBM>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

desmistificando alguns assuntos e trazendo à tona muitos outros relacionados ao crime de gênero, além de, em quase todas as matérias, trazer contatos de serviços que pudessem auxiliar vítimas em potencial.

Uma limitação de pesquisa que pode ser apontada por nós foi a impossibilidade de fazer pesquisa de observação sistemática de caráter etnográfico, uma vez que o nosso estudo se iniciou após o término do projeto, não havendo, portanto como acompanhar a rotina do #UmaPorUma. Ao nosso ver, essa é uma limitação porque a observação na redação poderia trazer dados significativos sobre a rotina do projeto. Por outro lado, acreditamos que conseguimos avançar neste aspecto a partir dos dados das entrevistas tendo em vista que os dados das falas apontaram situações do processo da rotina produtiva. Portanto, de algum modo esse objetivo foi alcançado pelo menos parcialmente.

Essa pesquisa nos mostrou uma possibilidade de investigar futuramente, em uma possível pesquisa de doutorado, a questão da desvalorização do trabalho no jornalismo investigativo ou os aspectos de precarização do trabalho jornalístico quando se trata de reportagens complexas que envolve jornalismo investigativo e jornalismo de dados. Durante o nosso estudo, além dos objetivos já selecionados e que eram nosso foco, ficou evidente, também, a possibilidade de se discutir esse tema, uma vez que a pesquisa apontou uma possível falta de investimento no gênero mesmo diante dos resultados exitosos do projeto para o próprio grupo de comunicação em termos de visibilidade e dos desdobramentos em termos de prêmio e de acolhimento social e de órgãos públicos e, ao mesmo tempo, a utilidade pública com o impacto do projeto.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2009.

ANDERSON, C.W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. **Jornalismo Pós-Industrial: adaptação aos novos tempos**. Revista de Jornalismo ESPM, São Paulo, n.5, ano 2, p. 30-89, abril-junho 2013.

ANGELIN, Rosângela. **Violência estrutural contra as mulheres no Brasil: uma realidade nos espaços público e privado**. IV Jornadas del Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Género, Ensenada, Argentina, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2YBbcOX>>. Acesso em: 30 maio 2019.

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2NOh5NH/>>. Acesso em 10 de agosto de 2018.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/316qvbM>>. Acesso em 15 maio 2019.

BARBOSA, Suzana. **Agentes de inovação, renovação e de reconfiguração para o jornalismo em tempos de convergência**. Revista do IEEE América Latina, v. 1, p. 1-8, 2014.

BARBOSA, Suzana; SILVA, Fernando; NOGUEIRA, Leila. Análise da convergência de conteúdos em produtos jornalísticos com presença multiplataforma. **Revista Mídia e Cotidiano**, Rio de Janeiro: n.2, p.139-162, junho 2013.

BARBOSA, Suzana. **Jornalismo convergente e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo das redes digitais**. In: CANAVILHAS, João (Org). Notícias e Mobilidade: o jornalismo na era dos dispositivos móveis. Covilhã: LabCom, 2013.

BARBOSA, Suzana. **Convergência jornalística em curso: as iniciativas para integração de redações no Brasil**. In: RODRIGUES, Carla. Jornalismo On-line: modos de fazer. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2013.

BARBOSA, Suzana; TORRES, Vitor. O paradigma 'Jornalismo Digital em Base de Dados': modos de narrar, formatos e visualização para conteúdos. **Galaxia**, São Paulo, n. 25, p. 152-164, jun. 2013.

BARBOSA, Suzana. Convergência jornalística em curso: as iniciativas para integração de redações no Brasil. In: RODRIGUES, Carla. **Jornalismo on-line: modos de fazer**. Rio de Janeiro: Editora Sulina, 2009.

BARBOSA, Suzana. Modelo Jornalismo Digital em Base de Dados (JDBD) em interação com a convergência jornalística. **Textual & Visual Media**, n.1, Madrid, 2008.

BARBOSA, Suzana. **Jornalismo Digital em Base de Dados (JDBD): um paradigma para produtos jornalísticos digitais dinâmicos**. 331f. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, 2007.

BACCIN, Alciane. A narrativa longform em reportagens hipermídia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v.14, n.1, Santa Catarina, janeiro a junho de 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAZI, Rogério. Da temporalidade às antigas práticas: A (re) construção dos novos sentidos para o telejornalismo no ambiente convergente. **Revista GEMInIS**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 341-351, jun. 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2HJCEvH>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo 2. A experiência vivida**. São Paulo: Difel, 1975.

BELOCHIO, Vivian. **Jornalismo em contexto de convergência: implicações da distribuição multiplataforma na ampliação dos contratos de comunicação dos dispositivos de Zero Hora**. (Tese Doutorado). 2012. PPGCOM/UFRGS.

BELOCHIO, Vivian; BARICHELLO, Eugenia; ARRUDA, Tanise. Aplicativos autóctones em franquias jornalísticas: a possível transformação de rotinas produtivas na convergência com meios digitais. In: CANAVILHAS, João; RODRIGUES, Catarina. **Jornalismo Móvel: Linguagem, gêneros e modelos de negócio**. Covilhã: Livros LabCom, 2017.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Em Tese**, Santa Catarina: vol.2, n.1, p.68-80, janeiro-julho.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRADSHAW, Paul. **Instantaneidade: Efeito da rede, jornalistas mobile, consumidores ligados e o impacto no consumo, produção e distribuição**. In: CANAVILHAS, João (Org.): **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

BRADSHAW, Paul. **What Is Data Journalism?** Data journalism handbook. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2Mfs8AE>>. Acesso em: 14 out. 2019.

BRUM, Eliane. **O morto que denunciou o repórter**. El País, 8 junho de 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2uXLi2n>>. Acesso em 20 jun. 2019.

BRUM, Eliane. **E se a classe média de Pinheiros tivesse se omitido?**. El País, 24 jul 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2hlMl8o>>. Acesso em 20 jun. 2019.

CAROSIO, Alba. Femicídio: morir por ser mujeres. **Revista Sujeto, Subjetividad y Cultura**, n.6, Santiago de Chile, out.2013.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CEDILLO, Gloria Rosique; CARRETERO, Alejandro Barranquero. Periodismo lento (slow journalism) en la era de la inmediatez. Experiencias en Iberoamérica. **El profesional de la información**, v. 24, n. 4, Espanha, julio-agosto 2015.

CELAYA, Margarita Bejarano. El feminicidio es sólo la punta del iceberg. **Región y Sociedad**, número especial 4, México, 2014.

COHEN, Sarah; HAMILTON, James; TURNER, Fred. Computational journalism. **Communications of the ACM**, v. 54, n.10, 2011, p. 66-71.

CRAIG, Geoffrey. Recuperando a lentidão no jornalismo: crítica, complexidade e diferença. In: **Journalism Practice**, v.10, n.4, p.461-475, Londres, dezembro 2016.

DE SOLA POOL, Ithiel (1990). **Technologies without Boundaries**. On Telecommunications in a Global Age. Harvard University Press: Cambridge.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. **O que o jornalismo está se tornando**. Dossiê práticas jornalísticas. São Paulo: Parágrafo, 2016.

DÍAZ NOCI, Javier. Multimedia y modalidades de lectura: una aproximación al estado de la cuestión. **Comunicar**, Espanha: n.33, v.17, p.213–219, 2009.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011.

ESCOSTEGUY, Diego. **Encruzilhada**. In: FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.

FELITTI, Chico. **A reportagem que contou quem era Ricardo Corrêa da Silva ganhou um prêmio e vai virar livro**. Disponível em: <<https://bzfd.it/2sqgK8g>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2019.

FIDLER, Roger. **Mediamorphosis: understanding new media**. Canadá: Pine Forge Press, 1997.

FÍGARO, Roseli. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Atlas, 2013.

FINGER, Cristiane. Crossmedia e Transmedia: desafios do telejornalismo na era da convergência digital. **Revista Em Questão**, Porto Alegre: v.18, n.2, p.121-132, jul/dez 2012.

FLORES, Rodrigo. **UOL lança o TAB, novo projeto editorial interativo**. 13/10/2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2uT1Cze>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2019.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011.

FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.

FRANCISCATO, Carlos. **A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.

GARCÍA AVILÉS, José Alberto. Desmitificando la convergencia periodística. In: Chasqui- **Revista Latinoamericana de Comunicación**. Edição web, n.94, jun.2006. Disponível em: <<http://bit.ly/2JK9i2v>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

GARCÍA AVILÉS, José Alberto. Convergencia y polivalencia periodística en televisiones europeas y norteamericanas. **Global Media Journal**, México, vol. 3, n. 6, p. 1-8, 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/2HL4lEx>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

GARCÍA AVILÉS, José Alberto; CARVAJAL PRIETO, Miguel; KALTENBRUNNER, Andy; [et al.]. Integración de redacciones en Austria, España y Alemania : modelos de convergencia de medios. **Revista Anàlisi**, Barcelona, n. 38, p. 173-198, 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/2VY9mgL>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

GOMES, Ana Paula Portella Ferreira. **Como morre uma mulher? Configurações da violência letal contra mulheres em Pernambuco**. 393f. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

GOMES, Laurentino. Prefácio. In: ARBEX, Daniela. **Cova 312: a longa jornada de uma repórter para descobrir o destino de um guerrilheiro, derrubar uma farsa e mudar um capítulo da história do Brasil.** São Paulo: Geração Editorial, 2015.

HERMANN, Anne Kirstine. The Temporal Tipping Point Regimentation: representation and reorientation in ethnographic journalism. **Journalism Practice**, v.10, n.4, p.492-506, Londres, dezembro 2016.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2017.

HUNTER, Mark Lee; HANSON, Nils. O que é o jornalismo investigativo? In: HUNTER, Mark Lee. **A investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos.** Unesco, 2013.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Dossiê Femicídio. Disponível: <<http://bit.ly/2XchdMa>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

IP, Chris. **Longform overload.** Columbia Journalism Review. Disponível em: <<http://bit.ly/2ESSAdp>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência.** 2.ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **O discurso da convergência inevitável – Como a nova lógica produtiva ajudou a precarizar o mercado de trabalho de Jornalismo no Brasil.** Anais do VII Congreso Internacional de la Unión Latina de Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura (ULEPICC). Madri, 2009.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Convergência nas redações: mapeando os impactos do novo cenário midiático sobre o fazer jornalístico.** In: RODRIGUES, Carla. **Jornalismo On-line: modos de fazer.** Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2013.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem.** São Paulo: Ática, 2000.

KOLODZY, Janet. **Convergence Journalism. Writing and reporting across the news media.** Lanham, Maryland, USA: Rowman & Littlefield Publishing Group Inc., 2006.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **The elements of journalism.** What Newspeople Should Know and the Public Should Expect. New York: Three Rivers Press, 2014.

LAGARDE, Marcela. **Introducción.** In: RUSSELL, Diana; HARMES, Roberta. **Feminicidio: una perspectiva global.** México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2006.

LAGARDE, Marcela. **Antropología, feminismo y política: violencia feminicida y derechos humanos de las mujeres.** In: BULLEN, Margaret; MINTEGUI, Carmen Diez. **Retos teóricos y nuevas prácticas.** Actas del XI Congreso de Antropología, Donostia/San Sebastián, 2008.

LEITE, Giovanna de Araújo. **O poder simbólico e o ethos do jornalismo policial da Folha de Pernambuco.** Dissertação (mestrado em comunicação) - Centro de Artes e Comunicação - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. 102 f.

LE MASURIER, Megan. Slow Journalism. **Journalism Practice**, v.10, n.4, p.439-447, Londres, dezembro 2016.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA JÚNIOR, Walter Teixeira. Big Data, Jornalismo Computacional e Data Journalism: estrutura, pensamento e prática profissional na Web de dados. **Estudos em Comunicação**, n.12, p.207-222. Covilhã, dezembro de 2012.

LONGHI, Raquel. **Longform, a qualidade como protagonista**. Disponível em: <<https://bit.ly/2QOQLwn>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

LONGHI, Raquel; FLORES, Ana Marta. Narrativas webjornalísticas como elemento de inovação: casos de Al Jazeera, Folha de S.Paulo, The Guardian, The New York Times e The Washington Post. **Intercom - RBCC**. São Paulo, v.40, n.1, p.21-40, jan/abr. 2017.

LONGHI, Raquel. **Ciberjornalismo no Brasil e o texto longform**. In: MARTINS, Gerson Luiz; REINO, Lucas Santiago Arraes; BUENO, Thaisa. Performance em ciberjornalismo. Tecnologia, inovação e eficiência. Campo Grande: Ed. UFMS, 2017.

LONGHI, Raquel; WINQUES, Kérley. **O lugar do longform no jornalismo online: qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o assunto**. Compós, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2TOKZkX>> Acesso em: 10 de set. 2018.

LONGHI Raquel. O turning point da grande reportagem multimídia. **Revista Famecos**, Porto Alegre: v. 21, n. 3, p. 897-917, setembro-dezembro 2014.

LONGHI, Raquel. **Formatos de linguagem webjornalística: a fotorreportagem revisitada**. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; LIMA JÚNIOR; Walter Teixeira (orgs.). Jornalismo digital: audiovisual, convergência e colaboração. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011.

LOPES, Dirceu Fernandes; PROENÇA, José Luiz. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.

LORDÊLO, Tenaflae. **Rotinas produtivas flexíveis: As tendências e perspectivas do telejornalismo em redes televisivas no contexto de convergência no Brasil**. 2015. 223f. Tese (doutorado em comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação Recife, 2015.

LORENZ, Mirko. **Business Models for Data Journalism**. In: GRAY, Jonathan; BOUNEGRU, Liliana; CHAMBERS, Lucy. The Data Journalism Handbook. O'Reilly Media, 2012.

MACHADO, Elias. **Cinco teses equivocadas sobre o ensino em tempos de convergência**. In: MACHADO, Elias; TEIXEIRA, Tattiana (Orgs.). Ensino do jornalismo em tempos de convergência. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos. **Um modelo híbrido de pesquisa: a metodologia aplicada pelo GJOL**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. (Orgs.). Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007.

MACHADO, Elias. **A Base de Dados como formato no jornalismo digital**. Atas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico. Covilhã, 2005. Disponível em: <<http://bit.ly/2VYg5qP>>. 21 nov. 2018.

MALIK, Om. **O projeto “Snow Fall” e o futuro do jornalismo**. Disponível em: <<http://bit.ly/2Pss4eB>>.

MANCINI, Leonardo; VASCONCELLOS, Fabio. Jornalismo de Dados: conceito e categorias. **Revista Fronteiras - estudos midiáticos**, v.18, n.1, Rio Grande do Sul, janeiro/abril 2016.

MASIP, Pere; DÍAZ-NOCI, Javier; DOMINGO, David; MICÓ-SANZ, Josep-Lluís; SALAVERRÍA, Ramón. Investigación internacional sobre ciberperiodismo: hipertexto, interactividad, multimedia y convergencia. **El profesional de la información**, v. 19, n. 6, p. 568-576, novembro-dezembro 2010.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n.9, Rio de Janeiro, 2017.

MOTA, Maria Dolores de Brito. Feminicídio - contribuições para o estudo de crimes de gênero contra mulheres. In: MOTA, Maria Dolores de Brito; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. **Feminino e Feminicídio**. Estudos sobre relações de gênero, violência, feminilidade e cultura. Fortaleza: Expressão gráfica, v. 1, 2010.

MOURA, Iara Gomes de. Os programas “policialescos” no contexto histórico. In: VARJÃO, Suzana. **Violações de direitos na mídia brasileira: um conjunto de reflexões sobre como coibir violações de direitos no campo da comunicação de massa**. Brasília, DF: ANDI, 2015.

MOURA, Sandra. **Caco Barcellos: o repórter e o método**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

NASCIMENTO, Solano. **Jornalismo sobre investigações: relações entre o Ministério Público e a imprensa**. Tese de doutorado, 228f. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2002.

ONU MULHERES. Modelo de protocolo latino- **Modelo de protocolo latino-americano americano de investigação das mortes violentas de investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero de mulheres por razões de gênero (femicídio/feminicídio)**, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/37aXqiC>>. acesso em 15. jun. 2019.

ORCHARD, Rob. **Independence: Rob Orchard, Delayed Gratification**. 14/09/2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2Mfrq6s/>>. Acesso em: 23 dez. 2018.

ORCHARD, Rob. **The slow journalism revolution**. 12/10/14. Disponível em: <<http://bit.ly/2Wanuse>>. Acesso em: 23 dez. 2018.

PACHECO, Alex Rômulo. **Jornalismo Policial Responsável**. Monografia (Jornalismo). Universidade do Contestado – UnC, Santa Catarina, 2005.

PATTERSON, Thomas. **Tendências do jornalismo contemporâneo: estarão as notícias leves e o jornalismo crítico a enfraquecer a democracia?**. Media e Jornalismo. Coimbra, n.º 2, p.19-48, primavera-verão, 2003.

PELLANDA, Eduardo Campos. **Comunicação móvel no contexto brasileiro**. In: LEMOS, André; JOSGRILBERG Fabio. Comunicação e mobilidade : aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2009.

PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

PRAZERES, Michelle. Jornalismo lento – Mapeando tensões entre velocidade e comunicação em ambientes digitais. **Revista Paulus**, São Paulo, v. 2, n. 4, jul./dez. 2018.

PRIMO, Alex. **Interações mediadas e remediadas: controvérsias entre as utopias da cibercultura e a grande indústria midiática.** In: PRIMO, Alex (Org.). Interações em rede. Porto Alegre: Sulina, 2013.

QUADROS, Cláudia Irene de. Base de dados: a memória extensiva do jornalismo. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 409-423, jul./dez. 2005.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RICO, Marta. Periodista multimedia interactivo: eje de los grupos de comunicación españoles. **Cuadernos de Información**, n.31, p.103-116, dezembro 2012.

ROMÃO, Davi Mamblona Marques. **Jornalismo policial: indústria cultural e violência.** 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo. 206 f.

RUSSELL, Diana. **Definición de feminicidio y conceptos relacionados.** In: RUSSELL, Diana; HARMES, Roberta. Feminicidio: una perspectiva global. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2006.

SAAD, Maria Amélia Pedro. A Trama das Mulheres Invisíveis: Análise da Abordagem de Feminicídio Íntimo no Jornalismo Popular. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, v.13, n.4, São Paulo, out/dez de 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SALAVERRÍA, Ramón; NEGREDO, Samuel. **Periodismo Integrado – convergência de medios y reorganización de redacciones.** Barcelona: Sol90, 2008.

SALAVERRÍA, Ramón. **Estructura de la convergencia.** In: LÓPEZ GARCÍA, Xosé; PEREIRA FARIÑA, Xosé (eds.): Convergencia Digital. Reconfiguración de los medios de comunicación en España, Servizo de Publicacións da Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2010.

SALAVERRÍA, Ramón; AVILÉS, José Alberto; MASIP, Pere. **Concepto de convergencia periodística.** In: LÓPEZ GARCÍA, Xosé; PEREIRA FARIÑA, Xosé (eds.): Convergencia Digital. Reconfiguración de los medios de comunicación en España, Servizo de Publicacións da Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2010.

SALAVERRÍA, Ramón. **Multimedialidade: Informar para cinco sentidos.** In: CANAVILHAS, João (Org.): Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

SANTOS, Renata Bravo dos. **Poder patriarcal e discursos nos feminicídios: a importância da tipificação do crime como medida de rompimento com o ciclo naturalizado de violências contra as mulheres.** Dissertação de mestrado, 168f. Faculdade de Direito de Vitória, 2018.

SCARANCE, Valéria. **Violência contra a mulher: um desafio para o Brasil.** In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 2019.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia.** Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SEQUEIRA, Cleofé Monteiro de. **Jornalismo Investigativo: O fato por trás da notícia.** São Paulo: Ed. Summus. 2005.

SILVA, Fernando Firmino da. **Jornalismo móvel digital: o uso das tecnologias móveis digitais e a reconfiguração das rotinas de produção da reportagem de campo.** 408 f. Tese - Faculdade de Comunicação Social - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

SOLNIT, Rebecca. **Os homens explicam tudo para mim.** São Paulo: Cultrix, 2017.

SOUSA, Maira de Cássia Evangelista de. **Jornal e mobilidade: reconfigurações do impresso ao multiplataforma.** 220f. Tese - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

TÁRCIA, Lorena Péret Teixeira. **Tramas da Convergência: Cartografia de dispositivos acoplados na cobertura dos Jogos Olímpicos de Verão pela BBC em 2012.** 354 f. Tese - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

TRÄSEL, Marcelo. Jornalismo guiado por dados: aproximações entre a identidade jornalística e a cultura hacker. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Santa Catarina, v.11, n.1, jan./jun. 2014.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são.** Florianópolis: Editora Insular, 2005.

WINQUES, Kérley. **“Tem que ler até o fim?” O consumo da grande reportagem multimídia pelas gerações X, Y, e Z nas multitelas.** 352 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação.** Lisboa, Presença: 1999.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de perguntas para as editoras do projeto #UmaPorUma

Nome e sobrenome:

Idade:

Formação:

Cargo:

Tempo de empresa:

1. Como surgiu a ideia do projeto #UmaPorUma?
2. Como funcionava a rotina de produção do projeto #UmaPorUma?
3. As reportagens foram produzidas de forma convergente entre as redações dos quatro veículos?
4. Quais as maiores dificuldades enfrentadas?
5. Como era feita a investigação de cada morte?
6. De que maneira vocês cobram a elucidação dos casos?
7. O projeto #UmaPorUma pode ajudar a combater a impunidade dos casos de feminicídio/homicídio de mulheres em Pernambuco?
8. Vocês indicam que vão continuar acompanhando os casos publicados no projeto. Como será feito esse trabalho?
9. Como vocês pensaram as estratégias multimídia e a distribuição multiplataforma?
10. Como o jornalismo de dados auxiliou na construção e apuração das reportagens?
11. Observamos que o conteúdo do jornal era uma transposição do que estava publicado no site. Foi uma decisão editorial?
12. Durante a nossa coleta de dados, encontramos apenas três reportagens da rádio jornal - todas feitas no primeiro mês do projeto e com o mesmo off da repórter da TV. Por que houve essa ausência da rádio no projeto?
13. Como vocês conduziram o processo de produção de vídeos no projeto?

APÊNDICE B - Roteiro de perguntas para as repórteres do projeto #UmaPorUma

Nome e sobrenome:

Idade:

Formação:

Cargo:

Tempo de empresa:

1. Como funcionava a rotina de produção do projeto #UmaPorUma?
2. Quais as maiores dificuldades enfrentadas?
3. Você recebeu algum treinamento para atuar tanto na TV quanto no impresso/online?
4. Você enfrentou alguma dificuldade ao assumir a reportagem dos dois veículos? se sim, quais?
5. Na sua opinião, quais os desafios das reportagens para dois veículos distintos?
6. De que maneira você avalia o trabalho multitarefa no projeto?
7. Como era todo o processo de produção da reportagem? Quais os potenciais que você poderia apontar do projeto?
8. O projeto #UmaPorUma pode ajudar a combater a impunidade dos casos de feminicídio/homicídio de mulheres em Pernambuco?

APÊNDICE C - Ficha de análise das reportagens especiais do site #UmaPorUma

FICHA DE ANÁLISE - REPORTAGENS ESPECIAIS DO SITE #UMAPORUMA	
SITE: http://produtos.ne10.uol.com.br/umaporuma/index.php	
Data da análise:	
1- RECURSO MULTIMÍDIA NA PÁGINA INICIAL DO SITE	
<input type="radio"/> SIM <input type="radio"/> NÃO	
<input type="radio"/> FOTOGRAFIA (INDIVIDUAL) <input type="radio"/> FOTOGRAFIA (GALERIA) <input type="radio"/> VÍDEO (INDIVIDUAL) <input type="radio"/> VÍDEO (GALERIA) <input type="radio"/> ÁUDIO <input type="radio"/> INFOGRAFIA <input type="radio"/> GRÁFICOS E MAPAS ESTÁTICOS <input type="radio"/> OUTROS	
2- RECURSO MULTIMÍDIA (EM QUALQUER PARTE DO SITE)	
<input type="radio"/> SIM <input type="radio"/> NÃO	
3- O SITE DISPÕE DE UM MAPA DE NAVEGAÇÃO?	
<input type="radio"/> SIM <input type="radio"/> NÃO	
4- O SITE POSSUI UMA VERSÃO MOBILE?	
<input type="radio"/> SIM <input type="radio"/> NÃO	
5- FOTOGRAFIAS INCLUEM LEGENDA?	
<input type="radio"/> SIM <input type="radio"/> NÃO	
6- UTILIDADE DA FOTOGRAFIA	
<input type="radio"/> COMPLEMENTO (REALÇA OU ENRIQUECE O TEXTO) <input type="radio"/> RECURSO OU ILUSTRAÇÃO <input type="radio"/> INDEPENDENTE	
7- AUTORIA DA IMAGEM	
<input type="radio"/> AGÊNCIA <input type="radio"/> ASSINATURA PESSOAL IDENTIFICADA <input type="radio"/> SEM IDENTIFICAÇÃO	
8- A MATÉRIA TEM VÍDEO?	
<input type="radio"/> SIM <input type="radio"/> NÃO	
9- UTILIDADE DO VÍDEO:	
<input type="radio"/> JUSTAPOSIÇÃO COM O TEXTO (MESMO CONTEÚDO/ REDUNDANTE) <input type="radio"/> COMPLEMENTO (REALÇA OU ENRIQUECE O TEXTO) <input type="radio"/> INTEGRADO EM DISCURSO MULTIMÍDIA (TEXTO, IMAGENS) ATRAVÉS DE LINKS	

<input type="radio"/> VÍDEO INDEPENDENTE. ENTIDADE PRÓPRIA
13- DURAÇÃO DO VÍDEO:
14- AUTORIA DO VÍDEO:
<input type="radio"/> AGÊNCIA OU OUTRO PROVEDOR EXTERNO <input type="radio"/> ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM AUTORIA IDENTIFICADA <input type="radio"/> ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM AUTORIA GENÉRICA <input type="radio"/> SEM IDENTIFICAÇÃO
15- GRAU DE ELABORAÇÃO DO VÍDEO:
<input type="radio"/> IMAGENS <input checked="" type="radio"/> IMAGENS COM DECLARAÇÃO <input type="radio"/> IMAGENS COM OFF <input type="radio"/> IMAGENS COM RÓTULOS <input type="radio"/> IMAGENS COM STAND UP <input type="radio"/> IMAGENS COM DECLARAÇÃO E STAND UP <input type="radio"/> IMAGENS COM DECLARAÇÃO E RÓTULO <input type="radio"/> IMAGENS COM DECLARAÇÃO E OFF <input type="radio"/> IMAGENS COM DECLARAÇÃO, OFF E STAND UP <input type="radio"/> IMAGENS COM DECLARAÇÃO, OFF E RÓTULO <input type="radio"/> IMAGENS COM DECLARAÇÃO, STAND UP E RÓTULO <input type="radio"/> IMAGENS COM DECLARAÇÃO, OFF, RÓTULO E STAND UP <input type="radio"/> IMAGENS COM OFF E RÓTULO <input type="radio"/> IMAGENS COM OFF E STAND UP <input type="radio"/> IMAGENS COM OFF, RÓTULO E STAND UP <input type="radio"/> IMAGENS COM RÓTULO E STAND UP
16- O TEXTO E O VÍDEO SÃO DO MESMO AUTOR?
<input type="radio"/> SIM <input type="radio"/> NÃO
17- FORMA DE IDENTIFICAÇÃO DO ÁUDIO
<input type="radio"/> FOTOGRAMA COM BOTÃO DE PLAY <input type="radio"/> ÍCONE <input type="radio"/> RÓTULO
19- UTILIDADE DO ÁUDIO
<input type="radio"/> JUSTAPOSIÇÃO COM O TEXTO (MESMO CONTEÚDO / REDUNDANTE) <input type="radio"/> COMPLEMENTO (REALÇA OU ENRIQUECE O TEXTO) <input type="radio"/> INTEGRADO EM DISCURSO MULTIMÍDIA ATRAVÉS DE LINKS <input type="radio"/> ÁUDIO INDEPENDENTE
20- DURAÇÃO DO ÁUDIO
21- ELEMENTOS INCLUÍDOS NO ÁUDIO
<input type="radio"/> VOZ EM OFF <input type="radio"/> DECLARAÇÃO <input type="radio"/> MÚSICA <input type="radio"/> EFEITOS SONOROS
22- AUTORIA DO ÁUDIO
<input type="radio"/> AGÊNCIA <input type="radio"/> ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM AUTORIA GENÉRICA <input type="radio"/> ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM AUTORIA IDENTIFICADAS <input type="radio"/> SEM IDENTIFICAÇÃO

23- DATA EM QUE A MATÉRIA FOI PUBLICADA

Fonte: adaptado de MASIP, MICÓ E TEIXEIRA (2011) e CODINA (2011)

APÊNDICE D - Ficha de análise do Jornal do Commercio

FICHA DE ANÁLISE - JORNAL DO COMMERCIO SOBRE O PROJETO	
Edição analisada:	
1- CHAMADA NA CAPA DO JORNAL?	
<input type="radio"/> SIM	<input type="radio"/> NÃO
2- ESPAÇO DEDICADO AO CONTEÚDO DO #UmaPorUma	
<input type="radio"/> 1 PÁGINA <input type="radio"/> 2 PÁGINAS <input type="radio"/> 3 PÁGINAS <input type="radio"/> 4 PÁGINAS <input type="radio"/> 5 PÁGINAS <input type="radio"/> 6 PÁGINAS	
3- O TEMA DAS REPORTAGENS NO JORNAL SOBRE O PROJETO SE DIFERENCIA DO SITE?	
<input type="radio"/> SIM	<input type="radio"/> NÃO
4- O TEXTO SE DIFERENCIA DO SITE #UMAPORUMA?	
<input type="radio"/> SIM	<input type="radio"/> NÃO
5- AS FOTOGRAFIAS DO JORNAL SE DIFERENCIAM DAS DO SITE?	
<input type="radio"/> SIM	<input type="radio"/> NÃO
6- OS GRÁFICOS DO JORNAL SE DIFERENCIAM DOS DO SITE?	
<input type="radio"/> SIM	<input type="radio"/> NÃO
7- O AUTOR DA REPORTAGEM É O MESMO DO SITE?	
<input type="radio"/> SIM	<input type="radio"/> NÃO
8- EM QUAL CADERNO A REPORTAGEM FOI PUBLICADA?	
9- DATA EM QUE A MATÉRIA FOI PUBLICADA	

Fonte: elaboração própria

APÊNDICE E - Ficha de análise da TV Jornal

FICHA DE ANÁLISE - TV JORNAL		
1- A REPORTAGEM FOI GRAVADA OU AO VIVO?		
<input type="radio"/> GRAVADA	<input type="radio"/> AO VIVO	<input type="radio"/> AMBAS
2- TEMPO DE DURAÇÃO DA REPORTAGEM		
3- EM QUAL PROGRAMA A REPORTAGEM FOI EXIBIDA?		
4- EM QUAL BLOCO A REPORTAGEM FOI EXIBIDA?		
<input type="radio"/> 1º BLOCO <input type="radio"/> 2º BLOCO <input type="radio"/> 3º BLOCO <input type="radio"/> 4º BLOCO		
5- A REPORTAGEM É ABORDADA NA ESCALADA?		
<input type="radio"/> SIM	<input type="radio"/> NÃO	
6- O TEMA ABORDADO SE DIFERENCIA DO SITE?		
<input type="radio"/> SIM	<input type="radio"/> NÃO	
7- O TEMA ABORDADO SE DIFERENCIA DO JORNAL?		
<input type="radio"/> SIM	<input type="radio"/> NÃO	
8- O AUTOR DA REPORTAGEM É O MESMO QUE PRODUZIU PARA OUTRO VEÍCULO? SE SIM, ESPECIFICAR QUAL		
<input type="radio"/> SIM	<input type="radio"/> NÃO	
9- ALGUM MATERIAL UTILIZADO PELA TV (VÍDEO, SONORA, ETC) FOI, TAMBÉM, UTILIZADO NO SITE?		
<input type="radio"/> SIM	<input type="radio"/> NÃO	
10- ELEMENTOS DA REPORTAGEM		
<input type="radio"/> TEASER	<input type="radio"/> OFF	<input type="radio"/> ARTE
<input type="radio"/> SONORA	<input type="radio"/> PASSAGEM	<input type="radio"/> BG
11- TRANSCRIÇÃO DA CABEÇA DA REPORTAGEM		
12- DATA EM QUE A MATÉRIA FOI AO AR		



Fonte: elaboração própria

APÊNDICE F - Ficha de análise da Rádio Jornal

FICHA DE ANÁLISE - RÁDIO JORNAL		
1- A REPORTAGEM FOI GRAVADA OU AO VIVO?		
<input type="radio"/> GRAVADA	<input type="radio"/> AO VIVO	<input type="radio"/> AMBAS
2- TEMPO DE DURAÇÃO DA REPORTAGEM		
3- EM QUAL PROGRAMA A REPORTAGEM FOI EXIBIDA?		
4- O TEMA ABORDADO SE DIFERENCIA DO SITE?		
<input type="radio"/> SIM	<input type="radio"/> NÃO	
5- O TEMA ABORDADO SE DIFERENCIA DO JORNAL?		
<input type="radio"/> SIM	<input type="radio"/> NÃO	
6- O TEMA ABORDADO SE DIFERENCIA DA TV?		
<input type="radio"/> SIM	<input type="radio"/> NÃO	
7- O AUTOR DA REPORTAGEM É O MESMO QUE PRODUZIU PARA OUTRO VEÍCULO? SE SIM, ESPECIFICAR QUAL		
<input type="radio"/> SIM	<input type="radio"/> NÃO	
8- ELEMENTOS DA REPORTAGEM		
<input type="radio"/> OFF	<input type="radio"/> SONORA	<input type="radio"/> BG
9- DATA EM QUE A MATÉRIA FOI AO AR		

Fonte: elaboração própria

ANEXOS

ANEXO A - Página inicial do site do projeto #UmaPorUma



ANEXO B - Reportagens especiais do projeto publicadas no Jornal do Comercio

12 Jornal do Comercio
Recife, 29 de abril de 2018 Domingo
Recife, 29 de abril de 2018 Domingo
Jornal do Comercio 13

É da conta de todos nós

Existe uma história para contar por trás de cada estatística de violência em Pernambuco. Uma por uma, sem os contar todos. Mas aqui, ao lado de estatísticas, as motivações de crimes, acompanhar a investigação e cobrir a participação dos culpados. O Sistema Jornal do Comercio de Comunicação (SJCC) está hoje o projeto #UmaPorUma (uma.poruma.br), que vai nomear todas as vítimas e suas famílias em Pernambuco em 2018. Um banco de dados virtual inédito, com os perfis de vítimas e agressores, além dos traços físicos e as histórias e fotografias de cada do crime. Entender como e por que aquelas histórias chegaram até ali. Prevenir, participar, saber vidas. No Jornal do Comercio, o espaço segue com uma série de reportagens e séries quartelões.



Os crimes e as motivações

Segundo dados do Sistema Jornal do Comercio de Comunicação, 77% dos casos de 2017 são crimes violentos. As motivações são: 22,01% Furtividade, 26,0% Ligação indireta com drogas, 14,13% Ligação indireta com drogas, 23,4% Motivação direta a sobrevivência, 6,5% Letalidade, 3,9% Discriminação, 3,0% Outros motivos.

Não. Ele não era um monstro

RAFAELA CARVALHO

Se você acha que não é possível que alguém seja tão cruel, basta olhar para o rosto de Adriano. Ele não é um monstro, ele é um homem. Adriano é um jovem de 23 anos, estudante de Direito na Universidade de Pernambuco. Ele não é um criminoso, ele é um jovem que sofreu uma tragédia. Adriano foi vítima de um crime de violência doméstica cometido por sua esposa. Adriano não é um monstro, ele é um homem que sofreu uma tragédia. Adriano não é um monstro, ele é um homem que sofreu uma tragédia.



A MORTA, UM POUCO A CADA DIA

Desde o início da violência doméstica em Pernambuco, o sistema de justiça criminal tem enfrentado dificuldades para lidar com o aumento de casos. O sistema de justiça criminal tem enfrentado dificuldades para lidar com o aumento de casos. O sistema de justiça criminal tem enfrentado dificuldades para lidar com o aumento de casos.

Cidades

#UMAPORUMA

Cidades

Mais na web

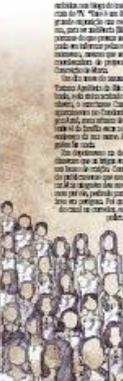
A morte filmada e compartilhada

Um vídeo gravado no momento da morte de uma mulher em um apartamento em Pernambuco foi compartilhado no WhatsApp e viralizou. A morte ocorreu em um apartamento em Pernambuco, no dia 28 de abril de 2018. O vídeo, gravado por um vizinho, mostra a vítima sendo levada para o hospital. O vídeo foi compartilhado no WhatsApp e viralizou rapidamente.

Aí está o corpo, onde foi registrado o acidente e a situação da vítima. Entre a filmagem da morte e a transmissão em Pernambuco há uma morte filmada e compartilhada nas redes sociais e a mídia. Quem sobrevive à violência doméstica continua tratada de vítima.

Em Pernambuco, a violência doméstica é um problema grave. Muitas mulheres são vítimas de agressões físicas e psicológicas. A falta de apoio e a falta de recursos para enfrentar a situação tornam a vida das vítimas ainda mais difícil.

Denúncias de violência doméstica são comuns, mas muitas vezes não são levadas a sério. A falta de recursos e a falta de apoio tornam a vida das vítimas ainda mais difícil. É necessário que o poder público tome medidas para combater a violência doméstica.



As pedras jogadas na vida de Jéssica

Jéssica é uma jovem mulher que vive em uma situação precária. Ela enfrenta muitas dificuldades e desafios no seu dia a dia. A falta de recursos e a falta de apoio tornam a vida dela ainda mais difícil. Ela precisa de ajuda para superar as dificuldades que enfrenta.

Morta por ser mulher

Um caso de violência doméstica em Pernambuco resultou na morte de uma mulher. A vítima foi encontrada morta em seu apartamento. O caso chamou a atenção da mídia e da população.



Uma mulher em situação de vulnerabilidade social em Pernambuco.

Estuprada por quem deveria protegê-la

Uma mulher foi estuprada por um policial militar. O caso chamou a atenção da mídia e da população. A vítima sofreu sérias consequências físicas e psicológicas. O caso levantou questões sobre a conduta dos policiais militares e a necessidade de reformas na instituição.



Uma mulher em situação de vulnerabilidade social em Pernambuco.

Violência doméstica em Pernambuco

A violência doméstica é um problema grave em Pernambuco. Muitas mulheres são vítimas de agressões físicas e psicológicas. A falta de recursos e a falta de apoio tornam a vida das vítimas ainda mais difícil. É necessário que o poder público tome medidas para combater a violência doméstica.

Um vídeo gravado no momento da morte de uma mulher em um apartamento em Pernambuco foi compartilhado no WhatsApp e viralizou. A morte ocorreu em um apartamento em Pernambuco, no dia 28 de abril de 2018. O vídeo, gravado por um vizinho, mostra a vítima sendo levada para o hospital. O vídeo foi compartilhado no WhatsApp e viralizou rapidamente.

Em Pernambuco, a violência doméstica é um problema grave. Muitas mulheres são vítimas de agressões físicas e psicológicas. A falta de recursos e a falta de apoio tornam a vida das vítimas ainda mais difícil.

Um caso de violência doméstica em Pernambuco resultou na morte de uma mulher. A vítima foi encontrada morta em seu apartamento. O caso chamou a atenção da mídia e da população.

Uma mulher foi estuprada por um policial militar. O caso chamou a atenção da mídia e da população. A vítima sofreu sérias consequências físicas e psicológicas. O caso levantou questões sobre a conduta dos policiais militares e a necessidade de reformas na instituição.

A violência doméstica é um problema grave em Pernambuco. Muitas mulheres são vítimas de agressões físicas e psicológicas. A falta de recursos e a falta de apoio tornam a vida das vítimas ainda mais difícil. É necessário que o poder público tome medidas para combater a violência doméstica.

Cidades

#UMAPORUMA

Cidades

Mais na web

Uma reportagem sobre um dos maiores atentados de um atentado em Recife. Um trabalho reportagem sobre o atentado no 17 de maio

Mesmo no crime, elas são mais vulneráveis

No crime, elas estão sempre em funções secundárias. São fofocas, avulsas ou usadas para ganhar drogas. As vezes em casa, outras no próprio corpo. A vulnerabilidade da mulher permeia como um traço que a flagita, mesmo quando a sua mente se dá em função do envolvimento com a criminalidade, quase sempre o trafico de drogas. O especial #UmaPorUma mostra que essa condição é ainda mais forte quando a mulher é assassinada em função dos erros de pessoas próximas a ela. Amanhã, último dia de maio, o caminho para desconstruir o machismo que mata começa cada com a campanha #UmaPorUma.



Atentado em Recife, no dia 17 de maio, com a morte de uma mulher.

ROBUSTEZA

A vulnerabilidade da mulher permeia como um traço que a flagita, mesmo quando a sua mente se dá em função do envolvimento com a criminalidade, quase sempre o trafico de drogas. O especial #UmaPorUma mostra que essa condição é ainda mais forte quando a mulher é assassinada em função dos erros de pessoas próximas a ela. Amanhã, último dia de maio, o caminho para desconstruir o machismo que mata começa cada com a campanha #UmaPorUma.



As motivações do crime



Encarceramento feminino



Emprego



Pagaram com a vida pelo erro dos outros

Uma mulher que viveu o crime de ser assassinada em função dos erros de outras pessoas. Ela foi vítima de um atentado em Recife, no dia 17 de maio, e morreu. O crime aconteceu em um local de construção civil, onde ela estava trabalhando. O ataque foi planejado e executado por criminosos que buscavam atingir uma pessoa importante. A vítima não estava envolvida no crime, mas acabou sendo atingida por uma bala perdida. O caso é um exemplo de como o crime pode atingir pessoas inocentes em áreas de risco.



LOGICA PERVERSA

Um texto explicando a lógica perversa do crime, onde a vulnerabilidade da mulher é explorada por criminosos para atingir seus objetivos. O texto discute como o machismo e a desigualdade de gênero contribuem para a vulnerabilidade das mulheres em contextos de violência.

Atentado em Recife

Um texto detalhando o atentado ocorrido em Recife no dia 17 de maio, incluindo informações sobre o local do crime, o número de vítimas e o estado de investigação.

Encarceramento feminino

Um texto sobre o aumento do encarceramento feminino no Brasil, destacando o crescimento alarmante em Pernambuco e as causas relacionadas à falta de oportunidades e ao tráfico de drogas.

Emprego

Um texto sobre o mercado de trabalho para mulheres, abordando desafios como a discriminação salarial e a falta de igualdade de oportunidades.

As motivações do crime

Um texto explicando as diferentes motivações para crimes contra mulheres, desde questões pessoais até envolvimento direto ou indireto no crime.

Encarceramento feminino

Um texto sobre o aumento do encarceramento feminino no Brasil, destacando o crescimento alarmante em Pernambuco e as causas relacionadas à falta de oportunidades e ao tráfico de drogas.

Emprego

Um texto sobre o mercado de trabalho para mulheres, abordando desafios como a discriminação salarial e a falta de igualdade de oportunidades.

Cidades

#UMAPORUMA

Cidades

Mais na web

Uma reportagem sobre as mulheres que mudaram a maneira de pensar em Recife. De 1990 até hoje, elas lutam por uma cidade melhor e mais justa.



Eles começam a mudança

“A mudança começa com a educação. É preciso mudar a mentalidade da sociedade. Não é só mudar a lei, é mudar a cultura. É preciso mudar a maneira de pensar das pessoas. É preciso mudar a maneira de agir. É preciso mudar a maneira de viver. É preciso mudar a maneira de ser.”

Em crianças e jovens como Yasmin, Gabriela, Izam, Wiliane. Não estão depositadas as esperanças de um futuro diferente para as mulheres. Nessa geração iniciada para enfrentar e lutar a igualdade de gênero nasce o sentimento de liberdade. No último dia da série #UmaPorUma, o JC mostra programas que estão ajudando a despertar uma nova ideia do que é ser homem e ser mulher.

“A mudança começa com a educação. É preciso mudar a mentalidade da sociedade. Não é só mudar a lei, é mudar a cultura. É preciso mudar a maneira de pensar das pessoas. É preciso mudar a maneira de agir. É preciso mudar a maneira de viver. É preciso mudar a maneira de ser.”



“A mudança começa com a educação. É preciso mudar a mentalidade da sociedade. Não é só mudar a lei, é mudar a cultura. É preciso mudar a maneira de pensar das pessoas. É preciso mudar a maneira de agir. É preciso mudar a maneira de viver. É preciso mudar a maneira de ser.”



Entrevista Maria da Penha Maia

“As cidades não se envolvem em reeducar agressores”

A mulher que dá nome à Lei Maria da Penha foi vítima. Vítima do ex-marido que lhe deu uma paralisia: vítima de uma Justiça de olhos vendados para o seu caso e vítima de um País que não sabe lidar com a violência contra a mulher. Transformou tudo isso em luta. Nessa entrevista, de láia sobre a importância de educar para a igualdade de gênero, como forma de evitar que o machismo continue fazendo vítimas.



“A mudança começa com a educação. É preciso mudar a mentalidade da sociedade. Não é só mudar a lei, é mudar a cultura. É preciso mudar a maneira de pensar das pessoas. É preciso mudar a maneira de agir. É preciso mudar a maneira de viver. É preciso mudar a maneira de ser.”

“A mudança começa com a educação. É preciso mudar a mentalidade da sociedade. Não é só mudar a lei, é mudar a cultura. É preciso mudar a maneira de pensar das pessoas. É preciso mudar a maneira de agir. É preciso mudar a maneira de viver. É preciso mudar a maneira de ser.”

Fique atenta aos sinais

Os sinais de violência física e psicológica são muitas vezes sutis e podem passar despercebidos. É importante estar atenta a eles para evitar situações de risco.

FEMINICÍDIO

16

1 - Aumento de violência

2 - Condições de vida precárias

3 - Níveis de pobreza

4 - Normas sociais ultrapassadas

5 - Condições de trabalho precárias

6 - Aumento de desemprego

7 - Condições de trabalho precárias

8 - Normas sociais ultrapassadas

9 - Condições de trabalho precárias

10 - Aumento de desemprego

11 - Condições de trabalho precárias

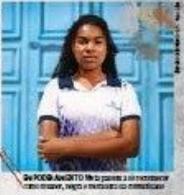
12 - Normas sociais ultrapassadas

13 - Condições de trabalho precárias

14 - Aumento de desemprego

15 - Condições de trabalho precárias

16 - Normas sociais ultrapassadas



Aprendendo a construir a própria história

Uma mulher que começou a estudar em uma escola de ensino fundamental e hoje é professora de uma escola de ensino superior. Sua história é um exemplo de superação e luta por uma educação de qualidade.

“A mudança começa com a educação. É preciso mudar a mentalidade da sociedade. Não é só mudar a lei, é mudar a cultura. É preciso mudar a maneira de pensar das pessoas. É preciso mudar a maneira de agir. É preciso mudar a maneira de viver. É preciso mudar a maneira de ser.”



“A mudança começa com a educação. É preciso mudar a mentalidade da sociedade. Não é só mudar a lei, é mudar a cultura. É preciso mudar a maneira de pensar das pessoas. É preciso mudar a maneira de agir. É preciso mudar a maneira de viver. É preciso mudar a maneira de ser.”

Cidades

#UMAPORUMA

Cidades

Mais na web

Compre a história do bico em 30 dias em Recife. Confira a história do bico em 30 dias em Recife. Confira a história do bico em 30 dias em Recife.

E se elas tivessem denunciado?

DEBORA MACHADO

Quando se fala em violência contra a mulher, a primeira imagem que vem à mente é a de uma mulher sendo agredida fisicamente. Mas, muitas vezes, a violência é psicológica, e isso pode ser tão ou mais danoso do que a agressão física. Muitas mulheres vivem em situações de medo constante, e isso pode levar a sérias consequências para a saúde mental e física.

Números levantados pelo projeto #UmaPorUma revelam que, das 21 mulheres mortas por feminicídio em Pernambuco, entre janeiro e abril de 2018, apenas duas haviam prestado queixa de violência doméstica na delegacia. Longe de culpabilizar as vítimas, que enfrentam diversos obstáculos para interromper o ciclo de violência, os dados históricos apontam um importante alerta: o fundamental é denunciar.

em 2018, com o objetivo de trazer mais mulheres para denunciar crimes. Segundo o projeto, que já teve mais de 10 mil acessos, 90% das denúncias foram feitas por mulheres. Isso indica que a maioria das vítimas de violência doméstica são mulheres, e que elas estão buscando ajuda para denunciar os crimes.

AJUDA DA LEGISLAÇÃO

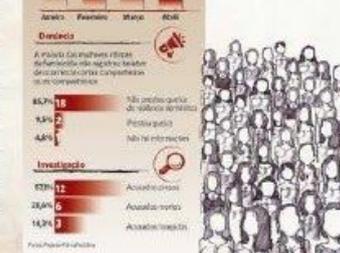
Desde 2017, o Brasil tem uma nova legislação em relação à violência doméstica, com o aumento da pena para quem comete o crime. Isso pode ser um incentivo para as mulheres denunciarem os crimes, pois elas sabem que os agressores serão punidos mais severamente.



CRIMES DE GÊNERO

Crime de gênero 21

Feminicídios em Pernambuco nos últimos meses de 2018



90 MULHERES MORTAS POR FEMINICÍDIO EM PERNAMBUCO

Em quatro meses, 90 mulheres assassinadas

Em Pernambuco, 90 mulheres foram assassinadas por feminicídio entre janeiro e abril de 2018. Isso representa um aumento significativo em relação aos meses anteriores. As vítimas foram agredidas por parceiros ou ex-parceiros em 23,3% dos casos, e 24,4% das vítimas foram agredidas com o uso de arma.

As vítimas foram agredidas em diferentes locais, incluindo em casa, em locais públicos e em locais de trabalho. Isso indica que a violência doméstica pode ocorrer em qualquer lugar e a qualquer momento.

Os dados mostram que a maioria das vítimas de feminicídio são mulheres de baixa renda e que vivem em áreas urbanas. Isso indica que a violência doméstica é um problema que afeta todas as camadas da sociedade.

Cidades

#UMAPORUMA

Cidades

Mais na web

Conteúdo relacionado com o tema assassinadas em Pernambuco. Para mais informações, acesse o site www.jornal.com.br

Femicídio: um crime, vários entendimentos

A partir de estar há três anos em vigor, a Lei do Femicídio não tem sido adotada pela maioria dos agressores que cometem crime de gênero. A falta de consenso por parte das autoridades do sistema de justiça contribui para que muitos casos tenham sido arquivados ou não tenham sido denunciados. Hoje, a realidade é que a Lei do Femicídio não tem sido adotada de forma consistente em todo o Brasil.

Contra o que se imagina, o crime não é tratado como uma espécie de homicídio em si mesmo, mas sim como um crime de gênero. Isso significa que o crime é cometido contra uma mulher por ser mulher. A Lei do Femicídio prevê penas mais severas para quem comete o crime de gênero, mas isso não acontece de forma consistente em todo o Brasil.

De acordo com o Ministério Público Federal, em Pernambuco, apenas 110 casos de fêmeicídio foram denunciados em 2011, o que representa apenas 24,54% dos casos de homicídio denunciados no mesmo período. Isso indica que a maioria dos casos de homicídio de gênero não é tratada como fêmeicídio.

SEM PUNIÇÃO

Apesar de ser punido por lei, o crime de fêmeicídio não tem sido tratado como tal em muitos casos. Isso ocorre porque a maioria dos agressores não é denunciada ou não é condenada.

258	164	6	4
casos de fêmeicídio denunciados em 2011	casos de homicídio denunciados em 2011	casos de fêmeicídio denunciados em 2010	casos de homicídio denunciados em 2010



Já são 110 assassinadas em 5 meses

O crime de fêmeicídio não tem sido tratado como tal em muitos casos. Isso ocorre porque a maioria dos agressores não é denunciada ou não é condenada. De acordo com o Ministério Público Federal, em Pernambuco, já foram denunciados 110 casos de fêmeicídio em apenas cinco meses.

Isso indica que a maioria dos casos de homicídio de gênero não é tratada como fêmeicídio. A falta de consenso por parte das autoridades do sistema de justiça contribui para que muitos casos tenham sido arquivados ou não tenham sido denunciados.



Quando é ela que mata outra mulher

Segundo o Ministério Público Federal, em Pernambuco, já foram denunciados 110 casos de fêmeicídio em apenas cinco meses. Isso indica que a maioria dos casos de homicídio de gênero não é tratada como fêmeicídio.

De acordo com o Ministério Público Federal, em Pernambuco, já foram denunciados 110 casos de fêmeicídio em apenas cinco meses. Isso indica que a maioria dos casos de homicídio de gênero não é tratada como fêmeicídio.

PROTÓCOLO DE FEMICÍDIO

Este protocolo estabelece as diretrizes para a investigação e o julgamento de crimes de gênero. Ele prevê a necessidade de uma abordagem multidisciplinar, envolvendo a polícia, o Ministério Público e o Poder Judiciário.

De acordo com o Ministério Público Federal, em Pernambuco, já foram denunciados 110 casos de fêmeicídio em apenas cinco meses. Isso indica que a maioria dos casos de homicídio de gênero não é tratada como fêmeicídio.



Cidades



#UMAPORUMA



Cidades



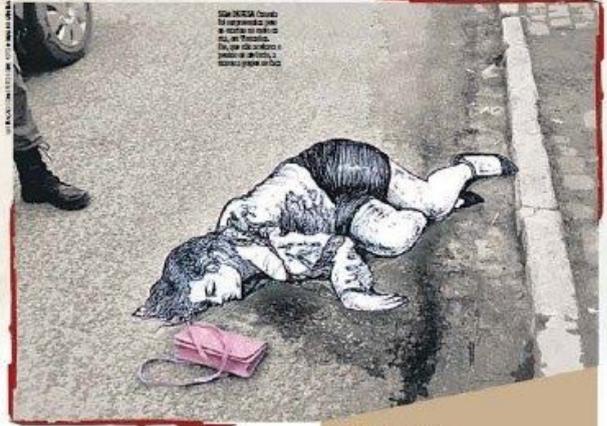
Mais na web

Confira as histórias de mulheres vítimas assassinadas em Pernambuco, com uma primeira reportagem, em https://jornal.com.br



Mortes no interior e nos fins de semana

É nos fins de semana e feriados, eles são considerados de descuido, que os crimes de feminicídio se multiplicam. Eles ocorrem, sobretudo, no interior, onde a estrutura de assistência à mulher vítima de violência doméstica é mais precária. Levantamento feito pelo projeto #UmaPorUma aponta que o período com maior número de feminicídios em Pernambuco é da noite da sexta-feira até a madrugada da segunda. De janeiro a maio deste ano, 27 mulheres foram vítimas de crime de gênero. Dessas, 18 foram no interior do Estado.

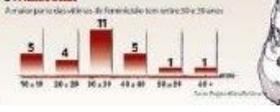
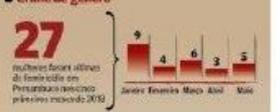


Comentários do site: o que eles revelam

MARINA COSTA
#UmaPorUma
O que me passou a cabeça não era a morte em si, mas a violência contra a mulher. Quando eu soube que a vítima era uma jovem de 20 anos, fiquei ainda mais triste. Ela era tão bonita, tão cheia de vida. Não consigo imaginar a dor da família. Espero que a justiça seja feita e que a sociedade seja mais justa com as mulheres.

De acordo com o levantamento, os crimes de gênero ocorrem com maior frequência em municípios com menos de 100 mil habitantes. Isso acontece porque, nessas localidades, há menos recursos humanos e financeiros para oferecer suporte às vítimas e investigar os crimes.

66
O levantamento aponta que, em 2017, foram registrados 66 crimes de gênero em Pernambuco. Destes, 48 ocorreram no interior do Estado, 15 em Recife e 3 em municípios do litoral. O período de maior ocorrência foi entre maio e junho deste ano.



Não se contabilizam, mas confira as histórias por trás de cada caso de mulher assassinada. Muitas delas são histórias de dor e luto.

“Eu não sei qual foi a razão, mas ela morreu de repente. Ela era tão feliz, tão cheia de vida. Não consigo imaginar a dor da família. Espero que a justiça seja feita e que a sociedade seja mais justa com as mulheres.”



PROBLEMA ANTIGO

Levantamento feito pelo projeto #UmaPorUma aponta que os crimes de gênero ocorrem com maior frequência em municípios com menos de 100 mil habitantes. Isso acontece porque, nessas localidades, há menos recursos humanos e financeiros para oferecer suporte às vítimas e investigar os crimes.

PROBLEMA ANTIGO

Levantamento feito pelo projeto #UmaPorUma aponta que os crimes de gênero ocorrem com maior frequência em municípios com menos de 100 mil habitantes. Isso acontece porque, nessas localidades, há menos recursos humanos e financeiros para oferecer suporte às vítimas e investigar os crimes.



Cidades



#UMAPORUMA



Cidades



Mais na web

Um report de cada uma das regiões apresentadas em Recife em 2018 no site jornalcomercio.com.br



41% das mortes de mulheres sem solução

UMA VITIMA POR DIA. Em Recife, 41% das mortes de mulheres não têm solução. Segundo dados do Ministério Público, em junho de 2018, foram registradas 127 mortes de mulheres, sendo que 52 delas não tinham solução. Isso representa 41% do total. O Ministério Público também informou que 67 casos já estão em instância judicial, enquanto 52 casos aguardam a abertura do inquérito policial. O Ministério Público também informou que 67 casos já estão em instância judicial, enquanto 52 casos aguardam a abertura do inquérito policial.

O balanço dos primeiros seis meses do projeto #UmaPorUma revela que 127 mulheres foram assassinadas em Pernambuco, até junho de 2018. No estorço de encontrar justiça, familiares e amigos de 52 dessas vítimas ainda esperam da polícia a resposta de quem as matou.

Quando ocorreu uma feminicídio, o crime é considerado mais grave do que o assassinato comum. Isso porque o crime envolve a violência doméstica ou a violência de gênero. Segundo o Ministério Público, em junho de 2018, foram registradas 127 mortes de mulheres, sendo que 52 delas não tinham solução. Isso representa 41% do total. O Ministério Público também informou que 67 casos já estão em instância judicial, enquanto 52 casos aguardam a abertura do inquérito policial.



UMA QUADRA NA NOVA JERICOLO, em Recife, onde ocorreu um feminicídio em maio de 2018.

Só em junho, foram 8 casos de feminicídio

De acordo com o Ministério Público, em junho de 2018, foram registrados 8 casos de feminicídio. Isso representa 6% do total de mortes de mulheres registradas em junho. O Ministério Público também informou que 67 casos já estão em instância judicial, enquanto 52 casos aguardam a abertura do inquérito policial.



UMA CORPO NO LIXO. O corpo de uma mulher assassinada em junho de 2018, encontrado em um lixão em Recife.



O percentual de quase 50% de crimes de gênero registrado no mês passado revela que o sentimento de posse sobre o corpo da mulher continua a determinar o limite entre a vida e a morte.

Além disso, a violência doméstica continua sendo a principal motivação para os crimes de gênero. Segundo o Ministério Público, em junho de 2018, foram registrados 8 casos de feminicídio, sendo que 6 deles foram motivados por violência doméstica.

Cidades



Cidades

Mais na web [Link e período para uma das maiores manifestações de feminicídio no mundo em julho de 2018](#)

Crime de gênero

37 mulheres foram vítimas de feminicídio em Pernambuco nos seis primeiros meses de 2018



No interior, a face mais brutal do machismo

A maioria dos crimes de feminicídio ainda acontece em áreas rurais, distante dos centros, a forma brutal como as mulheres são assassinadas evidencia a violência extrema e o menosprezo ao corpo da vítima. Não basta agredir, matar, tem que humilhar.

Em uma região de interior, a violência de gênero é mais brutal. O crime de feminicídio é mais comum em áreas rurais, onde as mulheres são assassinadas de forma brutal. Isso acontece porque, nessas áreas, o machismo é mais arraigado e as mulheres são menos respeitadas. Além disso, muitas vezes as vítimas não têm acesso à justiça e são humilhadas durante o processo legal.

Em áreas rurais, a violência de gênero é mais comum. Isso acontece porque, nessas áreas, o machismo é mais arraigado e as mulheres são menos respeitadas. Além disso, muitas vezes as vítimas não têm acesso à justiça e são humilhadas durante o processo legal.



Entrevista Wânia Pasinato "O padrão ainda é o da década de 40"

SARA CANTALHO
Reportagem

Diante dos altos índices de feminicídio no Brasil, a socióloga Wânia Pasinato, que até o final do ano passado esteve à frente da ONU Mulheres, faz o alerta: É preciso mais educação e menos repressão. Na análise das estatísticas e serem repetidas, ela inclui outro ponto crucial. Deixar de concentrar o combate apenas na melhoria do atendimento policial. Em entrevista, a especialista faz uma série de reflexões sobre o quanto e como a luta por igualdade de gênero ainda precisa avançar.



Wânia Pasinato, socióloga, afirma que o padrão de violência contra as mulheres ainda é o da década de 40. Ela aponta que a repressão não resolve o problema e que é necessário avançar na educação e na igualdade de gênero. Ela também menciona a importância de melhorar o atendimento policial e de combater o machismo arraigado na sociedade.

“O padrão de violência contra as mulheres ainda é o da década de 40”, afirma Wânia Pasinato. Ela destaca que a repressão não resolve o problema e que é necessário avançar na educação e na igualdade de gênero. Ela também menciona a importância de melhorar o atendimento policial e de combater o machismo arraigado na sociedade.



Em áreas rurais, a violência de gênero é mais comum. Isso acontece porque, nessas áreas, o machismo é mais arraigado e as mulheres são menos respeitadas. Além disso, muitas vezes as vítimas não têm acesso à justiça e são humilhadas durante o processo legal.

Em áreas rurais, a violência de gênero é mais comum. Isso acontece porque, nessas áreas, o machismo é mais arraigado e as mulheres são menos respeitadas. Além disso, muitas vezes as vítimas não têm acesso à justiça e são humilhadas durante o processo legal.

Em áreas rurais, a violência de gênero é mais comum. Isso acontece porque, nessas áreas, o machismo é mais arraigado e as mulheres são menos respeitadas. Além disso, muitas vezes as vítimas não têm acesso à justiça e são humilhadas durante o processo legal.

Em áreas rurais, a violência de gênero é mais comum. Isso acontece porque, nessas áreas, o machismo é mais arraigado e as mulheres são menos respeitadas. Além disso, muitas vezes as vítimas não têm acesso à justiça e são humilhadas durante o processo legal.

Cidades



#UMAPORUMA



Cidades



Mais na web

No dia 26 de outubro, o dia do Professor Paulo Freire, o jornalista carioca Paulo Freire lançou o livro 'Um por Um' em parceria com a Editora Record. O livro aborda a violência urbana e a importância de cada cidadão em lutar por uma cidade melhor.

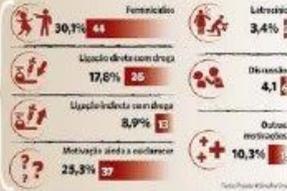
O risco de acabar em feminicídio

Fique a lora. As violências - físicas ou psicológicas - são mais comuns nos namoros do que se imagina. Nem sempre, entretanto, são assim percebidas ou identificadas. Pesquisas distintas, feitas com adolescentes e jovens universitários no Recife e em Porto (Portugal), revelam que as mulheres se agredem na tentativa de neutralizar a agressividade masculina. O problema é que, não raro, os casos não terminam nos abusos mas ficando mais violentos e, em casos extremos, terminam em uma tragica história de feminicídio.

Violência contra a mulher
A violência contra a mulher é um problema sério e que precisa ser tratado com urgência. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, 14,6 milhões de mulheres foram vítimas de violência física ou psicológica por parte de um parceiro ou ex-parceiro. Isso representa um aumento de 1,5 milhão em relação a 2016. O estudo também aponta que 10,5 milhões de mulheres foram vítimas de violência sexual por parte de um parceiro ou ex-parceiro. Isso representa um aumento de 1,2 milhão em relação a 2016. Além disso, 1,5 milhão de mulheres foram vítimas de violência psicológica por parte de um parceiro ou ex-parceiro. Isso representa um aumento de 0,5 milhão em relação a 2016. Esses dados mostram que a violência contra a mulher é um problema sério e que precisa ser tratado com urgência.



Os crimes e as motivações
Um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que a violência contra a mulher é um problema sério e que precisa ser tratado com urgência. Segundo dados do IBGE, em 2017, 14,6 milhões de mulheres foram vítimas de violência física ou psicológica por parte de um parceiro ou ex-parceiro. Isso representa um aumento de 1,5 milhão em relação a 2016. O estudo também aponta que 10,5 milhões de mulheres foram vítimas de violência sexual por parte de um parceiro ou ex-parceiro. Isso representa um aumento de 1,2 milhão em relação a 2016. Além disso, 1,5 milhão de mulheres foram vítimas de violência psicológica por parte de um parceiro ou ex-parceiro. Isso representa um aumento de 0,5 milhão em relação a 2016. Esses dados mostram que a violência contra a mulher é um problema sério e que precisa ser tratado com urgência.



Brutalidade expõe desprezo

Uma mulher que sofre violência doméstica não é apenas vítima, ela é desprezada. A brutalidade com que ela é tratada revela o desprezo que o agressor tem por ela. Segundo dados do IBGE, em 2017, 14,6 milhões de mulheres foram vítimas de violência física ou psicológica por parte de um parceiro ou ex-parceiro. Isso representa um aumento de 1,5 milhão em relação a 2016. O estudo também aponta que 10,5 milhões de mulheres foram vítimas de violência sexual por parte de um parceiro ou ex-parceiro. Isso representa um aumento de 1,2 milhão em relação a 2016. Além disso, 1,5 milhão de mulheres foram vítimas de violência psicológica por parte de um parceiro ou ex-parceiro. Isso representa um aumento de 0,5 milhão em relação a 2016. Esses dados mostram que a violência contra a mulher é um problema sério e que precisa ser tratado com urgência.

Crime de gênero é principal causa de assassinatos

Segundo dados do IBGE, em 2017, 44 mil mulheres foram vítimas de crime de gênero. Isso representa um aumento de 1,5 milhão em relação a 2016. O estudo também aponta que 10,5 milhões de mulheres foram vítimas de violência sexual por parte de um parceiro ou ex-parceiro. Isso representa um aumento de 1,2 milhão em relação a 2016. Além disso, 1,5 milhão de mulheres foram vítimas de violência psicológica por parte de um parceiro ou ex-parceiro. Isso representa um aumento de 0,5 milhão em relação a 2016. Esses dados mostram que a violência contra a mulher é um problema sério e que precisa ser tratado com urgência.



Foto: Divulgação/Agência de Notícias

Cidades

#UMAPORUMA

Cidades

Mais na web

Vája conferir de perto as melhores análises feitas em vídeo e artigos online em comercio.com.br e no aplicativo comercio.com.br

Eles vão fazer o que em favor da mulher?

ELAS são maioria em Pernambuco (57% da população) e na hora do voto na urna (59% das eleitoras). Mas, no que diz respeito às garantias e igualdade de direitos, as mulheres ainda são tratadas como minoria. Por quê? Continuam sendo muitas apenas pela condição de ser mulher. Só no mês passado, seis foram vítimas de crime de gênero no Estado. No balanço do ano meados do projeto #UmPorUma, há são 167 mulheres assassinadas em Pernambuco. A uma semana das eleições, as mulheres querem saber o que os candidatos ao governo do Estado prometem fazer para mudar esta dura e cruel realidade?

Em 19 de setembro, cada voto em favor de Aécio Neves em Pernambuco é considerado um voto em favor de uma mulher. Isso porque, segundo o IBGE, 57% da população do Estado é formada por mulheres. Na hora do voto, a maioria das eleitoras também vota em favor de Aécio Neves, com 59% dos votos. Isso significa que, em Pernambuco, há uma maioria de mulheres tanto na população quanto no corpo eleitoral. No entanto, apesar disso, as mulheres ainda são tratadas como minoria em muitos aspectos. Segundo o projeto #UmPorUma, foram assassinadas 167 mulheres em Pernambuco no ano passado. Além disso, há seis casos de crime de gênero registrados no mês de setembro. Isso demonstra que, apesar de serem maioria, as mulheres ainda não têm os mesmos direitos e garantias que os homens. Por isso, as mulheres querem saber o que os candidatos ao governo do Estado prometem fazer para mudar esta dura e cruel realidade.



Os crimes e as motivações

Com a palavra, as mulheres

Quais políticas públicas podem ser criadas para dar efetividade ao #UmPorUma em Pernambuco?

Márcia de Castro (Pernambuco, 47 anos, formada em comunicação social, coordenadora de Brasília do Instituto de Mulheres Negras de Pernambuco, Recife)

Uma das principais demandas é a criação de políticas públicas que garantam a igualdade de direitos e a segurança das mulheres. Isso inclui a criação de programas de prevenção à violência doméstica e sexual, a implementação de mecanismos de denúncia e a criação de espaços seguros para as mulheres vítimas de violência. Além disso, é importante garantir o acesso das mulheres a serviços de saúde, educação e emprego. Essas medidas são essenciais para mudar a realidade das mulheres em Pernambuco.

Márcia Oliveira (37 anos, formada em comunicação social, coordenadora de Brasília do Instituto de Mulheres Negras de Pernambuco, Recife)

É fundamental fortalecer as organizações de mulheres e promover a participação delas na tomada de decisões políticas. Isso pode ser feito através da criação de conselhos municipais de mulheres e da implementação de programas de capacitação e liderança. Além disso, é importante garantir o acesso das mulheres a serviços de saúde, educação e emprego. Essas medidas são essenciais para mudar a realidade das mulheres em Pernambuco.

Vanessa (37 anos, formada em comunicação social, coordenadora de Brasília do Instituto de Mulheres Negras de Pernambuco, Recife)

Uma das principais demandas é a criação de políticas públicas que garantam a igualdade de direitos e a segurança das mulheres. Isso inclui a criação de programas de prevenção à violência doméstica e sexual, a implementação de mecanismos de denúncia e a criação de espaços seguros para as mulheres vítimas de violência. Além disso, é importante garantir o acesso das mulheres a serviços de saúde, educação e emprego. Essas medidas são essenciais para mudar a realidade das mulheres em Pernambuco.



Pádua Cláudio (45 anos, formado em direito, advogado, Recife)

É importante garantir o acesso das mulheres a serviços de saúde, educação e emprego. Isso pode ser feito através da criação de programas de capacitação e liderança. Além disso, é importante garantir o acesso das mulheres a serviços de saúde, educação e emprego. Essas medidas são essenciais para mudar a realidade das mulheres em Pernambuco.



Araceli Monteiro (45 anos, formada em direito, advogada, Recife)

É importante garantir o acesso das mulheres a serviços de saúde, educação e emprego. Isso pode ser feito através da criação de programas de capacitação e liderança. Além disso, é importante garantir o acesso das mulheres a serviços de saúde, educação e emprego. Essas medidas são essenciais para mudar a realidade das mulheres em Pernambuco.



Marcelo Rêgo (45 anos, formado em direito, advogado, Recife)

É importante garantir o acesso das mulheres a serviços de saúde, educação e emprego. Isso pode ser feito através da criação de programas de capacitação e liderança. Além disso, é importante garantir o acesso das mulheres a serviços de saúde, educação e emprego. Essas medidas são essenciais para mudar a realidade das mulheres em Pernambuco.



João Lourenço (45 anos, formado em direito, advogado, Recife)

É importante garantir o acesso das mulheres a serviços de saúde, educação e emprego. Isso pode ser feito através da criação de programas de capacitação e liderança. Além disso, é importante garantir o acesso das mulheres a serviços de saúde, educação e emprego. Essas medidas são essenciais para mudar a realidade das mulheres em Pernambuco.



Dani Pereira (45 anos, formada em direito, advogada, Recife)

É importante garantir o acesso das mulheres a serviços de saúde, educação e emprego. Isso pode ser feito através da criação de programas de capacitação e liderança. Além disso, é importante garantir o acesso das mulheres a serviços de saúde, educação e emprego. Essas medidas são essenciais para mudar a realidade das mulheres em Pernambuco.



Sílvia Santana (45 anos, formada em direito, advogada, Recife)

É importante garantir o acesso das mulheres a serviços de saúde, educação e emprego. Isso pode ser feito através da criação de programas de capacitação e liderança. Além disso, é importante garantir o acesso das mulheres a serviços de saúde, educação e emprego. Essas medidas são essenciais para mudar a realidade das mulheres em Pernambuco.



Os filhos delas. A dor deles

A perda violenta. O vazio. A ausência que nunca se encontra

Muitas ainda não sabem quem se encontra. Os maiores sentem o peso de uma existência que precisa seguir. O abandono físico e emocional dos filhos deixados para trás representa o lado mais brutal do assassinato de mulheres. Quase metade das vítimas contabilizadas pelo projeto #UmaPorUma, de janeiro a setembro deste ano, deixava filhos para ser quem cuidados. É a dor deles - crianças, adolescentes e jovens - que far da saudade delas uma tragédia sem fim.

Na época da mãe, os filhos se tornam testemunhas do crime. Mas não sabem quem se encontra. Os maiores sentem o peso de uma existência que precisa seguir. O abandono físico e emocional dos filhos deixados para trás representa o lado mais brutal do assassinato de mulheres. Quase metade das vítimas contabilizadas pelo projeto #UmaPorUma, de janeiro a setembro deste ano, deixava filhos para ser quem cuidados. É a dor deles - crianças, adolescentes e jovens - que far da saudade delas uma tragédia sem fim.



Elas escaparam. Mas ficaram as marcas

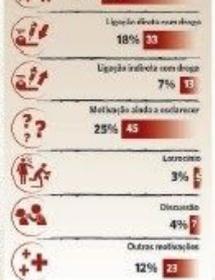
Elas escaparam. Mas ficaram as marcas. O crime de gênero deixa marcas profundas em quem sobrevive. Muitas vezes, a dor é insuportável e a saudade é constante. O projeto #UmaPorUma busca dar visibilidade a essas histórias e apoiar as famílias afetadas.

Os crimes e as motivações

Localização, hora do dia, tipo de crime e motivação são fatores que ajudam a entender os crimes de gênero. O gráfico abaixo mostra a distribuição dos casos por mês.



182 mulheres foram assassinadas em Pernambuco nos nove primeiros meses deste ano

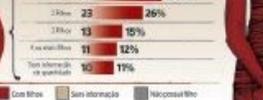


Crime de gênero. O crime de gênero deixa marcas profundas em quem sobrevive. Muitas vezes, a dor é insuportável e a saudade é constante. O projeto #UmaPorUma busca dar visibilidade a essas histórias e apoiar as famílias afetadas.

Crime de gênero



Mães e filhos



Trabalho de uma jornalista, com foco em crimes de gênero e direitos das mulheres. Ela busca trazer histórias reais e apoiar as vítimas.



Mais uma luta para a mulher transexual

REDAÇÃO

No momento da luta de gênero, as mulheres trans não são apenas vítimas de violência, elas são protagonistas de uma luta por reconhecimento e respeito. A luta por reconhecimento e respeito é uma luta por reconhecimento e respeito.

A Lei do Feminicídio não inclui mulheres transsexuais assassinadas no País pela condição de gênero. As mortes acabam ficando à margem das listas oficiais elaboradas pelos órgãos de segurança, que consideram quem é mulher apenas pelo sexo biológico da nascença. Mas há, entre os operadores do direito, quem pense diferente.

Em 2015, o Ministério Público do Rio de Janeiro decidiu pela primeira vez reconhecer a condição de mulher transsexual em um caso de feminicídio. A Lei de Feminicídio da época não previa a inclusão de mulheres transsexuais. No entanto, o Ministério Público decidiu que a condição de mulher transsexual deve ser considerada no caso de feminicídio.

NOME DE REGISTRO

No 4º Distrito de Polícia de Ilhabela, o nome de registro de uma mulher transsexual foi alterado para o nome de nascimento. A alteração foi feita no sistema de registro de identidade civil.

A Lei de Feminicídio da época não previa a inclusão de mulheres transsexuais. No entanto, o Ministério Público decidiu que a condição de mulher transsexual deve ser considerada no caso de feminicídio.

Em 2015, o Ministério Público do Rio de Janeiro decidiu pela primeira vez reconhecer a condição de mulher transsexual em um caso de feminicídio. A Lei de Feminicídio da época não previa a inclusão de mulheres transsexuais.



Assassinatos de mulheres trans e travestis em 2015

No Brasil, 146

Em Pernambuco 7

Contagem de homicídios de LGBTs em Pernambuco

Dados são discriminados quanto às vítimas entre pessoas trans, travestis e transexuais

Fonte: Polícia Civil de Pernambuco

Viola e morte de trans no Brasil

País é o 1º lugar no ranking de países que mais matam população trans

Expectativa de vida das pessoas trans é de apenas 33 anos, quase metade do tempo que uma pessoa cisgênero vive

Fonte: Grupo de Trabalho de Direitos Humanos da ONU

Serviço

O Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT (CMRC LGBT), localizado no bairro do Rio Vista, no distrito central de Recife, presta atendimento jurídico, psicológico, odontológico e de orientação à população LGBT, além de oferecer espaço de acolhimento.

O CMRC LGBT funciona no Rio das Américas, 86, Rio Vista, das 8h às 18h. O telefone para atendimento ao público é o 3335-3455.

“Gênero não está só vinculado à genitalidade”

Entrevista Robeyoncé Lima

A chegada dela à Assembleia Legislativa de Pernambuco faz parte da história. Robeyoncé Lima, 30 anos, advogada e integrante da comissão de diversidade sexual e de gênero e do CAB/PE, é a primeira transexual eleita no Estado para um mandato parlamentar. Chega na companhia de outras quatro mulheres numa também inédita candidatura coletiva. “O propósito dele é eu estar lá como cidadã e a forma de promover esse debate. E não é só a Lei do Feminicídio, mas a própria Lei Maria da Penha e a audiência de participação maior das mulheres na política.” A ideia é o fim do silêncio. “O conteúdo social em que a violência de gênero ocorre também é muito importante.”

COMO SE SENTIU CHEGANDO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO?

Robeyoncé Lima: Foi uma grande conquista. Chegar lá com outras quatro mulheres é uma vitória. É importante termos uma representação política.

QUAL O SEU OBJETIVO NA ASSEMBLEIA?

Robeyoncé Lima: Quero trabalhar para a melhoria da legislação e a promoção de políticas públicas que beneficiem a população LGBT.

QUAL O SEU PENSAMENTO SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO?

Robeyoncé Lima: A violência de gênero é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

QUAL O SEU PENSAMENTO SOBRE A LEI DO FEMINICÍDIO?

Robeyoncé Lima: A Lei do Feminicídio é um avanço importante, mas precisamos garantir que ela seja aplicada corretamente. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

QUAL O SEU PENSAMENTO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES TRANSSEXUAIS?

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

QUAL O SEU PENSAMENTO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES TRANSSEXUAIS?

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

QUAL O SEU PENSAMENTO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES TRANSSEXUAIS?

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.



Robeyoncé Lima, primeira transexual eleita no Estado para um mandato parlamentar.

Robeyoncé Lima: Quero trabalhar para a melhoria da legislação e a promoção de políticas públicas que beneficiem a população LGBT.

Robeyoncé Lima: A violência de gênero é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A Lei do Feminicídio é um avanço importante, mas precisamos garantir que ela seja aplicada corretamente. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Robeyoncé Lima: A violência contra as mulheres transsexuais é um problema sério que precisa ser tratado com urgência. É importante termos uma legislação que proteja as vítimas.

Cidades

#UMAPORUMA

Cidades

Mais na web

Você também pode ler matérias atualizadas em Português em vídeo no aplicativo de celular disponível em www.jornaldocomercio.com.br

A volta por cima

Acreditar em si mesma, ir em frente, recomeçar. O capítulo seguinte ao movimento de dar um basta no ciclo de violência doméstica implica em muitas etapas. Não envolve só uma decisão pessoal. Requer apoio institucional, proteção, segurança, justiça. Nas histórias das mulheres que deram a volta por cima, uma certeza a vitória do um é fonte de inspiração e força para tantas outras. É caminho que não se trilha só.



UMA mulher encontra equilíbrio. Luíza Maria de Freitas em Recife. Outras estão procurando um novo espaço e reconstruindo, mesmo depois de sofrer violência doméstica. (Foto: J. S. Santos)

UMA NOVA DECISÃO

Luíza Maria de Freitas, 45, viveu um casamento de 15 anos. Em 2011, ela decidiu que queria mudar e não se conformava com o ciclo de violência doméstica que vivia. Ela decidiu se separar e buscar um novo espaço. Ela decidiu se separar e buscar um novo espaço. Ela decidiu se separar e buscar um novo espaço.



Luíza Maria de Freitas em Recife. Outras estão procurando um novo espaço e reconstruindo, mesmo depois de sofrer violência doméstica. (Foto: J. S. Santos)

Luíza Maria de Freitas em Recife. Outras estão procurando um novo espaço e reconstruindo, mesmo depois de sofrer violência doméstica. (Foto: J. S. Santos)

É essencial ter uma ampla rede de apoio e proteção à disposição dessas mulheres

de Luíza Santos

“Hoje estou aqui de novo, feliz, e não sinto medo de voltar. Mas não quero voltar. Quero ficar aqui, com a minha rede de apoio e proteção. É essencial ter uma ampla rede de apoio e proteção à disposição dessas mulheres”, diz Luíza Santos.

“Hoje estou aqui de novo, feliz, e não sinto medo de voltar. Mas não quero voltar. Quero ficar aqui, com a minha rede de apoio e proteção. É essencial ter uma ampla rede de apoio e proteção à disposição dessas mulheres”, diz Luíza Santos.

“Hoje estou aqui de novo, feliz, e não sinto medo de voltar. Mas não quero voltar. Quero ficar aqui, com a minha rede de apoio e proteção. É essencial ter uma ampla rede de apoio e proteção à disposição dessas mulheres”, diz Luíza Santos.



AMAL SIMAS NA RUA DE SÃO PAULO, em uma reunião comunitária, mesmo depois de sofrer violência doméstica. (Foto: J. S. Santos)

Identifique as formas de violência

Um dos aspectos fundamentais da luta de mulheres por acabar com a violência doméstica é a capacidade de identificar e reconhecer as diferentes formas de violência.

Violência física
Qualquer conduta que implique em danos físicos ou psicológicos à vítima, seja por meio de agressões físicas, ameaças, ou qualquer outra forma de violência física.

Violência psicológica
Qualquer conduta que implique em danos psicológicos à vítima, seja por meio de ameaças, humilhação, ou qualquer outra forma de violência psicológica.

Violência moral
Qualquer conduta que implique em danos morais à vítima, seja por meio de difamação, calúnia, ou qualquer outra forma de violência moral.

Violência econômica
Qualquer conduta que implique em danos econômicos à vítima, seja por meio de controle financeiro, ou qualquer outra forma de violência econômica.

Ninguém solta a mão de ninguém

Um dos aspectos fundamentais da luta de mulheres por acabar com a violência doméstica é a capacidade de identificar e reconhecer as diferentes formas de violência.

“Ninguém solta a mão de ninguém”, diz Luíza Santos. Ela afirma que a luta de mulheres por acabar com a violência doméstica é uma luta coletiva e que não pode ser deixada de lado por ninguém.



Luíza Santos em uma reunião comunitária, mesmo depois de sofrer violência doméstica. (Foto: J. S. Santos)

Exato, 2 de fevereiro de 2019 domingo



ESPECIAL

JC

#UMA POR UMA

241 MULHERES ASSASSINADAS EM PERNAMBUCO De janeiro a dezembro de 2018

83 VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO

Os rostos não deixam esquecer. Elas estão mortas. Fazem parte de uma tragédia que é mais do que violência urbana. É também, e isso é o mais difícil de combater, crime de posse. Neste especial, a dor que não vai passar. Mas que gera – precisa gerar – reação, cobrança, arrependimento. O projeto do **Sistema Jornal do Comércio de Comunicação (SJCC)**, que detalhou e acompanhou as histórias de todas as mulheres assassinadas no Estado no ano de 2018, desenhou o mapa do feminicídio em Pernambuco. E revelou o tamanho da impunidade que marca esses crimes. Apenas quatro dos 241 assassinatos foram julgados. É uma conta que não fecha.

Arma dentro de casa encoraja feminicídio

MIRIAM SANTOS

Ser assassinado por um homem não é algo que se deseja. Mas, para muitas mulheres, a arma dentro de casa encoraja o feminicídio. Isso porque, segundo especialistas, a presença de uma arma no ambiente doméstico cria um clima de medo e insegurança, o que pode levar a situações de violência doméstica e, em casos extremos, ao assassinato da mulher.

De acordo com o levantamento de 2016 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 72% das mulheres assassinadas por armas de fogo no Estado em 2016 foram mortas dentro da residência.

Segundo o levantamento, a maioria das vítimas de feminicídio são mulheres que vivem em situação de violência doméstica. Isso porque, segundo especialistas, a presença de uma arma no ambiente doméstico cria um clima de medo e insegurança, o que pode levar a situações de violência doméstica e, em casos extremos, ao assassinato da mulher.

De acordo com o levantamento de 2016 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 72% das mulheres assassinadas por armas de fogo no Estado em 2016 foram mortas dentro da residência.

72% das mulheres assassinadas por armas de fogo no Estado em 2016 foram mortas dentro da residência.

Segundo o levantamento, a maioria das vítimas de feminicídio são mulheres que vivem em situação de violência doméstica. Isso porque, segundo especialistas, a presença de uma arma no ambiente doméstico cria um clima de medo e insegurança, o que pode levar a situações de violência doméstica e, em casos extremos, ao assassinato da mulher.

De acordo com o levantamento de 2016 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 72% das mulheres assassinadas por armas de fogo no Estado em 2016 foram mortas dentro da residência.

Quando é verdadeiro a distância não separa



EM OUTRA DA MÃE. Diego foi assassinado por seu pai, enquanto a filha, por uma tentativa de suicídio, depois de sofrer um aborto.

Entrevista Selva Almada

"Não há que ceder ao medo"

ENTREVISTA

Uma mulher nunca está segura. A conclusão assustadora foi a semente do livro *Gambar Mortas*, da argentina Selva Almada. Um dos destaques da nova literatura latino-americana, Selva falou ao JC sobre feminicídio e empoderamento. Confrontando a aflição com a narração dos crimes no livro, a autora afirma que não há outro caminho além do feminismo para cessar o assassinato de mulheres.



JC: O feminicídio é um crime que vem ganhando visibilidade mundial. Como você vê a situação das mulheres vítimas de feminicídio no Brasil?

SELVA ALMADA: O feminicídio é um crime que vem ganhando visibilidade mundial. Como você vê a situação das mulheres vítimas de feminicídio no Brasil?

Como elas foram mortas

Método	Porcentagem
Atirada	32,2%
Enforcada	1,1%
Envenenada	0,2%
Enforcada	0,2%
Envenenada	0,2%
Enforcada	0,2%
Envenenada	0,2%
Enforcada	0,2%
Envenenada	0,2%
Enforcada	0,2%
Envenenada	0,2%

Quando os filhos viram alvo



JC: Quando os filhos viram alvo da violência doméstica, como é a situação para as mães?

SELVA ALMADA: Quando os filhos viram alvo da violência doméstica, como é a situação para as mães?

JC: O feminicídio é um crime que vem ganhando visibilidade mundial. Como você vê a situação das mulheres vítimas de feminicídio no Brasil?

SELVA ALMADA: O feminicídio é um crime que vem ganhando visibilidade mundial. Como você vê a situação das mulheres vítimas de feminicídio no Brasil?

JC: O feminicídio é um crime que vem ganhando visibilidade mundial. Como você vê a situação das mulheres vítimas de feminicídio no Brasil?

SELVA ALMADA: O feminicídio é um crime que vem ganhando visibilidade mundial. Como você vê a situação das mulheres vítimas de feminicídio no Brasil?

JC: O feminicídio é um crime que vem ganhando visibilidade mundial. Como você vê a situação das mulheres vítimas de feminicídio no Brasil?

SELVA ALMADA: O feminicídio é um crime que vem ganhando visibilidade mundial. Como você vê a situação das mulheres vítimas de feminicídio no Brasil?

JC: O feminicídio é um crime que vem ganhando visibilidade mundial. Como você vê a situação das mulheres vítimas de feminicídio no Brasil?

SELVA ALMADA: O feminicídio é um crime que vem ganhando visibilidade mundial. Como você vê a situação das mulheres vítimas de feminicídio no Brasil?



241 mortes e apenas 4 homicídios julgados

Quase metade
dos casos de feminicídio em Pernambuco não foram julgados em 2018. O número de mortes por violência contra a mulher chegou a 241, mas apenas quatro casos foram julgados pelo Poder Judiciário. Segundo dados do Ministério Público, a maioria das vítimas são mulheres de baixa renda, com filhos dependentes e em situação de vulnerabilidade social.



De acordo com o Ministério Público, a maioria das vítimas são mulheres de baixa renda, com filhos dependentes e em situação de vulnerabilidade social. O número de mortes por violência contra a mulher chegou a 241, mas apenas quatro casos foram julgados pelo Poder Judiciário.

Número de julgamentos e condenações de acusados não chegou a 2% dos casos registrados em 2018. Segundo o Ministério Público, apenas 4 casos foram julgados em 2018, o que representa menos de 2% do total de 241 mortes registradas no ano.



Os casos de feminicídio

83 ma fêmeas foram vítimas de feminicídio em Pernambuco nos dois meses de 2018

- Investigação policial: 53%
- Inquirições concluídas com o suspeito preso: 24%
- Inquirições concluídas com o suspeito morto: 13%
- Inquirições concluídas sem informação sobre o suspeito do suspeito: 10%
- Inquirições abertas: 6%
- Ministério Público Denúncias oferecidas pelos promotores: 47 casos (60% do total de inquirições concluídas)
- Tribunal de Justiça Denúncias que já vieram ao julgamento: 29 casos (37% do total de inquirições concluídas)



Os crimes e as motivações



Mapa do feminicídio expõe uma matança quase diária

Quê é o crime? Como é cometido? Quem são as vítimas? Quem são os autores? Essas são algumas das perguntas que o mapa do feminicídio em Pernambuco busca responder. O mapa mostra a distribuição geográfica dos casos, com uma concentração notável no Recife e suas regiões metropolitanas.

Mapa do feminicídio expõe uma matança quase diária

Grande Recife concentra o maior número de mortes de mulheres por questões de gênero, 41% das 83 ocorrências em Pernambuco. Serão 101 em 2019, com 24% de vítimas.

Segundo o Ministério Público, o Recife concentra 41% das 83 ocorrências em Pernambuco. Em 2019, são esperados 101 casos, com 24% de vítimas. O mapa também indica que a maioria das vítimas são mulheres de baixa renda, com filhos dependentes e em situação de vulnerabilidade social.

241 mulheres foram assassinadas em Pernambuco em 12 primeiros meses deste ano

Situação processual dos crimes
20% dos casos já estão na Justiça

Investigação policial
73 casos (30%)
Inquirições concluídas: 168 casos (70%)

Inquirições concluídas com o suspeito preso
72 casos (42,9%)

Inquirições concluídas com o suspeito morto
46 casos (27,4%)

Inquirições concluídas sem informação sobre o suspeito do suspeito
14 casos (8,3%)

Inquirições abertas
5 casos (3%)

Ministério Público Denúncias oferecidas pelos promotores
47 casos (60% do total de inquirições concluídas)

Tribunal de Justiça Denúncias que já vieram ao julgamento
29 casos (37% do total de inquirições concluídas)

Menos indiferença e mais proteção

ANIMADA QUARTA E MARLENE QUINTEIRO

N a primeira hora após o assassinato de uma criança, há uma sensação de vazio que se espalha pelo corpo. É como se algo tivesse sido arrancado de você e não houvesse nada para substituí-lo. É uma sensação de perda que se instala no peito e se espalha pelo corpo. É como se algo tivesse sido arrancado de você e não houvesse nada para substituí-lo.

de um momento para o outro. "Mas não é assim mesmo", diz ela, tentando se explicar. "É como se algo tivesse sido arrancado de você e não houvesse nada para substituí-lo. É uma sensação de perda que se instala no peito e se espalha pelo corpo. É como se algo tivesse sido arrancado de você e não houvesse nada para substituí-lo."



Sororidade se pratica com união feminina

LUZIA NEIVA

Uma das formas de se praticar a sororidade é através da união feminina. É uma forma de se conectar com outras mulheres e de se apoiar mutuamente. É uma forma de se fortalecer e de se apoiar mutuamente.

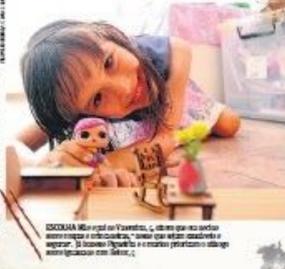
A família de Bruno morreu há dois meses e Marlene ainda sente a falta dele. Ela diz que não consegue esquecer a imagem dele e que ele continua vivo em seu coração. Ela diz que não consegue esquecer a imagem dele e que ele continua vivo em seu coração.

Marlene diz que não consegue esquecer a imagem dele e que ele continua vivo em seu coração. Ela diz que não consegue esquecer a imagem dele e que ele continua vivo em seu coração.

BRUNO não vive mais, mas Marlene diz que ele continua vivo em seu coração.

Marlene diz que não consegue esquecer a imagem dele e que ele continua vivo em seu coração. Ela diz que não consegue esquecer a imagem dele e que ele continua vivo em seu coração.

Marlene diz que não consegue esquecer a imagem dele e que ele continua vivo em seu coração. Ela diz que não consegue esquecer a imagem dele e que ele continua vivo em seu coração.



Ninguém nasce machista ou agressor

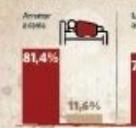
MARLENE NEIVA

Ninguém nasce machista ou agressor. É através da educação e do exemplo que se aprende a lidar com a diferença e a respeitar o outro. É através da educação e do exemplo que se aprende a lidar com a diferença e a respeitar o outro.

acompanhar as crianças e estar dispostas a dialogar, convidando profissionais de educação e saúde, são as melhores formas para criar adultos conscientes e fortalecer a luta pela qualidade de gênero.

Distribuição de tarefas

Para o estudo 'Time no tempo', a PwC International Brasil entrevistou 5.541 mães de crianças de 0 a 14 anos que têm um filho menor de 10 anos em casa e se dividem entre quem se responsabiliza por tarefas domésticas e quem não se divide.



Tempo no tempo

Para o estudo 'Time no tempo', a PwC International Brasil entrevistou 5.541 mães de crianças de 0 a 14 anos que têm um filho menor de 10 anos em casa e se dividem entre quem se responsabiliza por tarefas domésticas e quem não se divide.



Tempo no tempo

Para o estudo 'Time no tempo', a PwC International Brasil entrevistou 5.541 mães de crianças de 0 a 14 anos que têm um filho menor de 10 anos em casa e se dividem entre quem se responsabiliza por tarefas domésticas e quem não se divide.



Tempo no tempo

Para o estudo 'Time no tempo', a PwC International Brasil entrevistou 5.541 mães de crianças de 0 a 14 anos que têm um filho menor de 10 anos em casa e se dividem entre quem se responsabiliza por tarefas domésticas e quem não se divide.





A história de todas nós

UMA POR UMA É UM PROJETO DE COLABORAÇÃO

Foi em um momento especialmente difícil para nós da redação que surgiu o movimento #UMAPORUMA. Foi em um momento especialmente difícil para nós da redação que surgiu o movimento #UMAPORUMA. Foi em um momento especialmente difícil para nós da redação que surgiu o movimento #UMAPORUMA.

Em um momento especialmente difícil para nós da redação que surgiu o movimento #UMAPORUMA. Foi em um momento especialmente difícil para nós da redação que surgiu o movimento #UMAPORUMA.

“O projeto é feito para ser usado em eventos, para a formação, para uma ação específica, para que não se esqueça que somos uma equipe. Por isso, é preciso lembrar que somos uma equipe. Por isso, é preciso lembrar que somos uma equipe.”

“Este projeto nasceu em um momento especialmente difícil para nós da redação que surgiu o movimento #UMAPORUMA. Foi em um momento especialmente difícil para nós da redação que surgiu o movimento #UMAPORUMA.”



- Coordenação**
Adriana Garcia
Clara Carvalho
Juliana de Melo
- Design**
Eduardo Pereira
Luciano Galvão
Mariana Duarte
Coordenadora de Design Digital
- Edição**
Adriana Garcia
Clara Carvalho
Dora Moraes
Gabriela Toledo
Ina Lima
Isabela de Melo
Julia Martins
Mariana Duarte
Renata Lima
Vanessa Castro
- Diagramação**
Adriana Garcia
Clara Carvalho
Juliana de Melo
- Impressão**
Editorial de Notícias
Diário A Manhã